

Temas Económicos

Número 22

Janeiro de 2014

Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município

Elsa Oliveira

Siglas e Sinais convencionais

AER	– Anuário Estatístico Regional
CAE	– Classificação das Atividades Económicas
EEC	– Estratégias de Eficiência Coletiva
EPCC	– Estudo de Poder de Compra Concelhio
GEE	– Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GMM	– Ganho Médio Mensal
IDT	– Índice de Dependência Total
INE	– Instituto Nacional de Estatística (I.P.)
IpC	– Indicador <i>per capita</i> do Poder de Compra
N.D. / ..	– Não aplicável, não disponível ou confidencial.
NUTS	– Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OIM	– Outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo)
OMS	– Organização Mundial de Saúde
QREN	– Quadro de Referência Estratégico Nacional
R.A.	– Região Autónoma
RSI	– Rendimento Social de Inserção
SD	– Subsídio de desemprego
SER	– Sínteses Estatísticas Regionais
TCO	– Trabalhador por Conta de Outrem
t.v.h.	– Taxa de variação homóloga
VVN	– Volume de negócios

Classificação das Atividades Económicas (CAE) Rev. 3

Secção da CAE	Descrição
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
B	Indústrias extractivas
C	Indústrias transformadoras
D	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
I	Alojamento, restauração e similares
J	Actividades de informação e de comunicação
K	Actividades financeiras e de seguros
L	Actividades imobiliárias
M	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
N	Actividades administrativas e dos serviços de apoio
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
P	Educação
Q	Actividades de saúde humana e apoio social
R	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas
S	Outras actividades de serviços
T	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio
U	Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

Notas genéricas

1) As figuras que representam Portugal contêm esquematicamente a Região Autónoma da Madeira, a Região Autónoma dos Açores e representam as posições relativas das NUTS III do Continente, não constituindo mapas à escala. Os dados disponíveis foram divididos em 7 classes de valores. O limite superior da última classe (classe 7) é o valor máximo do indicador. Os limites superiores das restantes classes são os percentis de ordem 10, 20, 40, 60, 80 e 90. O limite inferior da 1ª classe de valores (classe 1) é o valor mínimo do indicador.



Devido ao número de casas decimais visíveis ou por questões de arredondamento, algumas NUTS III com valores aparentemente iguais e próximos dos extremos dos intervalos considerados ficam em classes diferentes. Pelo mesmo motivo, algumas NUTS III com valores aparentemente iguais ao extremo fechado de um intervalo ficam noutra classe.

2) Neste artigo utilizou-se a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) estabelecida pelo regulamento comunitário n.º 1059/2003, com as alterações introduzidas pelo regulamento comunitário n.º 105/2007 e n.º 31/2011 e as alterações introduzidas pela adesão de novos Estados-Membros à União Europeia (regulamentos n.º 1888/2005 e n.º 176/2008). (Conforme anexo I)

3) Os TCO referem-se aos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.

Índice

I.	INTRODUÇÃO.....	7
II.	DEMOGRAFIA.....	9
	População Residente	9
	Taxa de crescimento média anual da população residente.....	10
	Densidade populacional	10
	Peso da população residente com 65 ou mais anos no total da população residente.....	12
	Índice de Dependência Total	13
III.	SAÚDE, AMBIENTE E SOCIEDADE	15
	Médicos por 1000 habitantes	15
	Consultas nos centros de saúde por habitante.....	16
	Taxa quinquenal de mortalidade infantil.....	16
	Taxa bruta de natalidade	17
	Rácio divórcios / casamentos	18
	Taxa de criminalidade.....	19
	Despesas dos municípios em ambiente, por habitante	20
IV.	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	21
	Indicador per capita de poder de compra	21
	Levantamentos nacionais nas caixas nacionais automáticas de multibanco por habitante	23
	Taxa de crédito à habitação.....	25
	Taxa de depósitos de emigrantes	26
IV.1.	NUTS II – EVOLUÇÃO E 5 CONCELHOS COM MELHOR E PIOR PERFORMANCE	27
	Empresas por município da sede	27
	Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede.....	28
	Volume de negócios nas empresas por município da sede	29
	Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas.....	30
	Exportações de mercadorias	32
	Importações de mercadorias	32
	Saldo da Balança Comercial e Taxa de Cobertura das importações pelas exportações	33
	Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros.....	34
	Edifícios licenciados	34
IV.1.1.	NUTS II – Pesos.....	36
	Empresas e empresas da indústria transformadora por município da sede	36
	Pessoal ao serviço nas empresas e nas empresas da indústria transformadora por município da sede.....	36
	Volume de negócios nas empresas e nas empresas da indústria transformadora por município da sede	37
	Exportações e importações de mercadorias.....	38
	Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros.....	38
	Edifícios licenciados	39
V.	MERCADO DE TRABALHO E INDICADORES SOCIAIS	40
	TCO nos estabelecimentos por município	40
	TCO nos estabelecimentos por município – Distribuição por setor.....	41
	Ganho médio mensal dos TCO.....	44
	Ganho médio mensal dos TCO, segundo o setor	46
	Ganho médio mensal dos TCO, por setor, segundo o sexo	50
	Desempregados inscritos em 31.12 e População ativa.....	53
	Taxa de desemprego.....	54
	Taxa de desemprego por sexos	57
	Peso dos beneficiários de subsídio de desemprego na população residente.....	59
	Beneficiários de subsídio de desemprego, por sexo	61
	Beneficiários de subsídio de desemprego, por idade	62
	Peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente	63
	Beneficiários do rendimento social de inserção, por sexo	65
	Beneficiários do rendimento social de inserção, por idade	66
VI.	CONCLUSÃO.....	67
	ANEXOS	71

Índice de quadros

QUADRO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE, 2011	9
QUADRO 2 – DENSIDADE POPULACIONAL, 2011	11
QUADRO 3 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL, 2011	14
QUADRO 4 – INDICADOR <i>PER CAPITA</i> DE PODER DE COMPRA, 2009.....	21
QUADRO 5 – LEVANTAMENTOS NACIONAIS NAS CAIXAS NACIONAIS AUTOMÁTICAS DE MULTIBANCO POR HABITANTE, 2011	23
QUADRO 6 – EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2011	27
QUADRO 7 – EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, 2011	27
QUADRO 8 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2011.....	28
QUADRO 9 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, 2011.....	29
QUADRO 10 – VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2011	29
QUADRO 11 – VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, 2011	30
QUADRO 12 – CONSTITUIÇÃO DE PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS, PORTUGAL E NUTS II 2008-2012	31
QUADRO 13 - DISSOLUÇÃO DE PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS, PORTUGAL E NUTS II 2008-2012	31
QUADRO 14 – EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2012	32
QUADRO 15 – IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2012	33
QUADRO 16 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL E TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2012	33
QUADRO 17 – CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, PORTUGAL E NUTS II 2006-2011.....	34
QUADRO 18 – EDIFÍCIOS LICENCIADOS, PORTUGAL E NUTS II 2006-2011	34
QUADRO 19 – EDIFÍCIOS LICENCIADOS, 2011	35
QUADRO 20 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), PORTUGAL E NUTS II, 2000 E 2009.....	40
QUADRO 21 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO, PORTUGAL E NUTS II, 2006-2009	44
QUADRO 22 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO, 2009	45
QUADRO 23 – DESEMPREGADOS INSCRITOS EM 31.12, CONTINENTE E NUTS II 2006-2012	53
QUADRO 24 – POPULAÇÃO ATIVA, CONTINENTE E NUTS II, 2011 E 2012	53
QUADRO 25 – TAXA DE DESEMPREGO, 2011.....	55
QUADRO 26 – PESO DOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NA POPULAÇÃO RESIDENTE, 2011	59
QUADRO 27 – PESO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NA POPULAÇÃO RESIDENTE, 2011	63

Índice de figuras

FIGURA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NUTS III, 1995/2011	10
FIGURA 2 - DENSIDADE POPULACIONAL, POR NUTS III, 2011.....	10
FIGURA 3 – PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 65 OU MAIS ANOS NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NUTS III, 2011	12
FIGURA 4 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL (IDT), POR NUTS III, 2011.....	13
FIGURA 5 – MÉDICOS POR 1000 HABITANTES, POR NUTS III, 2011.....	15
FIGURA 6 – CONSULTAS NOS CENTROS DE SAÚDE POR HABITANTE, POR NUTS III, 2011	16
FIGURA 7 – TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE INFANTIL, POR NUTS III, 2007/2011	17
FIGURA 8 – TAXA BRUTA DE NATALIDADE, POR NUTS III, 2011	17
FIGURA 9 – RÁCIO DIVÓRCIOS / CASAMENTOS, POR NUTS III, 2011.....	18
FIGURA 10 – TAXA DE CRIMINALIDADE, POR NUTS III, 2011	19
FIGURA 11 – DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM AMBIENTE, POR HABITANTE, POR NUTS III, 2011	20
FIGURA 12 – INDICADOR <i>PER CAPITA</i> DE PODER DE COMPRA, POR NUTS III, 2009	22
FIGURA 13 – LEVANTAMENTOS NAS CAIXAS NACIONAIS AUTOMÁTICAS DE MULTIBANCO POR HABITANTE, POR NUTS III, 2011	24
FIGURA 14 – TAXA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO, POR NUTS III, 2011	25
FIGURA 15 – TAXA DE DEPÓSITOS DE EMIGRANTES, POR NUTS III, 2011.....	26
FIGURA 16 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR NUTS III, 2009	45
FIGURA 17 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NO SECTOR PRIMÁRIO, POR NUTS III, 2009	47
FIGURA 18 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NO SECTOR SECUNDÁRIO, POR NUTS III, 2009	48
FIGURA 19 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NO SECTOR TERCIÁRIO, POR NUTS III, 2009	49
FIGURA 20 – TAXA DE DESEMPREGO, POR NUTS III, 2011	56
FIGURA 21 – TAXA DE DESEMPREGO MASCULINA, POR NUTS III, 2011.....	57
FIGURA 22 – TAXA DE DESEMPREGO FEMININA, POR NUTS III, 2011	58
FIGURA 23 – PESO DOS BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NUTS III, 2011	60
FIGURA 24 – PESO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NUTS III, 2011.....	64

Índice de gráficos

GRÁFICO 1 – EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, NUTS II (%), 2011	36
GRÁFICO 2 – EMPRESAS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POR MUNICÍPIO DA SEDE, NUTS II (%), 2011	36
GRÁFICO 3 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, NUTS II (%), 2011	36
GRÁFICO 4 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POR MUNICÍPIO DA SEDE, NUTS II (%), 2011	36
GRÁFICO 5 – VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS POR MUNICÍPIO DA SEDE, NUTS II (%), 2011	37
GRÁFICO 6 – VOLUME DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA POR MUNICÍPIO DA SEDE, NUTS II (%), 2011	37
GRÁFICO 7 – EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO, NUTS II (%), 2011	38
GRÁFICO 8 – IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS DE OPERADORES COM SEDE NA REGIÃO, NUTS II (%), 2011	38
GRÁFICO 9 – CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, NUTS II (%), 2011	38
GRÁFICO 10 – EDIFÍCIOS LICENCIADOS, NUTS II (%), 2011	39
GRÁFICO 11 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), PORTUGAL, 2000	41
GRÁFICO 12 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), PORTUGAL, 2009	41
GRÁFICO 13 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: NORTE, 2000	41
GRÁFICO 14 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: NORTE, 2009	41
GRÁFICO 15 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: CENTRO, 2000	41
GRÁFICO 16 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: CENTRO, 2009	41
GRÁFICO 17 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: LISBOA, 2000	42
GRÁFICO 18 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: LISBOA, 2009	42
GRÁFICO 19 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: ALENTEJO, 2000	42
GRÁFICO 20 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: ALENTEJO, 2009	42
GRÁFICO 21 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: ALGARVE, 2000	42
GRÁFICO 22 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: ALGARVE, 2009	42
GRÁFICO 23 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, 2000	43
GRÁFICO 24 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, 2009	43
GRÁFICO 25 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2000	43
GRÁFICO 26 – TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, POR SETORES (A3), NUTS II: REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2009	43
GRÁFICO 27 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO, SEGUNDO O SETOR, 2009	46
GRÁFICO 28 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO NO SECTOR PRIMÁRIO, SEGUNDO O SEXO, 2009	50
GRÁFICO 29 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, NO SECTOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO O SEXO, 2009	51
GRÁFICO 30 – GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO NO SECTOR TERCIÁRIO, SEGUNDO O SEXO, 2009	52
GRÁFICO 31 – TAXA DE DESEMPREGO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, NUTS II, 2011	54
GRÁFICO 32 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR SEXO, PORTUGAL, 2011	61
GRÁFICO 33 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR SEXO, CONTINENTE, 2011	61
GRÁFICO 34 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR SEXO, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, 2011	61
GRÁFICO 35 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR SEXO, REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2011	61
GRÁFICO 36 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR IDADE, PORTUGAL, 2011	62
GRÁFICO 37 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR IDADE, CONTINENTE, 2011	62
GRÁFICO 38 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR IDADE, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, 2011	62
GRÁFICO 39 – BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, POR IDADE, REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2011	62
GRÁFICO 40 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR SEXO, PORTUGAL, 2011	65
GRÁFICO 41 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR SEXO, CONTINENTE, 2011	65
GRÁFICO 42 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR SEXO, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, 2011	65
GRÁFICO 43 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR SEXO, REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2011	65
GRÁFICO 44 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR IDADE, PORTUGAL, 2011	66
GRÁFICO 45 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR IDADE, CONTINENTE, 2011	66
GRÁFICO 46 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR IDADE, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, 2011	66
GRÁFICO 47 – BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, POR IDADE, REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2011	66

Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município

Elsa Oliveira¹

I. INTRODUÇÃO

A estatística, enquanto «ciência que tem por objeto obter, organizar e analisar dados», que faz uma «avaliação numérica» de factos, contribui para a descrição e explicação da realidade² e influencia a tomada de decisões.

A realidade portuguesa é heterogénea, nomeadamente a nível regional. Assim, a informação desagregada geograficamente é fulcral para o diagnóstico de problemas, o retrato do país, a capacidade de previsão, o planeamento, a procura de soluções. Apesar das suas limitações em termos de abrangência, de confidencialidade, de disponibilização, frequentemente de interpretação, entre outras, revela-se indispensável o recurso a dados infranacionais. Consciente desta necessidade, além de vários outros contributos, o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (GEE) publica anualmente, desde 2008 (embora com alterações ao longo do tempo e sempre com possibilidade de incorporação de mais informação e melhoramentos), as Sínteses Estatísticas Regionais (SER)³.

As SER são uma breve compilação de alguns indicadores apresentados sob a forma de quadros e figuras, de fácil perceção, para cada uma das regiões NUTS I, NUTS II, NUTS III, município e distrito do território português. Cada desagregação do país tem a comparação com as mesmas variáveis nas respetivas agregações. A SER de Portugal possui mapas por NUTS III.

Porque as áreas não são estanques, se interligam, têm interpenetrações, consequências que perpassam vários campos, as SER versam temas como: Demografia, Sociedade, Saúde e Ambiente, Economia e Finanças. Para cada área existe uma infinidade de indicadores pertinentes. Os escolhidos tiveram em conta um conjunto de critérios como o seu potencial caracterizador; a disponibilidade com o nível geográfico mais desagregado pretendido e a regularidade necessária. Procurou-se ainda a manutenção, dentro do possível, dos que já figuravam nas SER desde o início.

O presente artigo utiliza principalmente a informação veiculada pelas SER 2013, respeitantes às NUTS I a III e concelhos, disponibilizada à data da respetiva recolha (essencialmente entre janeiro e março de 2013)⁴, com um período de referência de 2000 a 2012. Tem como objetivo fazer uma síntese estatística, pelo que não pretende ser exaustivo nem escarpelizar fenómenos, investigar as suas causas, dissecar consequências ou propor soluções para problemas detetados.

Procurou-se apresentar os dados de forma acessível, recorrendo a quadros, gráficos e figuras que enfatizam similitudes ou dissemelhanças intra e inter regionais. O seu formato depende, sobretudo, do nível de desagregação geográfica e do espectro temporal⁵:

- **NUTS II:**
 - Séries → Quadro com o valor de Portugal, de cada uma das regiões NUTS II, a inerente distribuição regional e a taxa de variação homóloga.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (elsa.oliveira@gee.min-economia.pt). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade da autora.

² www.infopedia.pt

³ Estatísticas de Bolso – Regionais, disponíveis em <http://www.gee.min-economia.pt/>

⁴ A principal fonte das SER é o Anuário Estatístico Regional (AER) do INE. Remeter-se-á indiferentemente para o AER ou para a respetiva fonte primária uma vez que, por facilidade de recolha, se utilizou por vezes a informação disponível na base de dados *online* em www.ine.pt.

⁵ Resumo do tipo de informação disponibilizada e sua desagregação, bem como das várias respetivas formas de a divulgar, no presente artigo.

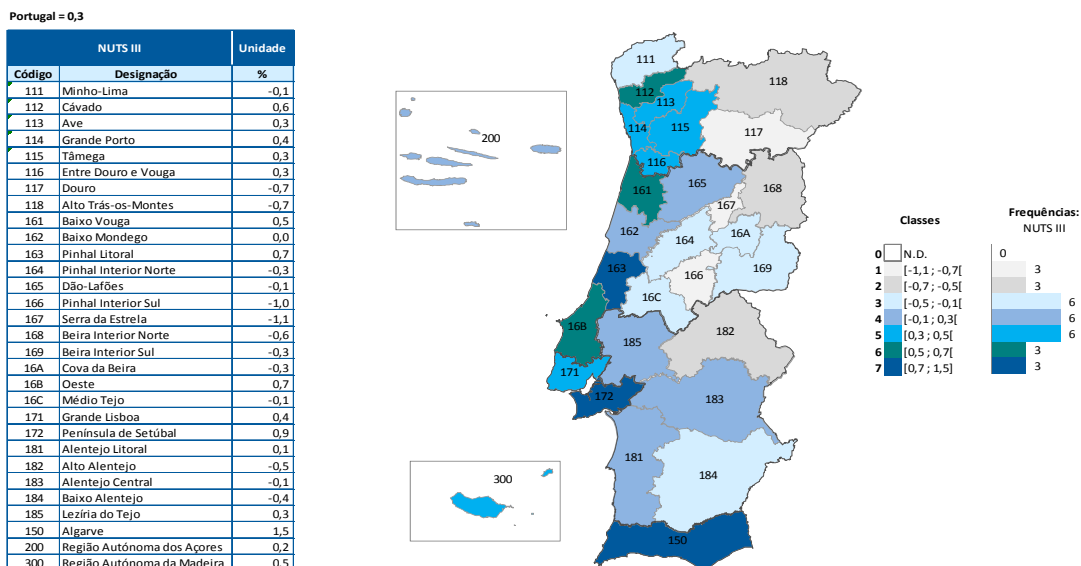
- Valores para um ano ou comparação entre 2 anos:
 - Gráfico de barras com o valor do indicador (e, eventualmente, suas desagregações) em Portugal e em cada uma das NUTS II.
 - Gráfico circular com a estrutura por NUTS II.
 - Gráfico circular com a distribuição por sexo ou idade ou setor, etc. em cada uma das NUTS I e NUTS II.
- NUTS III:
 - Valores para um ano → Figura (de acordo com a nota genérica 1).
- Concelhos:
 - Valores para um ano → Quadro com o valor de Portugal, das NUTS I e II e, em cada uma, dos concelhos com os 5 maiores e os 5 menores valores.

Chama-se a atenção para o cuidado necessário na interpretação da informação apresentada, uma vez que cada indicador tem limitações e a sua explicação é multifatorial, devendo ser complementada com a análise de outras variáveis e realidades. Por outro lado, qualquer que seja a forma escolhida para a sua divulgação, ela não é isenta de limitações (por exemplo, o facto de, nos quadros com os municípios com melhor e pior performance se escolherem 5 em cada NUTS II deve implicar alguma prudência nas conclusões, uma vez que o número de concelhos em cada região é muito diferente). Os comentários efetuados são, inevitavelmente, apenas uma parte dos possíveis e abrangem somente alguns dos dados.

Taxa de crescimento média anual da população residente

Na figura 1 torna-se claro que, à exceção do Minho-Lima, todas as regiões NUTS III que tinham um menor efetivo populacional em 2011 do que tinham em 1995 são no Interior (Dão-Lafões, Alentejo Central e todas as das 3 primeiras classes de valores, a cinzento e azul claro no mapa), parecendo corroborar a ideia de um processo de litoralização. A taxa de crescimento média anual da população residente nas NUTS III portuguesas entre 1995 e 2011 varia entre -1,1% (na Serra da Estrela) e 1,5% (no Algarve), com 14 das 30 regiões a apresentarem um decréscimo.

Figura 1 - Taxa de crescimento média anual da população residente, por NUTS III, 1995/2011

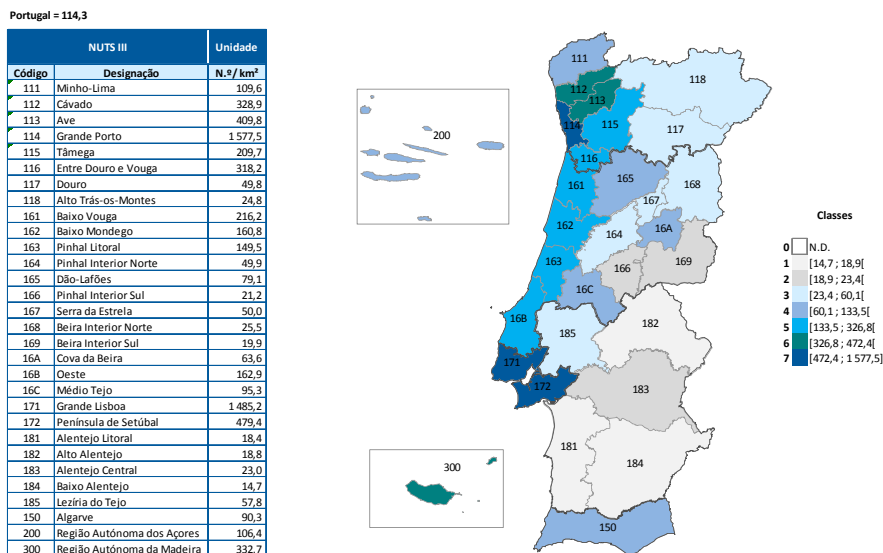


Fonte: INE, AER (1995). INE, Recenseamento da População e Habitação (2011). Cálculos GEE baseados nos dados das fontes anteriormente referidas.

Densidade populacional

O indicador constante da figura 2 mostra a ligação entre o efetivo populacional e o território, para as NUTS III, em 2011. As NUTS III portuguesas tinham entre cerca de 15 (Baixo Alentejo) e 1578 (Grande Porto) residentes por km². O Grande Porto e a Grande Lisboa (cerca de 1485 habitantes / km²) destacavam-se como as regiões mais densamente povoadas, seguindo-se a Península de Setúbal com 479 habitantes / km². Havia uma visível preponderância do litoral norte. No percentil 40, as 12 regiões com até 60 pessoas por km², eram essencialmente do Interior (salvo o Alentejo Litoral).

Figura 2 - Densidade populacional, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

De acordo com o quadro 2, com desagregação por município, os 5 concelhos com maior densidade populacional em 2011, excetuando o Porto, estavam na NUTS III da Grande Lisboa. Oeiras detinha a 5ª posição e Amadora a 1ª, com 3750 e perto de 7371 pessoas por km², respetivamente. Nos antípodas, Monforte e Avis (Alto Alentejo), Idanha-a-Nova (Beira Interior Sul), Mértola (Baixo Alentejo) e, com 5 residentes por km², Alcoutim (Algarve). Nas regiões NUTS I sobressaía a Região Autónoma da Madeira com perto de 333 residentes por km², contrastando com os cerca de 106 dos Açores. As maiores diferenças relativas entre os dois municípios mais densamente povoados dentro de cada uma das NUTS II eram no Centro (Ílhavo tinha cerca de um terço do valor do Entroncamento), na Madeira e no Norte (Câmara de Lobos e Matosinhos tinham menos de metade dos habitantes por km² que o Funchal o Porto).

Quadro 2 – Densidade populacional, 2011

Portugal		N.º / km²	Continente		N.º / km²	Região Autónoma dos Açores		N.º / km²	Região Autónoma da Madeira		N.º / km²
		114,3			112,6	Açores		106,4	Madeira		332,7
Municípios											
5+	Amadora	7 370,9	Amadora		7 370,9	Lagoa (R.A.A)		316,8	Funchal		1 461,6
	Lisboa	6 435,5	Lisboa		6 435,5	Ponta Delgada		296,1	Câmara de Lobos		683,0
	Porto	5 710,2	Porto		5 710,2	Ribeira Grande		179,0	Santa Cruz		527,3
	Odivelas	5 499,6	Odivelas		5 499,6	Angra do Heroísmo		148,1	Machico		317,7
	Oeiras	3 750,2	Oeiras		3 750,2	Vila Franca do Campo		144,4	Ribeira Brava		203,0
5-	Monforte	7,9	Monforte		7,9	Lajes do Pico		30,2	Porto Santo		128,0
	Avis	7,5	Avis		7,5	Calheta (R.A.A.)		29,9	Calheta (R.A.M.)		102,5
	Idanha-a-Nova	6,8	Idanha-a-Nova		6,8	Corvo		25,0	Santana		79,9
	Mértola	5,6	Mértola		5,6	São Roque do Pico		23,9	São Vicente		71,7
	Alcoutim	5,0	Alcoutim		5,0	Lajes das Flores		21,4	Porto Moniz		32,3

NUTS II														
Norte		N.º / km²	Centro		N.º / km²	Lisboa		N.º / km²	Alentejo		N.º / km²	Algarve		N.º / km²
		172,9			82,3			940,7			23,9			90,3
Municípios														
5+	Porto	5 710,2	Entroncamento		1 473,2	Amadora		7 370,9	Cartaxo		154,2	Olhão		347,1
	Matosinhos	2 807,7	Ílhavo		524,2	Lisboa		6 435,5	Santarém		110,7	Faro		320,2
	São João da Madeira	2 724,0	Coimbra		449,3	Odivelas		5 499,6	Almeirim		105,2	Vila Real de Santo António		311,9
	Vila Nova de Gaia	1 792,0	Aveiro		397,1	Oeiras		3 750,2	Salvaterra de Magos		90,6	Portimão		306,1
	Maia	1 630,5	Ovar		374,3	Almada		2 476,5	Azambuja		82,9	Albufeira		291,7
5-	Miranda do Douro	15,2	Oleiros		12,0	Mafra		263,4	Alcácer do Sal		8,7	Vila do Bispo		29,5
	Vinhais	12,9	Pampilhosa da Serra		11,2	Sesimbra		253,2	Ourique		8,0	Castro Marim		22,2
	Montalegre	12,9	Vila Velha de Ródão		10,5	Montijo		147,1	Monforte		7,9	Aljezur		18,1
	Mogadouro	12,4	Penamacor		9,9	Alcochete		137,0	Avis		7,5	Monchique		15,1
	Vimioso	9,6	Idanha-a-Nova		6,8	Palmela		134,9	Mértola		5,6	Alcoutim		5,0

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

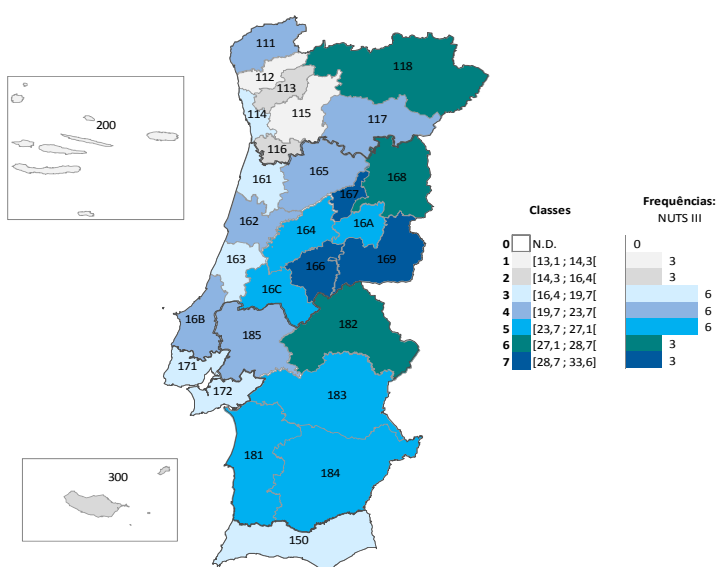
Peso da população residente com 65 ou mais anos no total da população residente

Em Portugal, em 2011, 19% da população tinha 65 ou mais anos. A figura 3 mostra que a Região Autónoma dos Açores era a NUTS III em que o peso da população pertencente ao grupo etário mais elevado era menor (13,1%) e o Pinhal Interior Sul era onde era maior (33,6%). Até ao percentil 40, com menos de 20% de idosos estavam as duas regiões autónomas, a Grande Lisboa, o Grande Porto, a Península de Setúbal, o Algarve, o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral (da NUTS II Centro) e as restantes 4 NUTS III eram sub-regiões do Norte (classes 1 e 2). As 6 NUTS III com maior proporção de residentes com idade mais avançada localizavam-se no Interior.

Figura 3 – Peso da população residente com 65 ou mais anos no total da população residente, por NUTS III, 2011

Portugal = 19,0

NUTS III		Unidade
Código	Designação	%
111	Minho-Lima	23,1
112	Cávado	14,3
113	Ave	14,8
114	Grande Porto	16,6
115	Tâmega	14,1
116	Entre Douro e Vouga	16,4
117	Douro	23,2
118	Alto Trás-os-Montes	27,9
161	Baixo Vouga	18,8
162	Baixo Mondego	22,1
163	Pinhal Litoral	19,3
164	Pinhal Interior Norte	26,1
165	Dão-Lafões	23,3
166	Pinhal Interior Sul	33,6
167	Serra da Estrela	28,8
168	Beira Interior Norte	28,6
169	Beira Interior Sul	28,7
16A	Cova da Beira	25,2
16B	Oeste	20,1
16C	Médio Tejo	23,9
171	Grande Lisboa	18,3
172	Península de Setúbal	18,0
181	Alentejo Litoral	23,9
182	Alto Alentejo	27,3
183	Alentejo Central	24,4
184	Baixo Alentejo	25,2
185	Lezíria do Tejo	22,0
150	Algarve	19,5
200	Região Autónoma dos Açores	13,1
300	Região Autónoma da Madeira	14,9



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE baseados nos dados das fontes anteriormente referidas.

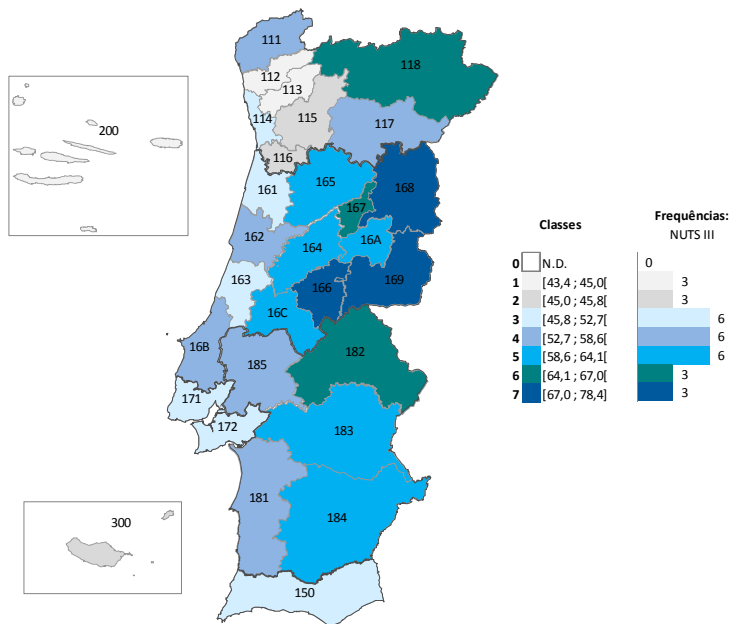
Índice de Dependência Total

O Índice de Dependência Total relaciona a população jovem e idosa com a população em idade ativa, sendo definido como o quociente entre o número de residentes com menos de 15 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais e a população com idades dos 15 aos 64 anos. A figura 4 revela que, em 2011, por cada 100 pessoas em idade ativa, cerca de 51 tinham menos de 15 anos ou eram idosas. As Regiões Autónomas e as sub-regiões NUTS III do Norte: Ave, Cávado, Tâmega e Entre Douro e Vouga apresentavam os menores índices de dependência. No extremo oposto, com entre 64,1 e 78,4 jovens e idosos por cada 100 residentes em idade ativa, estavam as regiões do interior (sobretudo interior norte) das classes 6 e 7.

Figura 4 – Índice de Dependência Total (IDT), por NUTS III, 2011

Portugal = 51,3

NUTS III		Unidade
Código	Designação	..
111	Minho-Lima	57,3
112	Cávado	44,4
113	Ave	43,4
114	Grande Porto	45,9
115	Tâmega	45,6
116	Entre Douro e Vouga	45,8
117	Douro	57,1
118	Alto Trás-os-Montes	64,1
161	Baixo Vouga	50,3
162	Baixo Mondego	53,5
163	Pinhal Litoral	52,1
164	Pinhal Interior Norte	63,9
165	Dão-Lafões	59,0
166	Pinhal Interior Sul	78,4
167	Serra da Estrela	66,1
168	Beira Interior Norte	67,0
169	Beira Interior Sul	67,3
16A	Cova da Beira	59,5
168	Oeste	54,5
16C	Médio Tejo	60,2
171	Grande Lisboa	50,8
172	Península de Setúbal	51,2
181	Alentejo Litoral	57,8
182	Alto Alentejo	66,6
183	Alentejo Central	60,6
184	Baixo Alentejo	62,6
185	Lezíria do Tejo	58,0
150	Algarve	52,2
200	Região Autónoma dos Açores	45,0
300	Região Autónoma da Madeira	45,6



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE baseados nos dados das fontes anteriormente referidas.

Nos dados de 2011 por município verifica-se que os únicos concelhos em que os jovens e os idosos eram mais do que os residentes em idade ativa (isto é, com um IDT superior a 100) eram os 5 concelhos apresentados na parte superior do quadro 3, para Portugal e Continente (Alcoutim pertence à NUTS II Algarve e os restantes 4 pertencem aos 100 que compõem a Região Centro). Em 2011, em 23 das 30 NUTS III, o número de jovens e idosos era mais de metade do número de pessoas em idade ativa, atingindo o máximo de 78,4% no Pinhal Interior Sul.

As NUTS II do Continente têm entre 47,5 (Norte) e 60,6 (Alentejo) idosos e jovens para cada 100 residentes com idades entre os 15 e os 64 anos.

Quadro 3 – Índice de Dependência Total, 2011

Portugal		..	Continente	..	Região Autónoma dos Açores	..	Região Autónoma da Madeira	..
		51,3		51,6	45,0	45,6		
Municípios								
5+	Alcoutim	107,6	Alcoutim	107,6	Nordeste	54,9	Calheta (R.A.M.)	59,4
	Idanha-a-Nova	106,7	Idanha-a-Nova	106,7	Lajes do Pico	54,3	Porto Moniz	58,8
	Vila Velha de Ródão	104,4	Vila Velha de Ródão	104,4	Santa Cruz da Graciosa	53,4	Ponta do Sol	58,2
	Penamacor	103,9	Penamacor	103,9	Calheta (R.A.A.)	53,2	Santana	58,1
	Vila de Rei	101,3	Vila de Rei	101,3	Lajes das Flores	50,4	São Vicente	58,0
5-	Guimarães	41,4	Paços de Ferreira	41,7	Lagoa (R.A.A.)	44,8	Câmara de Lobos	44,8
	Trofa	40,7	Albufeira	41,7	Corvo	44,3	Funchal	44,2
	Santa Cruz	40,4	Guimarães	41,4	Vila do Porto	43,4	Machico	42,8
	Porto Santo	39,4	Trofa	40,7	Vila da Praia da Vitória	42,3	Santa Cruz	40,4
	Vizela	39,3	Vizela	39,3	Ponta Delgada	41,6	Porto Santo	39,4

NUTS II										
Norte	..	Centro	..	Lisboa	..	Alentejo	..	Algarve	..	
	47,5		56,6		50,9		60,6		52,2	
Municípios										
5+	Vimioso	90,3	Idanha-a-Nova	106,7	Lisboa	58,2	Gavião	97,8	Alcoutim	107,6
	Freixo de Espada à Cinta	85,4	Vila Velha de Ródão	104,4	Barreiro	55,9	Nisa	90,1	Monchique	71,2
	Melgaço	83,7	Penamacor	103,9	Almada	54,4	Crato	80,5	Aljezur	67,3
	Vinhais	83,1	Vila de Rei	101,3	Oeiras	52,9	Arronches	79,4	Castro Marim	64,3
	Torre de Moncorvo	75,6	Pampilhosa da Serra	97,7	Palmela	52,6	Alter do Chão	79,1	Tavira	59,3
5-	Braga	41,9	Leiria	48,3	Loures	48,9	Cartaxo	55,1	Portimão	51,6
	Paços de Ferreira	41,7	Coimbra	48,2	Seixal	46,4	Azambuja	53,5	Loulé	51,2
	Guimarães	41,4	Ílhavo	47,1	Odivelas	45,8	Évora	51,8	Lagoa	50,3
	Trofa	40,7	Aveiro	45,9	Sintra	45,6	Benavente	51,0	Faro	48,4
	Vizela	39,3	Ovar	45,8	Vila Franca de Xira	44,3	Sines	47,3	Albufeira	41,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE baseado nos dados das fontes anteriormente referidas.

III. SAÚDE, AMBIENTE E SOCIEDADE

Existem várias definições de Saúde, sendo a mais difundida a da OMS, de 1948: «é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença».⁶ Esta noção foi muitas vezes criticada por ser demasiado abrangente e inatingível. Independentemente do significado que se dê a este signifiante, a sua relevância é indiscutível, o que determinou a emergência de várias normas legais e o direito à sua proteção, consubstanciado na própria existência do sistema de saúde.

Médicos por 1000 habitantes

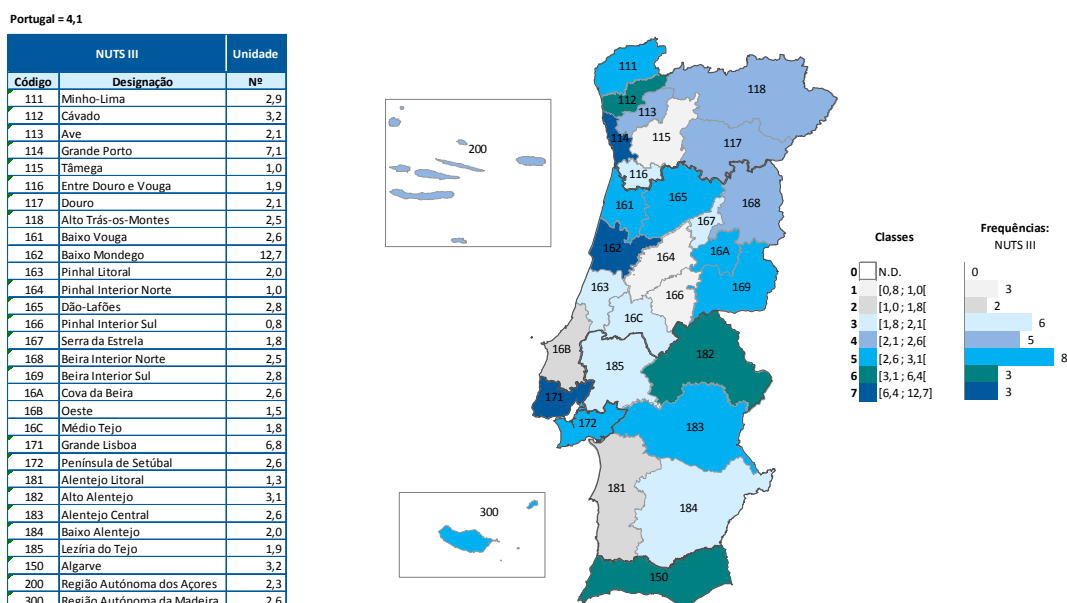
A figura 5 mostra o número de médicos inscritos no final do ano de 2011, de acordo com a sub-região NUTS III do seu local de residência, relativizados pela respetiva população.

No ano em análise no país existiam 4,1 médicos por cada 1000 residentes.

Verifica-se que, nas sub-regiões NUTS III portuguesas, o número de médicos residentes por 1000 habitantes variou entre 0,8 (Pinhal Interior Sul) e 12,7 (Baixo Mondego) – ambos na região NUTS II Centro. O valor abaixo do qual se situam 20% das NUTS III (percentil 20) é 1,8, que é o de duas sub-regiões NUTS III: a Serra da Estrela e o Médio Tejo, ficando ambas na classe 3. Este indicador apresenta vários valores repetidos, determinando um número de observações em cada classe diferente do que se obtería se tal não se verificasse.

80% (24) das NUTS III têm menos de 3,1 médicos por cada 1000 residentes; o Alto Alentejo, o Cávado (Norte) e o Algarve têm até 3,2 e destacando-se, na classe 7, estão a Grande Lisboa (6,8), o Grande Porto (7,1) e o Baixo Mondego (12,7). Este último valor, que constitui um *outlier*, poderá não ser alheio ao facto de, a esta sub-região NUTS III, nomeadamente ao concelho de Coimbra, pertencerem várias entidades (como o Centro Hospital e Universitário de Coimbra) de referência na área da Saúde, com *know how* e valências importantes, servindo não apenas, potencialmente, os 100 concelhos do Centro, mas tendo abrangência nacional. Muitas destas instituições são associadas do polo de competitividade da Saúde. Por outro lado, a população residente no Baixo Mondego poderá ser muito diferente da população presente (que poderá constituir procura de cuidados de saúde), mormente pela importância que o Ensino e os estudantes provenientes de outras sub-regiões têm.

Figura 5 – Médicos por 1000 habitantes, por NUTS III, 2011



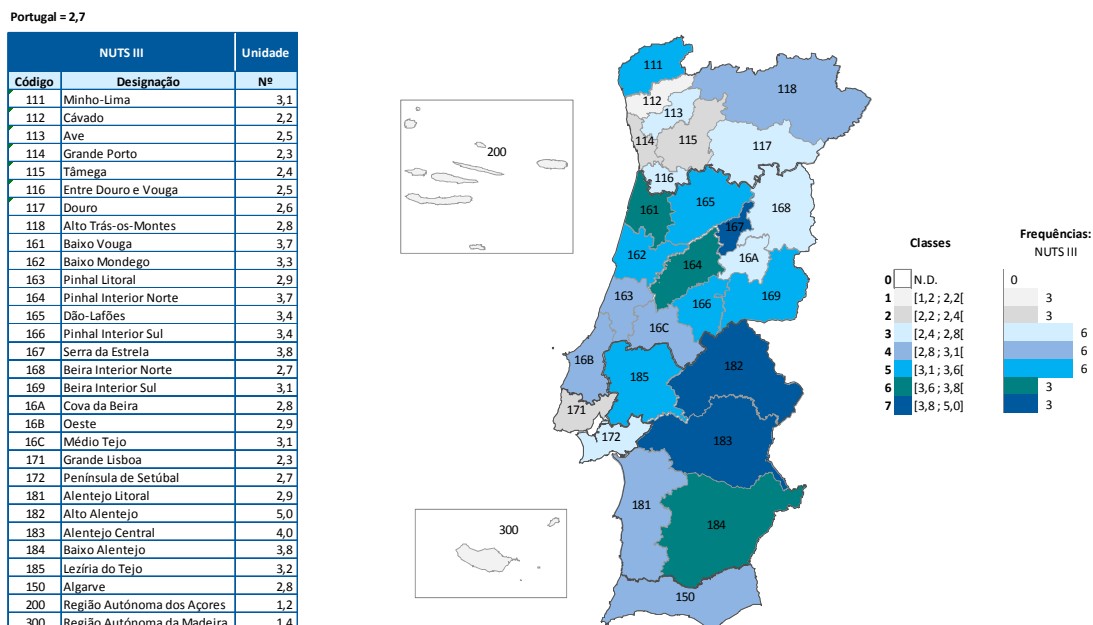
Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente. INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde.
Nota: O número de médicos por 1000 habitantes é apresentado pelo seu local de residência.

⁶ Tradução própria de «Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity». Em <http://www.who.int/about/definition/en/print.html>.

Consultas nos centros de saúde por habitante

Quase todos os municípios têm pelo menos um centro de saúde ou extensão. Fazendo o quociente da soma do número de consultas, nestes estabelecimentos, dos concelhos de cada NUTS III pela soma da respetiva população residente (figura 6) verifica-se que, em 2011, este indicador variou entre 1,2 consultas por habitante na Região Autónoma dos Açores e 5,0 no Alto Alentejo. É de notar a similitude entre a distribuição regional deste indicador e a do índice de dependência total ou da percentagem de pessoas com 65 ou mais anos.

Figura 6 – Consultas nos centros de saúde por habitante, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde. INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE baseados nos dados das fontes anteriormente referidas.

Taxa quinquenal de mortalidade infantil

A taxa quinquenal de mortalidade infantil apresenta a relação entre o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade e o número de nados vivos. De salientar que podem existir especificidades de registo com consequências de desfasamento espacial entre numerador e denominador deste indicador (por exemplo, a possibilidade de registo dos nados-vivos no município do nascimento e não no de residência dos pais, o que poderá subvalorizar os concelhos – e respetivas agregações geográficas – com maternidades).

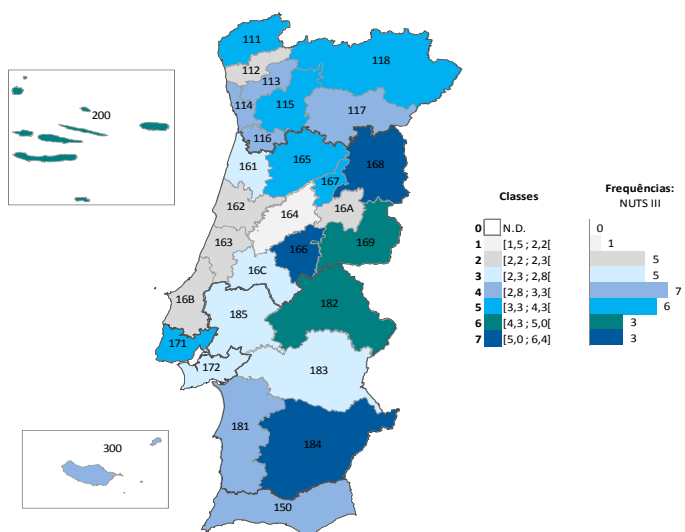
Entre 2007 e 2011, em Portugal, por cada 1000 nados-vivos, morreram em média cerca de 3 crianças com menos de um ano. Numa análise por NUTS III (figura 7), conclui-se que a taxa quinquenal de mortalidade infantil variou entre 1,5‰ (Pinhal Interior Norte) e 6,4‰ (Pinhal Interior Sul), com as 6 regiões com pior performance (classes 6 e 7) a pertencer ao Interior Centro ou Alentejo e incluindo a Região Autónoma dos Açores.

Figura 7 – Taxa quinquenal de mortalidade infantil, por NUTS III, 2007/2011

Portugal = 3,2

NUTS III		Unidade
Código	Designação	‰
111	Minho-Lima	3,4
112	Cávado	2,3
113	Ave	2,9
114	Grande Porto	2,8
115	Tâmega	3,3
116	Entre Douro e Vouga	3,0
117	Douro	2,8
118	Alto Trás-os-Montes	3,6
161	Baixo Vouga	2,7
162	Baixo Mondego	2,2
163	Pinhal Litoral	2,2
164	Pinhal Interior Norte	1,5
165	Dão-Lafões	3,7
166	Pinhal Interior Sul	6,4
167	Serra da Estrela	3,7
168	Beira Interior Norte	5,0
169	Beira Interior Sul	4,8
16A	Cova da Beira	2,2
16B	Oeste	2,2
16C	Médio Tejo	2,4
171	Grande Lisboa	4,1
172	Península de Setúbal	2,7
181	Alentejo Litoral	3,2
182	Alto Alentejo	4,4
183	Alentejo Central	2,4
184	Baixo Alentejo	5,1
185	Lezíria do Tejo	2,7
150	Algarve	2,8
200	Região Autónoma dos Açores	4,3
300	Região Autónoma da Madeira	2,9

Fonte: INE, AER.



Taxa bruta de natalidade

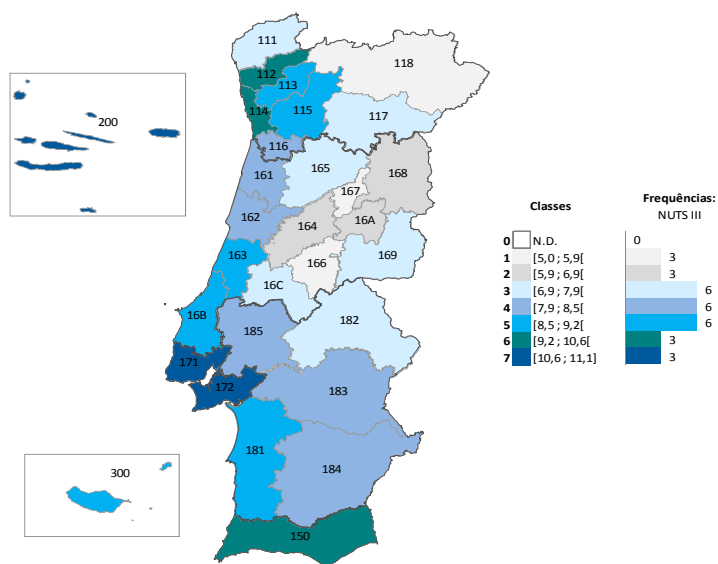
A figura 8 apresenta a relação entre os nados-vivos e a população média, por NUTS III, em 2011 (expressa em nados-vivos por 1000 habitantes).

Figura 8 – Taxa bruta de natalidade, por NUTS III, 2011

Portugal = 9,2

NUTS III		Unidade
Código	Designação	‰
111	Minho-Lima	7,1
112	Cávado	9,3
113	Ave	8,6
114	Grande Porto	9,2
115	Tâmega	8,9
116	Entre Douro e Vouga	8,4
117	Douro	7,0
118	Alto Trás-os-Montes	5,9
161	Baixo Vouga	8,3
162	Baixo Mondego	8,2
163	Pinhal Litoral	8,8
164	Pinhal Interior Norte	6,6
165	Dão-Lafões	7,8
166	Pinhal Interior Sul	5,0
167	Serra da Estrela	5,9
168	Beira Interior Norte	6,3
169	Beira Interior Sul	7,3
16A	Cova da Beira	6,9
16B	Oeste	8,8
16C	Médio Tejo	7,3
171	Grande Lisboa	11,1
172	Península de Setúbal	10,7
181	Alentejo Litoral	8,5
182	Alto Alentejo	7,5
183	Alentejo Central	8,2
184	Baixo Alentejo	8,0
185	Lezíria do Tejo	8,3
150	Algarve	10,1
200	Região Autónoma dos Açores	11,1
300	Região Autónoma da Madeira	9,0

Fonte: INE, AER.



De acordo com a figura 8, a taxa bruta de natalidade por NUTS III variou entre 5,0‰ no Pinhal Interior Sul e 11,1‰ na Grande Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, com 12 das 30 NUTS III a registarem menos de 7,9 nascimentos por 1000 residentes (percentil 40), todas no Interior Norte ou Centro (com exceção do Minho-Lima e do Alto Alentejo). Apenas as 6 regiões nas classes 6 e 7 (Grande Porto, Cávado, Algarve, Península de Setúbal, Grande Lisboa e Região Autónoma dos Açores) registaram um valor superior ou igual ao de Portugal.

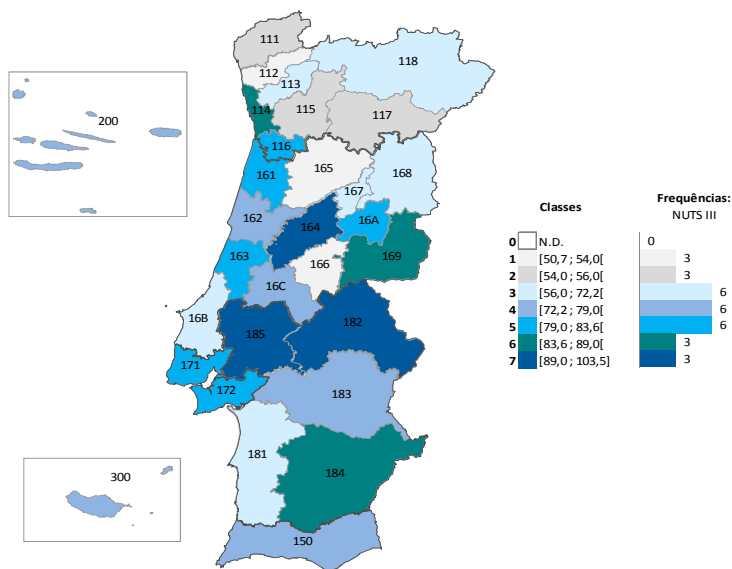
Rácio divórcios / casamentos

A figura 9 mostra que em 2011, a nível nacional, por cada 100 casamentos houve cerca de 74 divórcios. Das sub-regiões do Norte apenas Entre Douro e Vouga e o Grande Porto estavam acima do percentil 40 (72,2%). À exceção das sub-regiões NUTS III Oeste e do Alentejo Litoral, todas as que tinham valores inferiores a Portugal pertenciam ao Norte ou Centro Interior, habitualmente conotadas com um maior conservadorismo e apego às tradições. Apenas na Lezíria do Tejo (da NUTS II Alentejo) o número de divórcios superou o número de casamentos (rácio maior que 100).

Figura 9 – Rácio divórcios / casamentos, por NUTS III, 2011

Portugal = 74,2

NUTS III		Unidade
Código	Designação	%
111	Minho-Lima	54,2
112	Cávado	53,7
113	Ave	57,8
114	Grande Porto	88,5
115	Tâmega	54,4
116	Entre Douro e Vouga	79,8
117	Douro	55,6
118	Alto Trás-os-Montes	59,2
161	Baixo Vouga	79,9
162	Baixo Mondego	77,8
163	Pinhal Litoral	81,8
164	Pinhal Interior Norte	89,0
165	Dão-Lafões	50,7
166	Pinhal Interior Sul	54,0
167	Serra da Estrela	60,1
168	Beira Interior Norte	62,2
169	Beira Interior Sul	84,0
16A	Cova da Beira	81,4
16B	Oeste	72,1
16C	Médio Tejo	72,3
171	Grande Lisboa	81,8
172	Península de Setúbal	79,8
181	Alentejo Litoral	71,1
182	Alto Alentejo	89,4
183	Alentejo Central	76,3
184	Baixo Alentejo	88,1
185	Lezíria do Tejo	103,5
150	Algarve	74,4
200	Região Autónoma dos Açores	75,1
300	Região Autónoma da Madeira	77,6

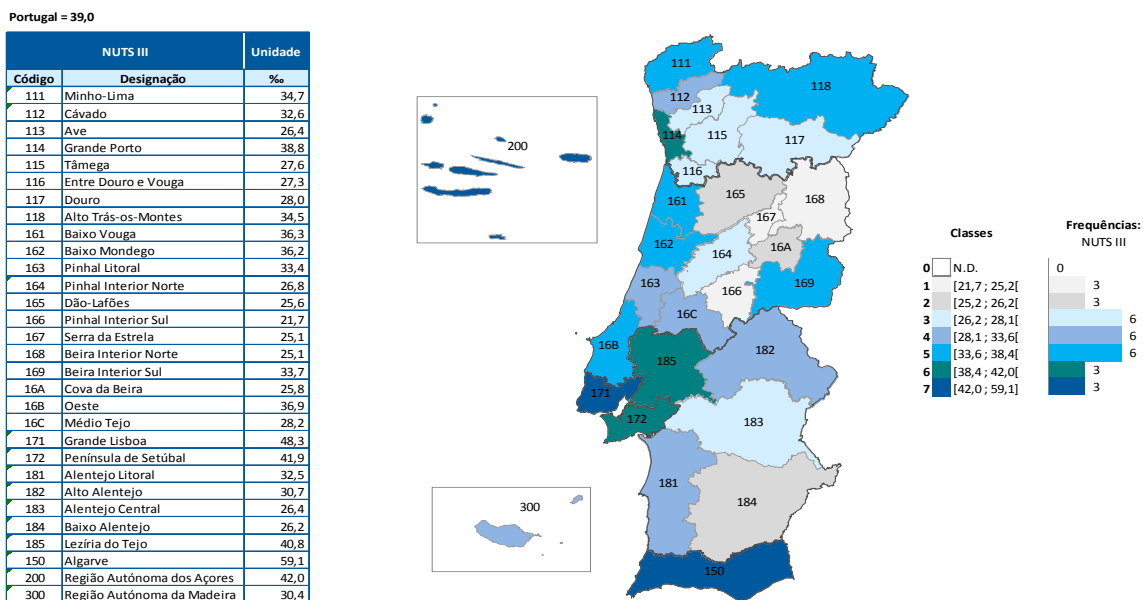


Fonte: INE, Casamentos. INE, Estatísticas de Divórcio e Separação de Pessoas e Bens. Cálculos GEE baseados nos dados das fontes anteriormente referidas.

Taxa de criminalidade

A análise do indicador constante da figura 10 revela que se registaram 39 crimes⁷ por cada 1000 habitantes do país. Numa perspetiva por NUTS III, a taxa de criminalidade variou entre 21,7% (no Pinhal Interior Sul) e 59,1 crimes por 1000 residentes (no Algarve). Poderá não ser despendendo recordar a eventual existência de sub-regiões em que o número de crimes é muito baixo, mas porque o número de residentes é ínfimo, o valor deste indicador é elevado. Por outro lado, há locais que, pelas suas características socioeconómicas, têm uma população residente inferior à que lá habita grande parte do ano (regiões onde os estudantes têm um peso importante, por exemplo) ou que a frequenta sazonalmente (mormente regiões onde o turismo é preponderante).

Figura 10 – Taxa de criminalidade, por NUTS III, 2011



Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça. INE, Base de dados online disponível em www.ine.pt.

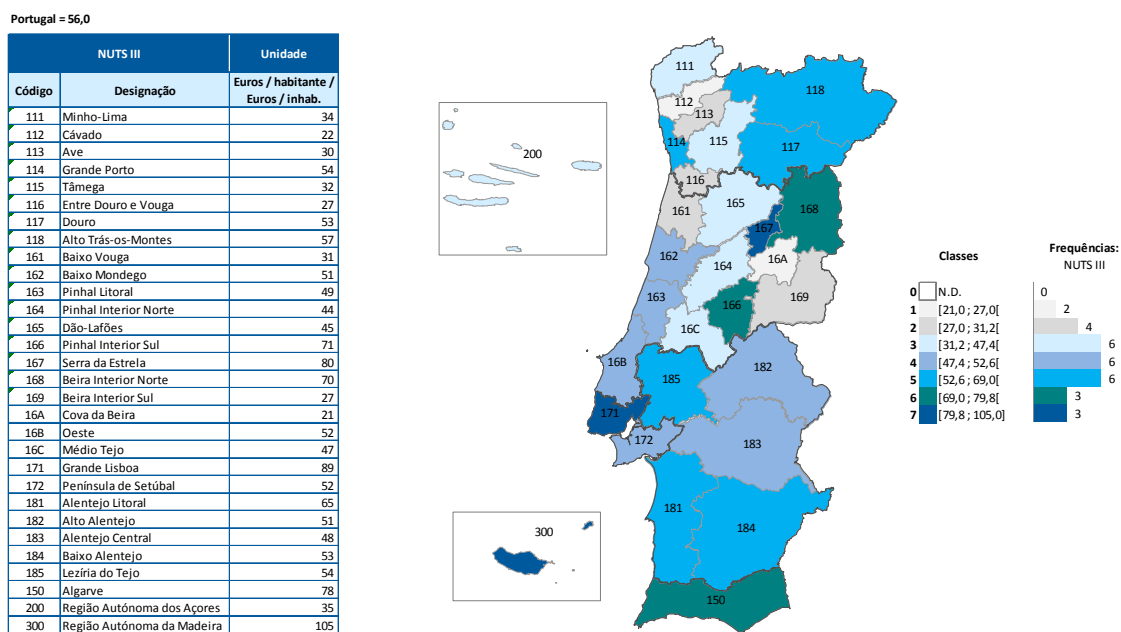
⁷ Crime: «Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.». Em www.ine.pt

Despesas dos municípios em ambiente, por habitante

São vários os domínios de ambiente: a proteção da qualidade do ar e clima, a gestão de águas residuais, a gestão de resíduos, a proteção da biodiversidade e paisagem, etc.

A figura 11 mostra que a soma das despesas em domínios de ambiente, dos municípios que formam as NUTS III portuguesas, face à respetiva população residente variaram, em 2011, entre 21 euros por habitante (na Cova da Beira) e os 105 euros por habitante (na Região Autónoma da Madeira). As sub-regiões NUTS III que, relativamente, mais investiram foram a Região Autónoma da Madeira, a Grande Lisboa (89 euros / hab.) e a Serra da Estrela (80 euros / hab.).

Figura 11 – Despesas dos municípios em ambiente, por habitante, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente

IV. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Indicador *per capita* de poder de compra

O último Estudo de Poder de Compra Concelhio (EPCC) divulgado pelo INE à data de divulgação das SER 2013 era de 2011 e integrava informação referente, quase na totalidade, a 2009. Partindo de um conjunto de 17 variáveis ligadas ao rendimento, impostos, contratos de compra e venda de prédios urbanos, levantamentos em caixas multibanco, ganho dos trabalhadores, volume de negócios, etc. foram retidos, através de análise fatorial em componentes principais, dois fatores. No presente artigo destacaremos o Indicador *per Capita* do poder de compra (IpC), que explica cerca de 52% da variância total das variáveis.⁸

O IpC visa «traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos vários municípios e regiões», tendo como referência o valor nacional (Portugal=100).

O quadro 4 mostra o valor do indicador *per capita* do poder de compra em 2009, para as regiões NUTS I e NUTS II, bem como para os concelhos que, em cada uma das agregações geográficas referidas, apresentavam os 5 maiores e os 5 menores valores.

Quadro 4 – Indicador *per capita* de poder de compra, 2009

Portugal		..	Continente	..	Região Autónoma dos Açores		..	Região Autónoma da Madeira		..
		100,0		100,5	Açores		86,1	da Madeira		94,7
Municípios										
5+	Lisboa	232,5	Lisboa	232,5	Ponta Delgada	117,7	Funchal	133,3		
	Oeiras	185,3	Oeiras	185,3	Angra do Heroísmo	95,7	Porto Santo	120,2		
	Porto	178,8	Porto	178,8	Vila do Porto	87,2	Santa Cruz	89,1		
	Cascais	150,6	Cascais	150,6	Horta	86,8	Machico	75,0		
	Faro	146,1	Faro	146,1	Madalena	76,9	Ribeira Brava	66,0		
5-	Vila Nova de Paiva	49,4	Vila Nova de Paiva	49,4	Corvo	62,1	Câmara de Lobos	55,7		
	Vinhais	49,0	Vinhais	49,0	Vila Franca do Campo	59,1	Calheta (R.A.M.)	55,7		
	Ribeira de Pena	48,9	Ribeira de Pena	48,9	Povoação	53,6	Ponta do Sol	54,8		
	Celorico de Basto	47,7	Celorico de Basto	47,7	Lajes das Flores	53,2	Santana	53,9		
	Sernancelhe	47,4	Sernancelhe	47,4	Nordeste	53,1	Porto Moniz	52,7		

NUTS II										
Norte	..	Centro	..	Lisboa	..	Alentejo	..	Algarve	..	
	87,6		84,4		134,2		88,4		100,4	
Municípios										
5+	Porto	178,8	Coimbra	144,9	Lisboa	232,5	Sines	132,6	Faro	146,1
	Matosinhos	130,6	Aveiro	134,8	Oeiras	185,3	Évora	118,7	Portimão	112,4
	São João da Madeira	129,1	Entroncamento	104,7	Cascais	150,6	Beja	112,7	Loulé	107,8
	Maia	119,1	Leiria	99,9	Montijo	136,9	Portalegre	108,8	Albufeira	102,1
	Braga	105,6	Arruda dos Vinhos	99,0	Alcochete	132,6	Azambuja	108,1	Lagos	96,7
5-	Cinfães	49,4	Sátão	52,7	Sesimbra	94,9	Marvão	59,5	São Brás de Alportel	73,4
	Vinhais	49,0	Penamacor	52,5	Odivelas	94,2	Mértola	59,0	Aljezur	63,5
	Ribeira de Pena	48,9	Aguiar da Beira	52,4	Sintra	93,3	Mourão	58,4	Vila do Bispo	59,3
	Celorico de Basto	47,7	Penalva do Castelo	49,7	Seixal	93,2	Portel	58,0	Alcoutim	56,1
	Sernancelhe	47,4	Vila Nova de Paiva	49,4	Moita	81,4	Alandroal	54,1	Monchique	55,7

Fonte: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio 2009

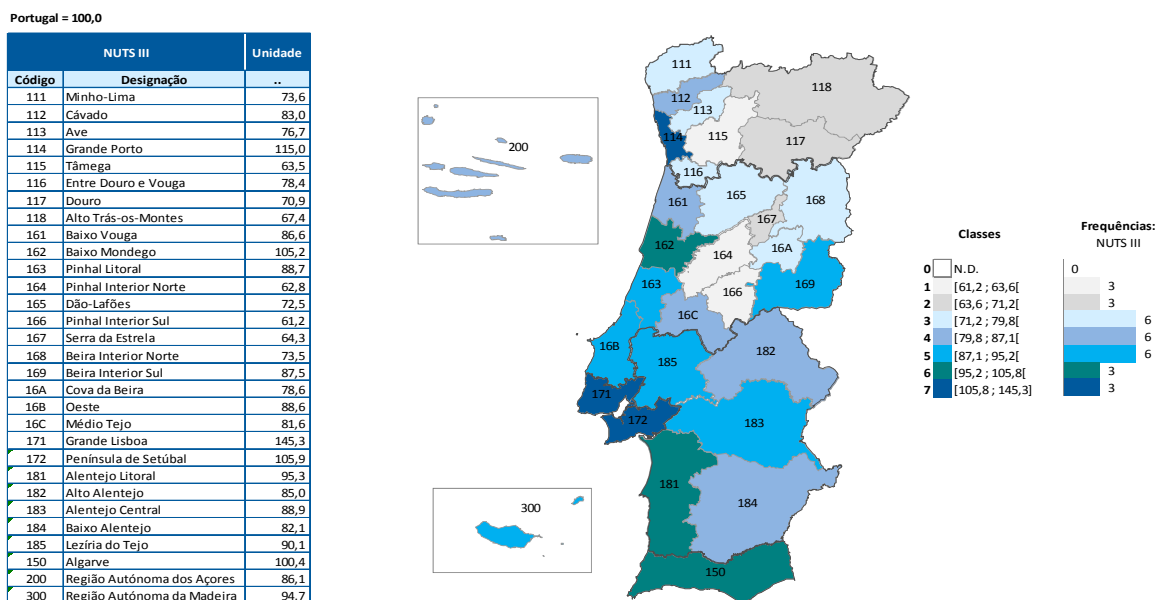
Da observação do quadro 4 conclui-se que o Continente, em 2009, tinha um poder de compra *per capita* superior ao das Regiões Autónomas. A Madeira, embora ultrapassando os Açores, ficava aquém do país. Dentre as regiões NUTS II pertencentes ao território continental, apenas o Algarve e Lisboa tinham um poder de compra *per capita* superior ao de Portugal (com IpC de 100,4 e 134,2, respetivamente, destacando-se portanto esta última). Neste nível de desagregação geográfica era a região Centro que detinha a pior posição.

⁸ Para mais detalhes sobre a metodologia, interpretação e indicadores complementares por favor consultar: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio 2009.

Na Região Autónoma dos Açores apenas o município de Ponta Delgada tinha um poder de compra *per capita* superior ao do país no seu todo. Nas mesmas condições, na Região Autónoma da Madeira, encontravam-se o Funchal e Porto Santo; na região Centro, os concelhos de Coimbra, Aveiro e Entroncamento e na NUTS II Algarve, Faro, Portimão, Loulé e Albufeira. No Norte existiam 8 concelhos (em 86) com um IpC superior a 100; em Lisboa eram 13 (em 18) e no Alentejo 8 (em 58).

Da análise da figura 12 percebe-se que apenas 5 regiões NUTS III tinham, em 2009, mais poder de compra do que o país: o Algarve (quase a igualar o valor nacional, com um índice de 100,4); o Baixo Mondego (105,2); a Península de Setúbal (105,9); o Grande Porto (115,0) e a Grande Lisboa (145,3). Para completar as 6 regiões com melhor performance neste indicador (classes 6 e 7) acresce o Alentejo Litoral, embora estando já abaixo do valor de Portugal (valor menor que 100). No extremo oposto, até ao percentil 40 (classes 1 a 3) estavam essencialmente as sub-regiões do Interior, sobretudo Norte e Centro (à exceção da Beira Interior Sul). As 3 sub-regiões com menor poder de compra, de acordo com o IpC eram: Pinhal Interior Sul (61,2); Pinhal Interior Norte (62,8) e Tâmega (63,5).

Figura 12 – Indicador *per capita* de poder de compra, por NUTS III, 2009



Fonte: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio 2009

A realidade é complexa. A quantificação de conceitos com múltiplas dimensões e a elaboração de rankings com vista a simplificar a apresentação dos fenómenos não são desideratos fáceis. Os indicadores compostos, combinações matemáticas de diversas variáveis, são tentativas de mostrar factos e de os representar de forma clara, imediata e comparativa. A ambição subjacente a estes objetivos e a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de abarcar todos os aspetos relevantes, tal como a miríade de alternativas para os perseguir determina que a escolha dos indicadores, quaisquer que sejam, não esteja isenta de controvérsia. Quanto maior a sensibilidade do que se pretende medir mais exacerbada será a celeuma. No caso do poder de compra, a opção pelo IpC presidiram os critérios já explanados na introdução do presente artigo (a manutenção, dentro do possível, dos indicadores que já figuravam nas SER desde o início, a disponibilidade com o nível geográfico mais desagregado pretendido e a regularidade necessária), bem como os explicados ao longo deste capítulo.⁹

⁹ Para mais detalhes sobre a metodologia, interpretação e indicadores complementares por favor consultar: INE, Estudo de Poder de Compra Concelhio 2009.

Levantamentos nacionais nas caixas nacionais automáticas de multibanco por habitante

As atividades ligadas aos bancos, instituições financeiras monetárias pertencentes ao setor institucional das sociedades financeiras, são incontornáveis na perceção da dinâmica das regiões. São muitos os indicadores que poderiam aferi-las, da perspetiva da entidade ou do utilizador, mas o objetivo de sintetizar determinou a necessidade de seleção de um número reduzido dos mesmos, com base nos critérios já anteriormente referidos.

As caixas automáticas são equipamentos que «permitem aos titulares de cartões bancários com banda magnética e/ou chip aceder a serviços disponibilizados a esses cartões, designadamente, levantar dinheiro de contas, consultar saldos e movimentos de conta, efetuar transferências de fundos e depositar dinheiro.»¹⁰ O quadro 5 tem os levantamentos nacionais realizados em 2011 nas caixas automáticas da rede multibanco, relativizados pelo número de habitantes de cada região. Apresenta este indicador para as NUTS I e NUTS II, bem como para os respetivos concelhos com os 5 valores mais elevados e os 5 valores mais baixos.

Quadro 5 – Levantamentos nacionais nas caixas nacionais automáticas de multibanco por habitante, 2011

Portugal		Euros	Continente		Euros	Região Autónoma dos Açores		Euros	Região Autónoma da Madeira		Euros
		2 435			2 446			2 055			2 367
Municípios											
5+	Lisboa	5 307	Lisboa	5 307	Ponta Delgada	2 590	Porto Santo	3 524			
	São João da Madeira	4 693	São João da Madeira	4 693	Madalena	2 419	Funchal	3 400			
	Sines	4 396	Sines	4 396	Horta	2 309	Machico	2 260			
	Porto	4 388	Porto	4 388	Angra do Heroísmo	2 255	Ribeira Brava	1 900			
	Albufeira	4 054	Albufeira	4 054	Vila da Praia da Vitória	2 221	Santa Cruz	1 891			
5-	Penedono	930	Penedono	930	Vila Franca do Campo	1 535	São Vicente	1 445			
	Santa Marta de Penaguião	916	Santa Marta de Penaguião	916	Nordeste	1 496	Calheta (R.A.M.)	1 310			
	Tabuaço	912	Tabuaço	912	Ribeira Grande	1 460	Ponta do Sol	1 272			
	Penalva do Castelo	828	Penalva do Castelo	828	Lajes das Flores	1 391	Santana	1 131			
	Sernancelhe	795	Sernancelhe	795	Lagoa (R.A.A.)	1 253	Câmara de Lobos	1 043			

NUTS II														
Norte		Euros	Centro		Euros	Lisboa		Euros	Alentejo		Euros	Algarve		Euros
		2 232			2 166			2 881			2 363			3 070
Municípios														
5+	São João da Madeira	4 693	Aveiro		3 416	Lisboa		5 307	Sines		4 396	Albufeira		4 054,0
	Porto	4 388	Coimbra		3 204	Oeiras		3 197	Grândola		3 074	Vila Real de Santo António		3 805,0
	Espinho	3 625	Almeida		3 142	Cascais		3 095	Évora		2 991	Faro		3 639,0
	Matosinhos	2 990	Nazaré		2 831	Montijo		2 900	Portalegre		2 837	Portimão		3 468,0
	Póvoa de Varzim	2 719	Marinha Grande		2 707	Almada		2 766	Azambuja		2 754	Loulé		3 237,0
5-	Armamar	997	Pinhel		1 064	Palmela		2 014	Arraiolos		1 617	Olhão		2 287,0
	Penedono	930	Penamacor		1 009	Odivelas		1 972	Mértola		1 586	Silves		2 227,0
	Santa Marta de Penaguião	916	Penacova		967	Seixal		1 964	Portel		1 394	São Brás de Alportel		2 159,0
	Tabuaço	912	Meda		941	Moita		1 921	Alpiarça		1 348	Alcoutim		1 353,0
	Sernancelhe	795	Penalva do Castelo		828	Sintra		1 830	Alandroal		1 243	Monchique		1 039,0

Fonte: INE, AER.

No ano de 2011, em Portugal, através de cartões de origem nacional, foram levantados 2435 euros por residente, em máquinas automáticas da rede multibanco. A região (NUTS II, que é simultaneamente NUTS I e NUTS III) onde os levantamentos relativizados pela população residente foram menores foi a Região Autónoma dos Açores (2055 euros) e, nos antípodas, estava o Algarve com 3070 euros (o que, num local onde o Turismo é preponderante, poderá ter por base a existência de levantamentos eventualmente avultados efetuados por turistas – provavelmente nacionais, não residentes). Nos

¹⁰ INE, AER. Conceitos e nomenclaturas: Capítulo 3 – Atividade Económica; subcapítulo 12 – Setor Monetário e Financeiro.

municípios do país, os levantamentos por residente, em 2011, variaram entre os 795 (Sernancelhe, na Região Norte) e os 5307 euros (Lisboa).

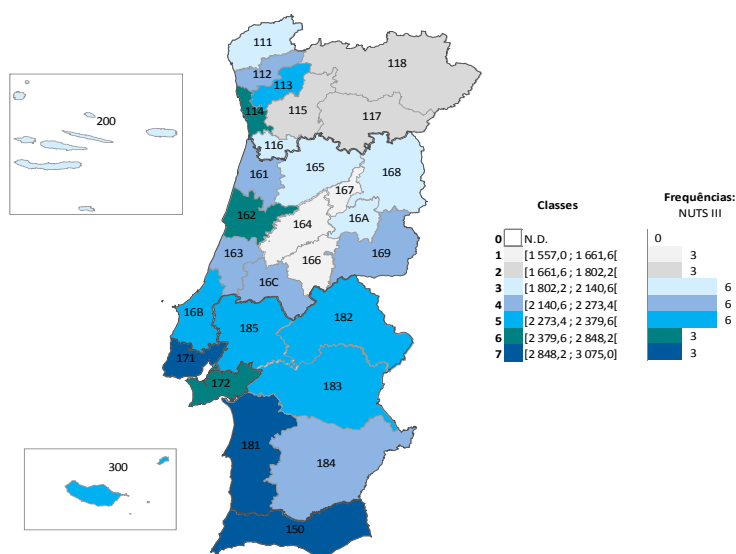
A figura 13 apresenta a perspetiva das NUTS III revelando que, neste nível de desagregação geográfica, o valor mínimo se situou na Serra da Estrela (1557 euros / residente) e o valor máximo na Grande Lisboa. As 6 sub-regiões onde, em média, em 2011, cada residente levantou mais dinheiro, foram: a Grande Lisboa (3075 euros); o Algarve (3070 euros); o Alentejo Litoral (2869 euros); O Grande Porto (2661 euros); o Baixo Mondego (2465 euros) e a Península de Setúbal (2382), todas no Litoral. Todas as regiões que se situavam nas classes 1 e 2 (com valores até cerca de 1800 euros, o percentil 20) estavam no Interior (Norte e Centro).

Figura 13 – Levantamentos nas caixas nacionais automáticas de Multibanco por habitante, por NUTS III, 2011

Portugal = 2 435,0

NUTS III		Unidade
Código	Designação	Euros
111	Minho-Lima	2 040
112	Cávado	2 207
113	Ave	2 288
114	Grande Porto	2 661
115	Tâmega	1 721
116	Entre Douro e Vouga	2 090
117	Douro	1 703
118	Alto Trás-os-Montes	1 797
161	Baixo Vouga	2 268
162	Baixo Mondego	2 465
163	Pinhal Litoral	2 249
164	Pinhal Interior Norte	1 657
165	Dão-Lafões	1 887
166	Pinhal Interior Sul	1 616
167	Serra da Estrela	1 557
168	Beira Interior Norte	1 823
169	Beira Interior Sul	2 264
16A	Cova da Beira	2 139
16B	Oeste	2 314
16C	Médio Tejo	2 229
171	Grande Lisboa	3 075
172	Península de Setúbal	2 382
181	Alentejo Litoral	2 869
182	Alto Alentejo	2 360
183	Alentejo Central	2 370
184	Baixo Alentejo	2 143
185	Lezíria do Tejo	2 277
150	Algarve	3 070
200	Região Autónoma dos Açores	2 055
300	Região Autónoma da Madeira	2 367

Fonte: INE, AER.



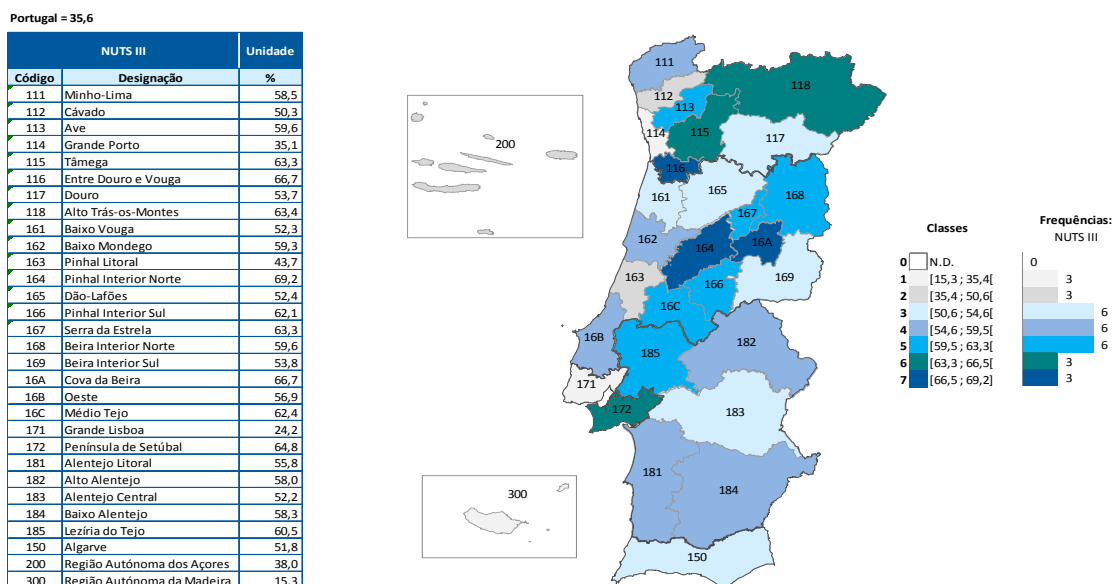
Taxa de crédito à habitação

A taxa de crédito à habitação é o peso do valor deste no total de crédito concedido a clientes por parte de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo¹¹.

Em Portugal, em 2011, 35,6% do total de crédito concedido a clientes pela OIM destinou-se à habitação. Os valores por NUTS III, expostos na figura 14, variam entre 15,3% (na Região Autónoma da Madeira) e 69,2% (no Pinhal Interior Norte). As 3 NUTS III onde o crédito mais teve como finalidades outras que não o financiamento de residências foram a Região Autónoma da Madeira, a Grande Lisboa e o Grande Porto. Nestas e em todas as sub-regiões das classes 1 e 2, exceto o Cávado, menos de metade do crédito a clientes foi destinado à habitação.

Embora não se enquadrando no âmbito desta síntese estatística, escarpelizar os outros fins do crédito (nomeadamente para perceber a importância do que visa o consumo), inclusive por tipo de clientes (empresas, pessoas singulares, etc.), permitiria tirar mais ilações sobre o perfil socioeconómico das regiões.

Figura 14 – Taxa de crédito à habitação, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

¹¹ A diferença entre o crédito total concedido pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (Outra Intermediação Monetária – OIM) e o crédito concedido a clientes corresponde a créditos sobre instituições de crédito.

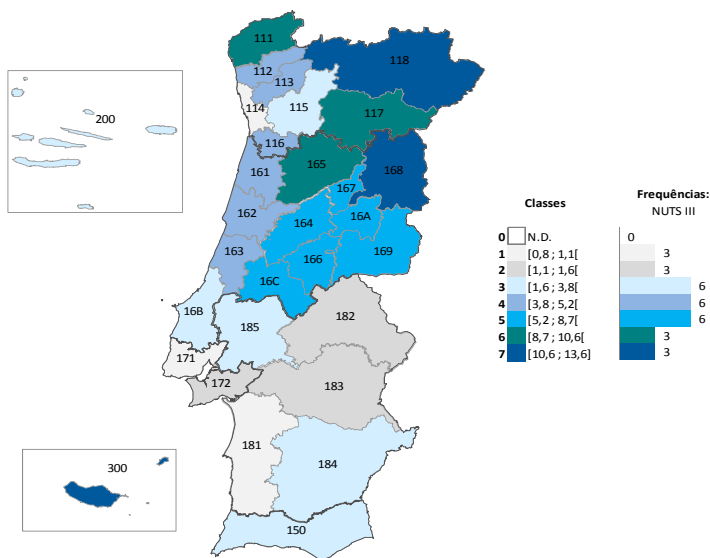
Taxa de depósitos de emigrantes

A taxa de depósitos de emigrantes corresponde à percentagem do valor destes no valor total dos depósitos. A figura 15 mostra que, em Portugal, em 2011, 3,2% do valor dos depósitos era de emigrantes e, por NUTS III, este indicador variava entre 0,8% (na Grande Lisboa) e 13,6% (na Região Autónoma da Madeira). Nas 3 classes em que a importância dos valores dos depósitos dos residentes no estrangeiro era menor estavam: Grande Lisboa, Grande Porto, Península de Setúbal, Oeste, Algarve, Região Autónoma dos Açores, Tâmega e todas as sub-regiões pertencentes à NUTS II Alentejo. Nos antípodas, estava o Norte e Centro, essencialmente Interior. Esta distribuição não será, provavelmente, indissociável da taxa de emigração.

Figura 15 – Taxa de depósitos de emigrantes, por NUTS III, 2011

Portugal = 3,2

NUTS III		Unidade
Código	Designação	%
111	Minho-Lima	10,4
112	Cávado	3,8
113	Ave	4,6
114	Grande Porto	1,1
115	Tâmega	3,8
116	Entre Douro e Vouga	3,8
117	Douro	10,2
118	Alto Trás-os-Montes	10,7
161	Baixo Vouga	4,3
162	Baixo Mondego	3,8
163	Pinhal Litoral	5,2
164	Pinhal Interior Norte	5,7
165	Dão-Lafões	8,9
166	Pinhal Interior Sul	6,4
167	Serra da Estrela	7,9
168	Beira Interior Norte	11,6
169	Beira Interior Sul	5,6
16A	Cova da Beira	6,8
16B	Oeste	3,0
16C	Médio Tejo	5,3
171	Grande Lisboa	0,8
172	Península de Setúbal	1,5
181	Alentejo Litoral	1,1
182	Alto Alentejo	1,5
183	Alentejo Central	1,2
184	Baixo Alentejo	3,5
185	Lezíria do Tejo	1,8
150	Algarve	3,2
200	Região Autónoma dos Açores	3,8
300	Região Autónoma da Madeira	13,6



Fonte: INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

IV.1. NUTS II – Evolução e 5 concelhos com melhor e pior performance

Empresas por município da sede¹²

Em 2006 Portugal tinha 1 143 648 empresas e em 2011 ficava-se por 1 112 000 (quadro 6) tendo sofrido, portanto, um decréscimo de cerca de 2,8%. A Região Autónoma dos Açores era a única NUTS II do país em que o número de sedes em 2011 era maior do que em 2006. A que decresceu relativamente menos foi a Região Autónoma da Madeira (-0,4%) e aquela em que a taxa de variação, no período considerado, foi menor foi Lisboa (-4,6%).

À semelhança de todas as regiões NUTS II, Portugal viu as suas empresas recrudescer, embora cada ano a um ritmo inferior, de 2006 a 2008. Em 2009, houve uma quebra generalizada que se intensificou no ano seguinte (com destaque para Lisboa e o Algarve) e permaneceu em 2011, embora desacelerando a descida. Os pesos relativos das várias regiões não apresentam, ao longo do tempo, alterações significativas.

Quadro 6 – Empresas por município da sede, Portugal e NUTS II, 2006-2011

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	1 143 648	100,0	..	1 206 116	100,0	5,5	1 235 093	100,0	2,4	1 198 781	100,0	-2,9	1 144 150	100,0	-4,6	1 112 000	100,0	-2,8
Norte	362 816	31,7	..	379 661	31,5	4,6	388 265	31,4	2,3	378 791	31,6	-2,4	366 022	32,0	-3,4	360 482	32,4	-1,5
Centro	251 684	22,0	..	261 804	21,7	4,0	265 740	21,5	1,5	257 460	21,5	-3,1	248 071	21,7	-3,6	241 272	21,7	-2,7
Lisboa	341 340	29,8	..	365 564	30,3	7,1	375 313	30,4	2,7	362 591	30,2	-3,4	339 650	29,7	-6,3	325 541	29,3	-4,2
Alentejo	82 487	7,2	..	85 835	7,1	4,1	87 448	7,1	1,9	84 658	7,1	-3,2	81 453	7,1	-3,8	79 747	7,2	-2,1
Algarve	59 163	5,2	..	64 463	5,3	9,0	67 667	5,5	5,0	65 945	5,5	-2,5	61 636	5,4	-6,5	58 333	5,2	-5,4
Região Autónoma dos Açores	25 073	2,2	..	26 541	2,2	5,9	27 645	2,2	4,2	26 716	2,2	-3,4	25 720	2,2	-3,7	25 633	2,3	-0,3
Região Autónoma da Madeira	21 085	1,8	..	22 248	1,8	5,5	23 015	1,9	3,4	22 620	1,9	-1,7	21 598	1,9	-4,5	20 992	1,9	-2,8

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.

Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

O quadro 7 apresenta, tal como o quadro 6, o número de empresas por município da sede, em 2011, para Portugal, para o Continente e Regiões Autónomas, para as regiões NUTS II mas também, dentro destas, para os 5 concelhos com mais e com menos empresas.

Quadro 7 – Empresas por município da sede, 2011

Portugal	Nº	Peso (%)	Continente	Nº	Peso (%)	Região Autónoma dos Açores	Nº	Peso (%)	Região Autónoma da Madeira	Nº	Peso (%)	
	1 112 000	100,00		1 065 375	100,00		25 633	100,00		20 992	100,00	
Municípios												
5+	Lisboa	96 731	8,70	Lisboa	96 731	9,08	Ponta Delgada	6 894	26,90	Funchal	11 537	54,96
	Porto	36 628	3,29	Porto	36 628	3,44	Angra do Heroísmo	4 027	15,71	Santa Cruz	2 990	14,24
	Sintra	36 245	3,26	Sintra	36 245	3,40	Ribeira Grande	2 391	9,33	Câmara de Lobos	1 603	7,64
	Vila Nova de Gaia	28 897	2,60	Vila Nova de Gaia	28 897	2,71	Vila da Praia da Vitória	2 163	8,44	Machico	1 401	6,67
	Cascais	26 786	2,41	Cascais	26 786	2,51	Horta	2 127	8,30	Ribeira Brava	738	3,52
5-	Vila Velha de Ródão	246	0,02	Monforte	260	0,02	Nordeste	424	1,65	Porto Santo	550	2,62
	Alvito	237	0,02	Arronches	255	0,02	Calheta (R.A.A.)	411	1,60	Ponta do Sol	546	2,60
	Barrancos	200	0,02	Vila Velha de Ródão	246	0,02	Santa Cruz das Flores	332	1,30	Santana	460	2,19
	Porto Moniz	158	0,01	Alvito	237	0,02	Lajes das Flores	282	1,10	São Vicente	384	1,83
	Corvo	82	0,01	Barrancos	200	0,02	Corvo	82	0,32	Porto Moniz	158	0,75

NUTS II															
Norte	Nº	Peso (%)	Centro	Nº	Peso (%)	Lisboa	Nº	Peso (%)	Alentejo	Nº	Peso (%)	Algarve	Nº	Peso (%)	
	360 482	100,00		241 272	100,00		325 541	100,00		79 747	100,00		58 333	100,00	
Municípios															
5+	Porto	36 628	10,16	Coimbra	18 821	7,80	Lisboa	96 731	29,71	Santarém	6 785	8,51	Loulé	10 086	17,29
	Vila Nova de Gaia	28 897	8,02	Leiria	15 783	6,54	Sintra	36 245	11,13	Évora	6 705	8,41	Faro	8 762	15,02
	Matosinhos	19 064	5,29	Viseu	10 059	4,17	Cascais	26 786	8,23	Beja	4 194	5,26	Portimão	7 259	12,44
	Braga	19 012	5,27	Torres Vedras	9 539	3,95	Oeiras	22 759	6,99	Santiago do Cacém	3 352	4,20	Albufeira	6 138	10,52
	Maia	14 589	4,05	Aveiro	9 133	3,79	Loures	19 750	6,07	Odemira	2 980	3,74	Olhão	4 870	8,35
5-	Tabuaço	455	0,13	Vila de Rei	302	0,13	Palmela	5 930	1,82	Mourão	276	0,35	Aljezur	771	1,32
	Boticas	412	0,11	Constância	273	0,11	Montijo	5 035	1,55	Monforte	260	0,33	Vila do Bispo	753	1,29
	Mesão Frio	305	0,08	Pampilhosa da Serra	265	0,11	Sesimbra	4 925	1,51	Arronches	255	0,32	Monchique	723	1,24
	Freixo de Espada à Cinta	284	0,08	Castanheira de Pera	262	0,11	Moita	4 503	1,38	Alvito	237	0,30	Castro Marim	685	1,17
	Penedono	262	0,07	Vila Velha de Ródão	246	0,10	Alcochete	1 681	0,52	Barrancos	200	0,25	Alcoutim	296	0,51

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas. Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

¹² O número de empresas corresponde ao número de sedes de empresas.

De acordo com o quadro 7, dentre as NUTS II, era na região Norte (nos seus 86 concelhos) que estavam sediadas a maior parte das empresas (cerca de 32%, ou seja, 360 482). Nos 18 municípios de Lisboa tinham sede 29,3%, seguindo-se o Centro com 21,7%.

Em Portugal, os concelhos com mais empresas eram Lisboa (8,7% do total do país), Porto (3,29%), Sintra (3,26%), Vila Nova de Gaia (2,6%) e Cascais (2,41%).

O município do Porto tem 10,16% das empresas da região Norte; enquanto o de Coimbra representa 7,8% do Centro; o concelho de Lisboa acolhe 29,71% da NUTS II de Lisboa; Santarém 8,51% do Alentejo e Loulé 17,29% do Algarve.

Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede¹³

O quadro 8 apresenta o pessoal ao serviço nas empresas com sede nos concelhos das várias regiões NUTS II e em Portugal, entre 2006 e 2011.

Quadro 8 – Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, Portugal e NUTS II, 2006-2011

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	3 819 940	100,0	..	3 973 458	100,0	4,0	4 063 965	100,0	2,3	3 938 491	100,0	-3,1	3 843 268	100,0	-2,4	3 735 340	100,0	-2,8
Norte	1 263 931	33,1	..	1 311 605	33,0	3,8	1 318 575	32,4	0,5	1 277 674	32,4	-3,1	1 250 346	32,5	-2,1	1 225 029	32,8	-2,0
Centro	722 833	18,9	..	741 429	18,7	2,6	754 817	18,6	1,8	725 219	18,4	-3,9	713 025	18,6	-1,7	695 600	18,6	-2,4
Lisboa	1 318 737	34,5	..	1 380 233	34,7	4,7	1 436 498	35,3	4,1	1 401 869	35,6	-2,4	1 369 916	35,6	-2,3	1 321 105	35,4	-3,6
Alentejo	207 075	5,4	..	216 165	5,4	4,4	219 003	5,4	1,3	209 981	5,3	-4,1	204 936	5,3	-2,4	201 614	5,4	-1,6
Algarve	155 917	4,1	..	166 274	4,2	6,6	174 377	4,3	4,9	167 985	4,3	-3,7	154 769	4,0	-7,9	148 096	4,0	-4,3
Região Autónoma dos Açores	67 718	1,8	..	72 431	1,8	7,0	74 759	1,8	3,2	73 321	1,9	-1,9	71 967	1,9	-1,8	69 325	1,9	-3,7
Região Autónoma da Madeira	83 729	2,2	..	85 321	2,1	1,9	85 936	2,1	0,7	82 442	2,1	-4,1	78 309	2,0	-5,0	74 571	2,0	-4,8

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.

Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

Tal como no caso do número de empresas, também o pessoal ao serviço aumentou no país entre 2006 e 2008 e começou a diminuir em 2009, continuando essa tendência até ao último ano com informação disponível. Igualmente, nesta variável, a série não apresenta grandes alterações ao nível dos pesos das regiões em nenhum dos anos. Apenas as empresas com sede em Lisboa e na Região Autónoma dos Açores têm mais pessoas ao serviço em 2011 do que em 2006. Dentre as NUTS II, o decréscimo é relativamente maior na Região Autónoma da Madeira (cerca de 11%) e menor no Norte (2,2%).

A desagregação até município, subjacente ao quadro 9, revela que o concelho de Lisboa, em 2011, albergava a sede de empresas com 15,94% do pessoal ao serviço em Portugal (cerca de 595 000), seguido de Oeiras com 3,7%. Os 5 concelhos que acolhiam a sede das empresas com menos trabalhadores (no total dos seus estabelecimentos) situavam-se no Alentejo (Alvito e Barrancos) e nas Regiões Autónomas (Porto Moniz, Lajes das Flores e Corvo).

¹³ As variáveis que respeitam a uma empresa, como o pessoal ao serviço e o volume de negócios, referem-se à totalidade da empresa com sede num município da região em causa.

Quadro 9 – Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, 2011

	Portugal	Nº	Peso (%)	Continente	Nº	Peso (%)	Região Autónoma dos Açores	Nº	Peso (%)	Região Autónoma da Madeira	Nº	Peso (%)
		3 735 340	100,00		3 591 444	100,00		69 325	100,00		74 571	100,00
Municípios												
5+	Lisboa	595 242	15,94	Lisboa	595 242	16,57	Ponta Delgada	25 286	36,47	Funchal	49 335	66,16
	Oeiras	138 175	3,70	Oeiras	138 175	3,85	Angra do Heroísmo	9 971	14,38	Santa Cruz	7 867	10,55
	Porto	136 973	3,67	Porto	136 973	3,81	Ribeira Grande	9 537	13,76	Câmara de Lobos	4 881	6,55
	Sintra	112 091	3,00	Sintra	112 091	3,12	Horta	4 629	6,68	Machico	3 806	5,10
	Matosinhos	88 394	2,37	Matosinhos	88 394	2,46	Vila da Praia da Vitória	4 410	6,36	Calheta (R.A.M.)	2 199	2,95
5-	Alvito	411	0,01	Alcoutim	477	0,01	São Roque do Pico	853	1,23	Ponta do Sol	1 310	1,76
	Porto Moniz	386	0,01	Penedono	435	0,01	Santa Cruz das Flores	782	1,13	Porto Santo	1 099	1,47
	Barrancos	366	0,01	Mourão	428	0,01	Nordeste	733	1,06	São Vicente	899	1,21
	Lajes das Flores	364	0,01	Alvito	411	0,01	Lajes das Flores	364	0,53	Santana	884	1,19
	Corvo	87	0,00	Barrancos	366	0,01	Corvo	87	0,13	Porto Moniz	386	0,52

NUTS II															
Norte	Nº	Peso (%)	Centro	Nº	Peso (%)	Lisboa	Nº	Peso (%)	Alentejo	Nº	Peso (%)	Algarve	Nº	Peso (%)	
	1 225 029	100,00		695 600	100,00		1 321 105	100,00		201 614	100,00		148 096	100,00	
Municípios															
5+	Porto	136 973	11,18	Coimbra	52 065	7,48	Lisboa	595 242	45,06	Santarém	19 369	9,61	Loulé	30 207	20,40
	Matosinhos	88 394	7,22	Leiria	51 730	7,44	Oeiras	138 175	10,46	Évora	19 060	9,45	Faro	23 641	15,96
	Vila Nova de Gaia	84 236	6,88	Aveiro	31 419	4,52	Sintra	112 091	8,48	Beja	10 819	5,37	Portimão	19 677	13,29
	Braga	65 161	5,32	Viseu	28 040	4,03	Cascais	67 330	5,10	Benavente	9 343	4,63	Albufeira	17 405	11,75
	Guimarães	62 111	5,07	Torres Vedras	26 665	3,83	Loures	66 407	5,03	Santiago do Cacém	7 892	3,91	Olhão	9 946	6,72
5-	Alfândega da Fé	806	0,07	Sardão	736	0,11	Barreiro	15 129	1,15	Monforte	525	0,26	Vila do Bispo	2 079	1,40
	Vimioso	702	0,06	Manteigas	699	0,10	Montijo	12 501	0,95	Arronches	511	0,25	Castro Marim	1 513	1,02
	Mesão Frio	665	0,05	Vila de Rei	647	0,09	Moita	10 325	0,78	Mourão	428	0,21	Aljezur	1 343	0,91
	Freixo de Espada à Cinta	642	0,05	Castanheira de Pêra	613	0,09	Sesimbra	10 313	0,78	Alvito	411	0,20	Monchique	1 329	0,90
	Penedono	435	0,04	Bançafelha da Serra	502	0,07	Alcochete	4 920	0,37	Barrancos	366	0,18	Alcoutim	477	0,32

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.

Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

Volume de negócios nas empresas por município da sede

No que concerne ao volume de negócios das empresas (VVN) com sede em Portugal, o quadro 10 mostra que se verificou um aumento de 2006 para 2007 no país e em todas as regiões NUTS II mas que, em 2008 o Algarve e a Região Autónoma da Madeira já registaram decréscimo (acompanhado de uma desaceleração do crescimento nas restantes localizações geográficas). Enquanto em 2009 todas as NUTS II decresceram, em 2010 tornaram a ser aquelas duas as únicas com comportamento negativo. Em 2011 apenas o Alentejo apresenta um valor superior ao do ano anterior (em 0,1%). (Quadro 10)

Entre 2006 e 2011 o volume de negócios das empresas com sede em Portugal aumentou 4,5%, passando de cerca de 332 mil milhões de euros para aproximadamente 347 mil milhões de euros. Todas as regiões NUTS II têm sedes de empresas cujo VVN total é superior em 2011 ao de 2006 (destacando-se, relativamente, a Região Autónoma dos Açores, com uma t.v.h. de 11,2%), exceto o Algarve (-18,6%) e a Região Autónoma da Madeira (-16,4%).

Quadro 10 – Volume de negócios nas empresas por município da sede, Portugal e NUTS II, 2006-2011

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	332 310 954	100,0	..	358 406 166	100,0	7,9	372 345 075	100,0	3,9	340 846 176	100,0	-8,5	356 390 110	100,0	4,6	347 280 462	100,0	-2,6
Norte	91 132 627	27,4	..	96 399 700	26,9	5,8	98 347 374	26,4	2,0	92 377 039	27,1	-6,1	98 250 040	27,6	6,4	95 305 240	27,4	-3,0
Centro	52 403 246	15,8	..	57 048 003	15,9	8,9	58 153 506	15,6	1,9	53 318 393	15,6	-8,3	55 898 447	15,7	4,8	55 405 841	16,0	-0,9
Lisboa	154 770 674	46,6	..	167 986 910	46,9	8,5	178 560 149	48,0	6,3	161 400 431	47,4	-9,6	168 252 626	47,2	4,2	163 887 469	47,2	-2,6
Alentejo	14 367 823	4,3	..	16 015 435	4,5	11,5	16 090 037	4,3	0,5	14 539 420	4,3	-9,6	15 107 532	4,2	3,9	15 126 729	4,4	0,1
Algarve	8 824 693	2,7	..	9 656 702	2,7	9,4	9 595 611	2,6	-0,6	8 299 380	2,4	-13,5	7 779 231	2,2	-6,3	7 179 447	2,1	-7,7
Região Autónoma dos Açores	4 840 798	1,5	..	5 230 736	1,5	8,1	5 596 803	1,5	7,0	5 375 590	1,6	-4,0	5 637 142	1,6	4,9	5 381 445	1,5	-4,5
Região Autónoma da Madeira	5 971 094	1,8	..	6 068 680	1,7	1,6	6 001 595	1,6	-1,1	5 535 923	1,6	-7,8	5 465 092	1,5	-1,3	4 994 291	1,4	-8,6

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.

Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

De acordo com o quadro 11, numa análise *cross-section*, em 2011 o concelho de Lisboa acolhia as sedes das empresas responsáveis por quase 26% do VVN de todas as empresas sediadas no país, seguido de Oeiras (6,62%); Porto (4,17%); Matosinhos (3,03%) e Sintra (3,00%). Porto, Leiria, Lisboa, Sines, Loulé, Ponta Delgada e Funchal são os municípios no lugar cimeiro das respetivas NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, R.A. Açores e R.A. Madeira).

Quadro 11 – Volume de negócios nas empresas por município da sede, 2011

Portugal	Milhares de euros	Peso (%)	Continente	Milhares de euros	Peso (%)	Região Autónoma dos Açores	Milhares de euros	Peso (%)	Região Autónoma da Madeira	Milhares de euros	Peso (%)
	347 280 462	100,00		336 904 725	100,00		5 381 445	100,00		4 994 291	100,00
Municípios											
Lisboa	89 359 152	25,73	Lisboa	89 359 152	26,52	Ponta Delgada	2 580 671	47,95	Funchal	3 572 779	71,54
Oeiras	22 991 219	6,62	Oeiras	22 991 219	6,82	Ribeira Grande	862 119	16,02	Santa Cruz	440 490	8,82
Porto	14 488 446	4,17	Porto	14 488 446	4,30	Angra do Heroísmo	833 690	15,49	Machico	254 823	5,10
Matosinhos	10 535 536	3,03	Matosinhos	10 535 536	3,13	Vila da Praia da Vitória	224 717	4,18	Câmara de Lobos	243 787	4,88
Sintra	10 424 384	3,00	Sintra	10 424 384	3,09	Horta	191 376	3,56	Calheta (R.A.M.)	217 471	4,35
Porto Moniz	13 309	0,00	Marvão	17 094	0,01	Santa Cruz das Flores	32 464	0,60	Ponta do Sol	50 475	1,01
Mourão	11 491	0,00	Penedono	15 888	0,00	Lajes do Pico	31 097	0,58	São Vicente	40 077	0,80
Lajes das Flores	10 573	0,00	Alcoutim	13 923	0,00	Nordeste	29 649	0,55	Santana	34 699	0,69
Alvito	9 388	0,00	Mourão	11 491	0,00	Lajes das Flores	10 573	0,20	Porto Santo	34 170	0,68
Corvo	1 768	0,00	Alvito	9 388	0,00	Corvo	1 768	0,03	Porto Moniz	13 309	0,27

NUTS II																						
Norte			Milhares de euros	Peso (%)	Centro			Milhares de euros	Peso (%)	Lisboa		Milhares de euros	Peso (%)	Alentejo		Milhares de euros	Peso (%)	Algarve		Milhares de euros	Peso (%)	
			95 305 240	100,00				55 405 841	100,00			163 887 469	100,00			15 126 729	100,00			7 179 447	100,00	
Municípios																						
5	Porto	14 488 446	15,20	Leiria	4 428 630	7,99	Lisboa	89 359 152	54,52	Sines	1 513 800	10,01	Loulé	1 524 049	21,23							
	Matosinhos	10 535 536	11,05	Coimbra	3 054 526	5,51	Oeiras	22 991 219	14,03	Azambuja	1 255 764	8,30	Faro	1 388 206	19,33							
	Vila Nova de Gaia	6 829 480	7,17	Figueira da Foz	2 755 285	4,97	Sintra	10 424 384	6,36	Santarém	1 236 771	8,18	Portimão	958 931	13,33							
	Maia	6 500 970	6,82	Aveiro	2 687 532	4,85	Loures	6 008 473	3,67	Évora	1 146 731	7,58	Albufeira	804 000	11,20							
	Braga	5 585 919	5,86	Torres Vedras	2 373 241	4,28	Cascais	5 207 153	3,18	Benavente	778 646	5,15	Olhão	441 840	6,13							
5	Tabuaço	37 241	0,04	Fornos de Algodres	34 892	0,06	Alcochete	1 148 453	0,70	Barrancos	21 001	0,14	São Brás de Al	112 356	1,56							
	Freixo de Espada à Cinta	28 792	0,03	Sardoal	32 141	0,06	Montijo	954 546	0,58	Castelo de Vide	20 269	0,13	Castro Marim	57 365	0,80							
	Vimioso	26 460	0,03	Vila de Rei	30 330	0,05	Barreiro	837 162	0,51	Marvão	17 094	0,11	Aljezur	56 939	0,77							
	Mesão Frio	26 439	0,03	Castanheira de Pêra	23 629	0,04	Moita	505 413	0,31	Mourão	11 491	0,08	Monchique	47 293	0,66							
	Penedono	15 888	0,02	Manteigas	22 880	0,04	Sesimbra	450 175	0,27	Alvito	9 388	0,06	Alcoutim	13 923	0,19							

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.
Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

É natural que a crise cujo início, a nível global, é apontado para 2008, tenha repercussão neste tipo de variáveis, entre outras.

Comparando os dados do quadro 6, quadro 8 e quadro 10 conclui-se que enquanto o número de empresas e o respetivo pessoal ao serviço sofreram uma quebra generalizada em 2009, o volume de negócios das empresas com sede no Algarve e na R.A. da Madeira já começou a decair no ano anterior. Ao nível do país, em 2007 o pessoal ao serviço cresceu relativamente menos (4,0%) do que as empresas (5,5%) e o VVN (7,9%); em 2008 mantiveram-se as posições mas com variações de 2,3%; 2,4% e 3,9%, respetivamente. Em 2009, foi o volume de negócios que, relativamente, mais baixou (-8,5%) e, em 2010, ao contrário da tendência de decréscimo das outras variáveis, aumentou 4,6% (o que aconteceu em todas as regiões NUTS II exceto o Algarve e a R.A. da Madeira).

Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas

Visando contribuir para a perceção da dinâmica das sociedades¹⁴, o quadro 12 e o quadro 13 mostram a evolução da sua constituição e dissolução. Em 2008 e 2009, em Portugal, o número de pessoas coletivas e entidades equiparadas dissolvidas ultrapassou o das constituídas (em 37,8% e em 15,6%, respetivamente). Tal verificou-se igualmente nas NUTS II exceto, em 2008, no Alentejo, Algarve e R.A. dos Açores, o que se repetiu em 2009 com a ressalva de que o Algarve trocou com o Norte. Em 2012, tanto o país como as suas regiões constantes dos quadros mencionados anteriormente registaram mais constituições do que dissoluções, apenas com a R.A. da Madeira a fugir à regra. O saldo absoluto é maior no Norte, mas são os Açores e o Alentejo que se destacam percentualmente.

¹⁴ Toda a informação disponível (fonte INE) é sobre "pessoas coletivas e entidades equiparadas", que se simplificará para "sociedades" (embora da sua definição não sejam de excluir, nomeadamente, fundações e associações). Pessoa coletiva: «Organização constituída por um agrupamento de indivíduos ou por um complexo patrimonial tendo em vista a prossecução de um interesse comum determinado e à qual a ordem jurídica atribui a qualidade de sujeito de direito (personalidade jurídica). Podem ser de direito público ou de direito privado.» Entidade equiparada a pessoa coletiva: «Para efeitos de inscrição no Fichero Central de Pessoas Coletivas, todos os serviços, entidades ou organismos não personalizados cujo registo se revele de interesse, nomeadamente para efeitos de planeamento e gestão.»

De acordo com o quadro 12, em 2009 e em 2012 foram constituídas menos empresas do que no ano anterior tanto em Portugal como nas sub-regiões apresentadas (à exceção da R.A. da Madeira no primeiro ano referido). Nos outros anos, a evolução foi sempre positiva salvo no Algarve (-7,9% em 2010) e nos Açores (-1,7% em 2011).

Quadro 12 – Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, Portugal e NUTS II 2008-2012

Portugal e NUTS II	2008			2009			2010			2011			2012		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	30 443	100,0	..	26 571	100,0	-12,7	28 725	100,0	8,1	33 029	100,0	15,0	29 177	100,0	-11,7
Norte	10 645	35,0	..	9 144	34,4	-14,1	10 161	35,4	11,1	11 704	35,4	15,2	10 372	35,5	-11,4
Centro	5 486	18,0	..	5 033	18,9	-8,3	5 245	18,3	4,2	5 806	17,6	10,7	5 150	17,7	-11,3
Lisboa	10 105	33,2	..	8 794	33,1	-13,0	9 253	32,2	5,2	11 070	33,5	19,6	9 591	32,9	-13,4
Alentejo	1 733	5,7	..	1 609	6,1	-7,2	1 637	5,7	1,7	1 723	5,2	5,3	1 624	5,6	-5,7
Algarve	1 876	6,2	..	1 458	5,5	-22,3	1 343	4,7	-7,9	1 576	4,8	17,3	1 410	4,8	-10,5
Região Autónoma dos Açores	398	1,3	..	304	1,1	-23,6	356	1,2	17,1	350	1,1	-1,7	332	1,1	-5,1
Região Autónoma da Madeira	200	0,7	..	229	0,9	14,5	730	2,5	218,8	800	2,4	9,6	698	2,4	-12,8

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça. INE, Base de dados online disponível em www.ine.pt. Cálculos GEE a partir dos dados mensais.

No que concerne à dissolução de sociedades (Quadro 13), dentre os anos disponíveis, o pico situou-se, claramente, em 2008, em Portugal (com perto de 42 000) e nas regiões NUTS II Norte, Centro e Lisboa. No Algarve e na R.A. dos Açores o ano em que houve mais cessações definitivas de atividade foi 2009; no Alentejo e na R.A. da Madeira foi em 2011.

É de salientar que o decreto-lei 76-A/2006, de 29 de março, permite a dissolução não voluntária de entidades comerciais por iniciativa do Estado, quando haja indicadores objetivos de ausência de atividade, mesmo que elas subsistam juridicamente. Os valores de 2008, provavelmente, já terão incorporadas as consequências desta possibilidade.

Em 2009 houve quase menos 27% de dissoluções de pessoas coletivas e entidades equiparadas. Em 2010 e 2012 caíram 27,3% e 21,7%, respetivamente, havendo igualmente diminuição em todas as NUTS II. Em 2011 o número aumentou no país (quase 48%) e em todas as regiões.

Quadro 13 - Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, Portugal e NUTS II 2008-2012

Portugal e NUTS II	2008			2009			2010			2011			2012		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	41 936	100,0	..	30 706	100,0	-26,8	22 319	100,0	-27,3	32 990	100,0	47,8	25 844	100,0	-21,7
Norte	14 936	35,6	..	8 281	27,0	-44,6	5 450	24,4	-34,2	9 729	29,5	78,5	8 190	31,7	-15,8
Centro	6 241	14,9	..	5 128	16,7	-17,8	3 309	14,8	-35,5	4 583	13,9	38,5	4 447	17,2	-3,0
Lisboa	17 602	42,0	..	12 448	40,5	-29,3	10 450	46,8	-16,1	13 860	42,0	32,6	9 503	36,8	-31,4
Alentejo	1 322	3,2	..	1 386	4,5	4,8	1 107	5,0	-20,1	1 562	4,7	41,1	1 128	4,4	-27,8
Algarve	1 110	2,6	..	2 006	6,5	80,7	993	4,4	-50,5	1 682	5,1	69,4	1 312	5,1	-22,0
Região Autónoma dos Açores	214	0,5	..	286	0,9	33,6	113	0,5	-60,5	279	0,8	146,9	201	0,8	-28,0
Região Autónoma da Madeira	511	1,2	..	1 171	3,8	129,2	897	4,0	-23,4	1 295	3,9	44,4	1 063	4,1	-17,9

Fonte: Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça. INE, Base de dados online disponível em www.ine.pt. Cálculos GEE a partir dos dados mensais.

Exportações de mercadorias

O comércio internacional é incontornável e, num mundo globalizado, toma particular relevância.

Observando o quadro 14, verifica-se que, excetuando em 2009, as exportações portuguesas, desde 2006, cresceram sempre, o que também é verdade para todas as NUTS II menos para o Norte e o Alentejo em 2008; a R.A. da Madeira em 2010 e a R.A. dos Açores em 2012. Em 2009, a R.A. dos Açores foi a única que albergava operadores cujas exportações de mercadorias aumentaram (27,4%). Na R.A. da Madeira, houve um decréscimo de 9,1% e, nas restantes NUTS II, a taxa de variação situou-se entre os -22,4% (das empresas com sede no Alentejo) e os -15,5% (Centro). Em 2012 destacou-se, relativamente, a subida da Madeira, para mais do dobro (132,1%).

Quanto aos pesos, a região com maior preponderância foi, em todos os anos considerados, o Norte, seguido de Lisboa e do Centro.

Em 2006 Portugal exportava mais de 35,5 mil milhões de euros e em 2012 o valor ultrapassava os 45,3 mil milhões de euros. O mesmo agregado, considerando os operadores com sede na região de Lisboa, cresceu perto de 56%, passando de quase 9,8 mil milhões de euros para 15,3 mil milhões de euros. A Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira foram as que relativamente mais cresceram (de 32,8 e 33,8 mil milhões de euros para cerca de 110 e 144,6 milhões de euros, respetivamente).

Quadro 14 – Exportações de mercadorias de operadores com sede na região, Portugal e NUTS II, 2006-2012

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012		
	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	35 640 473	100,0	..	38 294 062	100,0	7,4	38 847 346	100,0	1,4	31 696 763	100,0	-18,4	37 267 907	100,0	17,6	42 828 033	100,0	14,9	45 323 953	100,0	5,8
Norte	13 250 649	37,2	..	14 571 024	38,1	10,0	14 549 609	37,5	-0,1	11 859 865	37,4	-18,5	14 046 785	37,7	18,4	16 020 739	37,4	14,1	16 788 227	37,0	4,8
Centro	6 650 327	18,7	..	7 557 793	19,7	13,6	7 654 330	19,7	1,3	6 467 903	20,4	-15,5	7 832 891	21,0	21,1	8 227 335	19,2	5,0	8 595 582	19,0	4,5
Lisboa	9 798 304	27,5	..	10 793 229	28,2	10,2	11 650 000	30,0	7,9	9 424 802	29,7	-19,1	11 153 493	29,9	18,3	14 075 897	32,9	26,2	15 257 454	33,7	8,4
Alentejo	1 894 892	5,3	..	2 303 737	6,0	21,6	2 190 691	5,6	-4,9	1 699 198	5,4	-22,4	2 266 227	6,1	33,4	2 662 903	6,2	17,5	2 744 611	6,1	3,1
Algarve	93 613	0,3	..	101 467	0,3	8,4	113 905	0,3	12,3	91 434	0,3	-19,7	130 290	0,3	42,5	140 222	0,3	7,6	142 386	0,3	1,5
Região Autónoma dos Açores	32 894	0,1	..	42 484	0,1	29,2	61 108	0,2	43,8	77 856	0,2	27,4	83 082	0,2	6,7	117 096	0,3	40,9	110 057	0,2	-6,0
Região Autónoma da Madeira	33 823	0,1	..	39 498	0,1	16,8	65 963	0,2	67,0	59 932	0,2	-9,1	58 353	0,2	-2,6	62 329	0,1	6,8	144 665	0,3	132,1

Fonte: INE, Comércio Internacional.

Notas: Os valores disponíveis de importações e de exportações a nível regional são os declarados e estão de acordo com o município de sede dos operadores. A partir de 2005 passou a aplicar-se o princípio da confidencialidade passiva. Os totais poderão não corresponder à soma das partes devido à indisponibilidade de alguma informação. Os dados de 2012 são preliminares.

Importações de mercadorias

As importações (Quadro 15) portuguesas cresceram em 2007 e em 2008, mas diminuíram 20% em 2009, o que não será alheio às quebras na procura e na oferta (patentes no decréscimo de outros indicadores constantes no presente artigo, como o nº de empresas, o volume de negócios, etc.). Em 2010 houve novo crescimento, no país e em todas as NUTS II, mas o valor de Portugal ainda ficou aquém do de 2008, o que continuou a verificar-se em 2011. Em 2012 as importações dos operadores com sede no país e em todas as regiões do Continente apresentadas decresceram.

Entre 2006 e 2012, as importações subiram em todas as NUTS II, exceto no Norte (-4,3%). Embora somando os valores das regiões se verifique que no país houve um aumento, no cômputo geral, houve uma descida de 0,1% (de cerca de 56 294 mil milhões de euros para 56 234 mil milhões de euros).

Quanto aos pesos, destacou-se sempre a região de Lisboa (com os operadores com sede nesta NUTS II a serem em todos os anos responsáveis por mais de 50% do valor das importações portuguesas).

Quadro 15 – Importações de mercadorias de operadores com sede na região, Portugal e NUTS II, 2006-2012

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012		
	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Milhares de euros	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	56 294 641	100,0	..	59 926 543	100,0	6,5	64 193 886	100,0	7,1	51 378 501	100,0	-20,0	58 647 391	100,0	14,1	59 229 299	100,0	1,0	56 234 325	100,0	-5,1
Norte	12 164 685	21,6	..	13 078 091	21,8	7,5	13 635 918	21,2	4,3	10 542 771	20,5	-22,7	12 128 868	20,7	15,0	12 692 821	21,4	4,6	11 644 991	20,7	-8,3
Centro	5 906 273	10,5	..	6 806 945	11,4	15,2	7 024 842	10,9	3,2	5 385 198	10,5	-23,3	6 504 685	11,1	20,8	7 187 187	12,1	10,5	6 797 832	12,1	-5,4
Lisboa	29 907 698	53,1	..	32 498 117	54,2	8,7	36 561 177	57,0	12,5	29 431 571	57,3	-19,5	33 907 000	57,8	15,2	33 779 028	57,0	-0,4	32 433 260	57,7	-4,0
Alentejo	1 742 095	3,1	..	2 030 782	3,4	16,6	2 035 124	3,2	0,2	1 681 961	3,3	-17,4	2 230 624	3,8	32,6	2 275 751	3,8	2,0	1 986 346	3,5	-12,7
Algarve	197 637	0,4	..	237 521	0,4	20,2	270 236	0,4	13,8	212 641	0,4	-21,3	247 680	0,4	16,5	248 709	0,4	0,4	207 541	0,4	-16,6
Região Autónoma dos Açores	84 800	0,2	..	102 890	0,2	21,3	96 411	0,2	-6,3	127 605	0,2	32,4	175 806	0,3	37,8	120 471	0,2	-31,5	131 310	0,2	9,0
Região Autónoma da Madeira	168 878	0,3	..	156 873	0,3	-7,1	174 895	0,3	11,5	152 842	0,3	-12,6	157 665	0,3	3,2	118 994	0,2	-24,5	178 739	0,3	50,2

Fonte: INE, Comércio Internacional.

Notas: Os valores disponíveis de importações e de exportações a nível regional são os declarados e estão de acordo com o município de sede dos operadores. A partir de 2005 passou a aplicar-se o princípio da confidencialidade passiva. Os totais poderão não corresponder à soma das partes devido à indisponibilidade de alguma informação. Os dados de 2012 são preliminares.

Saldo da Balança Comercial e Taxa de Cobertura das importações pelas exportações

O saldo da balança comercial é a diferença entre o valor das exportações e o valor das importações de mercadorias. A taxa de cobertura das importações pelas exportações é o rácio entre as exportações e as importações, multiplicado por 100.

O quadro 16 mostra que em todos os anos, de 2006 a 2012, a balança comercial portuguesa foi deficitária. Entre 2006 e 2010 a taxa de cobertura situou-se entre 60,5% e 63,9%; em 2011 passou para 72,3% e em 2012 as exportações representavam 80,6% das importações, evolução que se deve ao efeito combinado dos agregados patentes no quadro 14 e no quadro 15. Neste contexto, é de destacar a subida de 14,9% das exportações em 2011 face a uma t.v.h. de 1% das importações e o facto de, em 2012, as primeiras terem subido 5,8%, variação quase simétrica das segundas (-5,1%).

Os operadores sediados nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo tiveram sempre um valor de exportações mais elevado que de importações, ou seja, uma balança comercial positiva e uma taxa de cobertura superior a 100.

Em Portugal, como em todas as regiões NUTS II, o valor máximo da taxa de cobertura no período em análise, verificou-se em 2012 (à exceção da R.A. dos Açores, que foi em 2011). No Norte o valor das exportações era 44,2% superior ao das importações; no Alentejo era 38,2% maior e no Centro era 26,4% mais elevado. Nas restantes regiões, as exportações eram menores que as importações sendo, em Lisboa, cerca de metade (47%).

Quadro 16 – Saldo da Balança Comercial e Taxa de Cobertura das importações pelas exportações, Portugal e NUTS II, 2006-2012

Portugal e NUTS II	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)	Saldo da Balança Comercial (Milhares de euros)	Tx de cobertura (%)
Portugal	-20 654 167	63,3	-21 632 481	63,9	-25 346 539	60,5	-19 681 737	61,7	-21 379 485	63,5	-16 401 266	72,3	-10 910 372	80,6
Norte	1 085 964	108,9	1 492 934	111,4	913 691	106,7	1 317 094	112,5	1 917 917	115,8	3 327 918	126,2	5 143 236	144,2
Centro	744 054	112,6	750 848	111,0	629 488	109,0	1 082 705	120,1	1 328 206	120,4	1 040 148	114,5	1 797 750	126,4
Lisboa	-20 109 394	32,8	-21 704 889	33,2	-24 911 177	31,9	-20 006 769	32,0	-22 753 507	32,9	-19 703 132	41,7	-17 175 807	47,0
Alentejo	152 797	108,8	272 955	113,4	155 567	107,6	17 237	101,0	35 603	101,6	387 152	117,0	758 265	138,2
Algarve	-104 024	47,4	-136 054	42,7	-156 331	42,2	-121 207	43,0	-117 390	52,6	-108 487	56,4	-65 155	68,6
Região Autónoma dos Açores	-51 905	38,8	-60 405	41,3	-35 303	63,4	-49 748	61,0	-92 724	47,3	-3 375	97,2	-21 252	83,8
Região Autónoma da Madeira	-135 055	20,0	-117 375	25,2	-108 932	37,7	-92 910	39,2	-99 312	37,0	-56 666	52,4	-34 074	80,9

Fonte: INE, Comércio Internacional. Cálculos GEE.

Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros

Um dos indicadores do setor do Turismo é a capacidade de alojamento, ou seja, o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento, aferido pelo número de camas (em que as de casal contam como duas).

De acordo com o quadro 17, todas as regiões NUTS II e, portanto, Portugal, aumentaram a sua capacidade de alojamento entre 2006 e 2011, com o Alentejo a destacar-se pela sua maior subida relativa (38,1%, passando de 9 323 camas no primeiro ano considerado para 12 874 no último). Lisboa recrudescer 14,4%; o Norte 13,1% e o Centro 11,3%. O Algarve, depois da Região Autónoma da Madeira, foi a que cresceu relativamente menos, mas manteve-se sempre como a região com o maior número de camas. O país tinha, em 2006 cerca de 264 000 camas e passou a ter, em 2011, mais de 289 000. O acréscimo verificou-se em todos os anos exceto 2009, à custa do mesmo comportamento da região do Algarve (que teve uma t.v.h. de -2,9%).

O quadro 17 mostra que o Algarve é, em todos os anos, de 2006 a 2011, a região com maior número de camas em estabelecimentos hoteleiros (sendo responsável por 35% a 36,9% da capacidade de alojamento total do país), seguida de Lisboa (entre 18,2% e 19,2%) e ou do Centro ou do Norte.

Quadro 17 – Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II 2006-2011

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	264 037	100,0	..	264 747	100,0	0,3	273 975	100,0	3,5	273 804	100,0	-0,1	279 506	100,0	2,1	289 107	100,0	3,4
Norte	35 504	13,4	..	36 421	13,8	2,6	38 817	14,2	6,6	38 827	14,2	0,0	38 386	13,7	-1,1	40 156	13,9	4,6
Centro	36 607	13,9	..	36 837	13,9	0,6	38 148	13,9	3,6	38 605	14,1	1,2	38 920	13,9	0,8	40 733	14,1	4,7
Lisboa	47 986	18,2	..	49 654	18,8	3,5	51 116	18,7	2,9	52 041	19,0	1,8	53 756	19,2	3,3	54 912	19,0	2,2
Alentejo	9 323	3,5	..	9 961	3,8	6,8	10 008	3,7	0,5	10 591	3,9	5,8	11 899	4,3	12,4	12 874	4,5	8,2
Algarve	97 524	36,9	..	96 180	36,3	-1,4	98 724	36,0	2,6	95 910	35,0	-2,9	98 980	35,4	3,2	102 462	35,4	3,5
Região Autónoma dos Açores	8 436	3,2	..	8 397	3,2	-0,5	8 662	3,2	3,2	8 806	3,2	1,7	8 699	3,1	-1,2	8 871	3,1	2,0
Região Autónoma da Madeira	28 657	10,9	..	27 297	10,3	-4,7	28 500	10,4	4,4	29 024	10,6	1,8	28 866	10,3	-0,5	29 099	10,1	0,8

Fonte: INE, AER.

Edifícios licenciados

O número de edifícios licenciados ajuda a compreender a dinâmica do setor da Construção. O quadro 18 revela que em Portugal, em 2006, foram licenciados para construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições 49 349 edifícios. Em 2011 este valor foi menos de metade (-52,6%), ficando pelos 23 416. Em todos os anos houve um decréscimo, que acelerou até 2009, e se verificou em todas as NUTS II exceto no Alentejo em 2007 e na Região Autónoma dos Açores em 2010. O peso relativo das regiões apresentadas não se alterou muito ao longo dos anos.

Quadro 18 – Edifícios licenciados, Portugal e NUTS II 2006-2011

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	49 349	100,0	..	45 829	100,0	-7,1	38 988	100,0	-14,9	30 587	100,0	-21,5	27 775	100,0	-9,2	23 416	100,0	-15,7
Norte	16 503	33,4	..	15 128	33,0	-8,3	13 002	33,3	-14,1	10 539	34,5	-18,9	9 924	35,7	-5,8	8 266	35,3	-16,7
Centro	14 303	29,0	..	13 235	28,9	-7,5	11 547	29,6	-12,8	9 618	31,4	-16,7	8 744	31,5	-9,1	7 377	31,5	-15,6
Lisboa	7 030	14,2	..	6 393	13,9	-9,1	5 239	13,4	-18,1	3 987	13,0	-23,9	3 229	11,6	-19,0	2 799	12,0	-13,3
Alentejo	5 017	10,2	..	5 038	11,0	0,4	4 162	10,7	-17,4	3 093	10,1	-25,7	2 775	10,0	-10,3	2 473	10,6	-10,9
Algarve	3 269	6,6	..	3 184	6,9	-2,6	2 648	6,8	-16,8	1 744	5,7	-34,1	1 470	5,3	-15,7	1 072	4,6	-27,1
Região Autónoma dos Açores	2 083	4,2	..	1 834	4,0	-12,0	1 573	4,0	-14,2	1 022	3,3	-35,0	1 096	3,9	7,2	937	4,0	-14,5
Região Autónoma da Madeira	1 144	2,3	..	1 017	2,2	-11,1	817	2,1	-19,7	584	1,9	-28,5	537	1,9	-8,0	492	2,1	-8,4

Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

Numa análise até ao nível de município (Quadro 19), de 2011, destaca-se Cascais, com 552 edifícios licenciados (representando 2,36% do total do país), seguido de Lisboa com 498. No extremo oposto, estava Porto Moniz com apenas 1. No conjunto dos 5 concelhos com os menores valores em Portugal estavam dois da R.A. dos Açores (Lajes das Flores e Corvo), um da R.A. da Madeira (Porto Moniz), um do Alentejo (Fronteira) e um de Lisboa (Amadora).

Dentre os 18 municípios da NUTS II de Lisboa, os 5 do topo da tabela em 2011 (Quadro 19) representavam 65,31%. Penafiel, Leiria, Cascais, Santiago do Cacém, Loulé, Ponta Delgada e Funchal foram os concelhos com mais edifícios licenciados no Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, R.A. dos Açores e R.A. da Madeira, respetivamente.

Quadro 19 – Edifícios licenciados, 2011

	Portugal	Nº	Peso (%)	Continente	Nº	Peso (%)	Região Autónoma dos Açores	Nº	Peso (%)	Região Autónoma da Madeira	Nº	Peso (%)
		23 416	100,00			21 987		100,00			937	100,00
Municípios												
5+	Cascais	552	2,36	Cascais	552	2,51	Ponta Delgada	205	21,88	Funchal	113	22,97
	Lisboa	498	2,13	Lisboa	498	2,26	Ribeira Grande	172	18,36	Santa Cruz	81	16,46
	Leiria	431	1,84	Leiria	431	1,96	Angra do Heroísmo	120	12,81	Ponta do Sol	73	14,84
	Penafiel	310	1,32	Penafiel	310	1,41	Vila da Praia da Vitória	110	11,74	Machico	65	13,21
	Porto	299	1,28	Porto	299	1,36	Lagoa (R.A.A)	56	5,98	Calheta (R.A.M.)	42	8,54
5-	Lajes das Flores	5	0,02	Arronches	10	0,05	Velas	16	1,71	Ribeira Brava	21	4,27
	Corvo	4	0,02	São João da Madeira	9	0,04	Calheta (R.A.A.)	14	1,49	Santana	21	4,27
	Fronteira	3	0,01	Alfândega da Fé	7	0,03	Santa Cruz das Flores	9	0,96	Porto Santo	21	4,27
	Amadora	2	0,01	Fronteira	3	0,01	Lajes das Flores	5	0,53	São Vicente	14	2,85
	Porto Moniz	1	0,00	Amadora	2	0,01	Corvo	4	0,43	Porto Moniz	1	0,20

NUTS II															
Norte	Nº	Peso (%)	Centro	Nº	Peso (%)	Lisboa	Nº	Peso (%)	Alentejo	Nº	Peso (%)	Algarve	Nº	Peso (%)	
	8 266	100,00		7 377	100,00		2 799	100,00		2 473	100,00		1 072	100,00	
Municípios															
5+	Penafiel	310	3,75	Leiria	431	5,84	Cascais	552	19,72	Santiago do Cacém	218	8,82	Loulé	151	14,09
	Porto	299	3,62	Viseu	276	3,74	Lisboa	498	17,79	Santarém	192	7,76	Albufeira	121	11,29
	Guimarães	292	3,53	Torres Vedras	257	3,48	Loures	298	10,65	Évora	169	6,83	Faro	116	10,82
	Barcelos	276	3,34	Coimbra	231	3,13	Ódivelas	249	8,90	Salvaterra de Magos	101	4,08	Silves	103	9,61
	Braga	264	3,19	Ourense	227	3,08	Mafra	231	8,25	Odemira	100	4,04	Aljezur	77	7,18
5-	Mesão Frio	18	0,22	Figueiró dos Vinhos	16	0,22	Vila Franca de Xira	39	1,39	Alvito	11	0,44	Olhão	40	3,73
	Freixo de Espada à Cinta	11	0,13	Castanheira de Pêra	15	0,20	Oeiras	37	1,32	Barrancos	11	0,44	Vila do Bispo	37	3,45
	Penedono	11	0,13	Óbidos	12	0,16	Montijo	32	1,14	Vidigueira	11	0,44	Monchique	32	2,99
	São João da Madeira	9	0,11	Sobral de Monte Agraço	12	0,16	Alcochete	10	0,36	Arronches	10	0,40	São Brás de Alportel	21	1,96
	Alfândega da Fé	7	0,08	Vila Nova da Barquinha	11	0,15	Amadora	2	0,07	Fronteira	3	0,12	Alcoutim	11	1,03

Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

IV.1.1. NUTS II – Pesos

Legenda dos gráficos:

■ Norte ■ Centro ■ Lisboa ■ Alentejo ■ Algarve ■ R.A. Açores ■ R.A. Madeira

Empresas e empresas da indústria transformadora por município da sede

Gráfico 1 – Empresas por município da sede, NUTS II (%), 2011

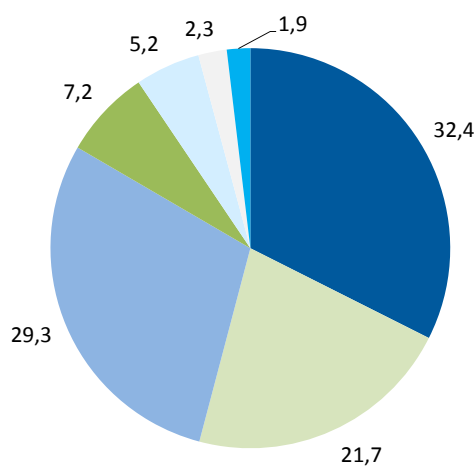
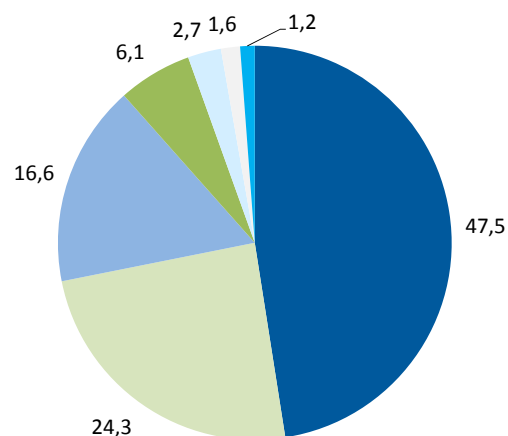


Gráfico 2 – Empresas da indústria transformadora por município da sede, NUTS II (%), 2011



Pessoal ao serviço nas empresas e nas empresas da indústria transformadora por município da sede

Gráfico 3 – Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, NUTS II (%), 2011

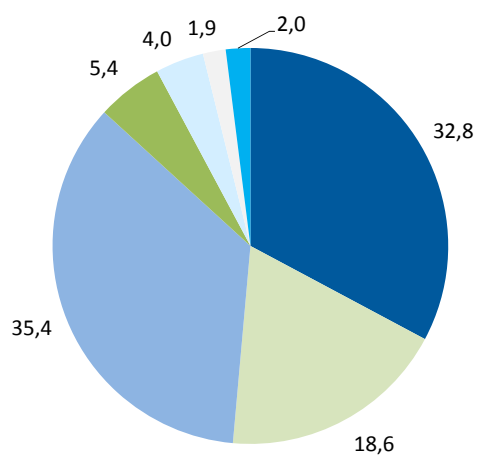
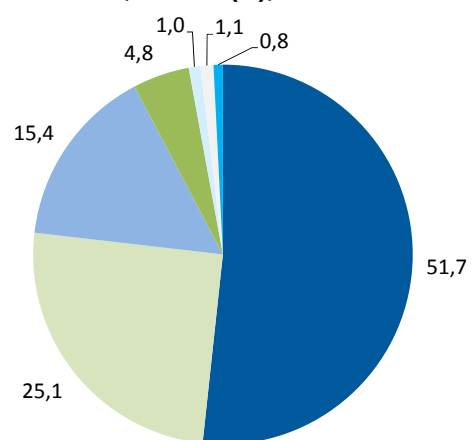


Gráfico 4 – Pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora por município da sede, NUTS II (%), 2011



Volume de negócios nas empresas e nas empresas da indústria transformadora por município da sede

Gráfico 5 – Volume de negócios nas empresas por município da sede, NUTS II (%), 2011

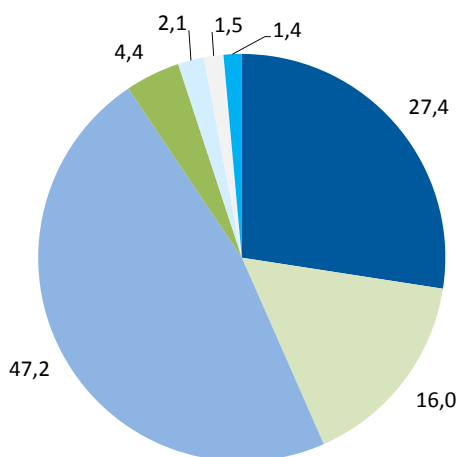


Gráfico 6 – Volume de negócios nas empresas da indústria transformadora por município da sede, NUTS II (%), 2011

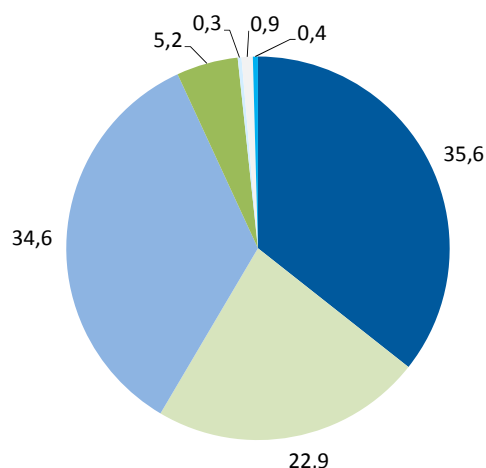


Gráfico 1, gráfico 2, gráfico 3, gráfico 4, gráfico 5 e gráfico 6:

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.

Nota: Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.

Em 2011 existiam 1 112 000 empresas com sede em Portugal, 83,4% das quais nas regiões Norte, Lisboa e Centro (32,4%; 29,3% e 21,7%, respetivamente) (Gráfico 1 e Quadro 7). Se se considerarem apenas as empresas da indústria transformadora¹⁵ o Centro, mas sobretudo o Norte vê o seu peso aumentar, em detrimento de Lisboa (Gráfico 2).

A análise conjunta do gráfico 1, do gráfico 3 e do gráfico 5 revela que 29,3% das sedes de empresas em Portugal se situava em Lisboa e que todos os seus estabelecimentos tinham ao seu serviço 35,4% das pessoas que trabalhavam em empresas sediadas no país e eram responsáveis por 47,2% (cerca de 163,9 mil milhões de euros) do volume de negócios (VVN) destas (Quadro 10). É de salientar que o universo das 3 variáveis é sempre o mesmo (empresas com sede nacional), mas o pessoal ao serviço e o VVN corresponde ao total de todos os estabelecimentos do universo referido, independentemente da sua localização.

No que concerne à indústria transformadora, das 72 286 sedes de empresas da secção C da CAE Rev. 3 existentes em Portugal, 34 353 (47,5%) localizavam-se na região Norte; 24,3% no Centro e 16,6% em Lisboa. As 34 353 empresas referidas tinham, no cômputo geral, 352 354 pessoas ao serviço (51,7%), com o Centro a deter 25,1% e Lisboa 15,4% do emprego. O peso relativo das duas primeiras NUTS II em termos de volume de vendas, por comparação com as outras variáveis consideradas, era muito menor (35,6% e 22,9%) por compensação, sobretudo, de Lisboa (34,6%).

¹⁵ Secção C da CAE Rev. 3

Exportações e importações de mercadorias

Legenda dos gráficos:

Norte Centro Lisboa Alentejo Algarve R.A. Açores R.A. Madeira

Gráfico 7 – Exportações de mercadorias de operadores com sede na região, NUTS II (%), 2011

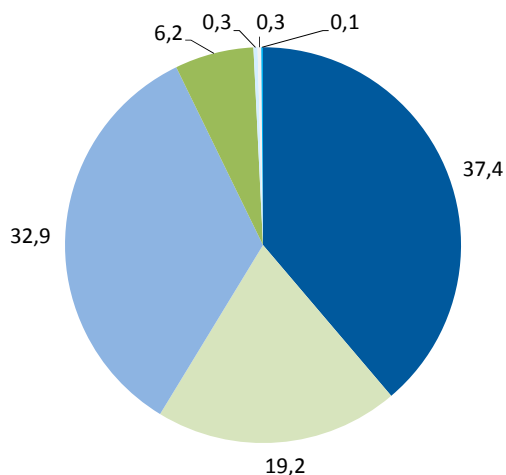
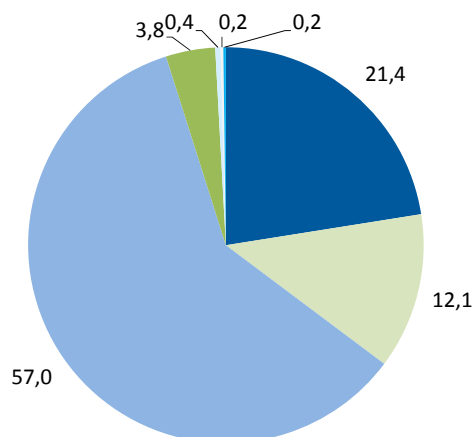


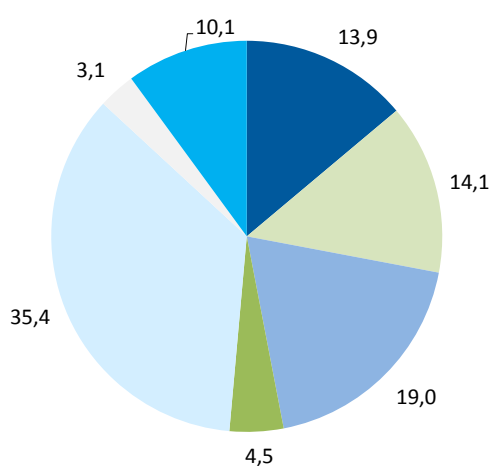
Gráfico 8 – Importações de mercadorias de operadores com sede na região, NUTS II (%), 2011



Em 2011, as empresas com sede na NUTS II Lisboa foram responsáveis por 32,9% do valor das exportações e por 57% das importações, peso essencialmente “retirado” ao Norte (37,4% *versus* 21,4%) e ao Centro (19,2% *versus* 12,1%), o que poderá não ser alheio ao tipo de produtos e aos setores dominantes em cada localização geográfica.

Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros

Gráfico 9 – Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros, NUTS II (%), 2011



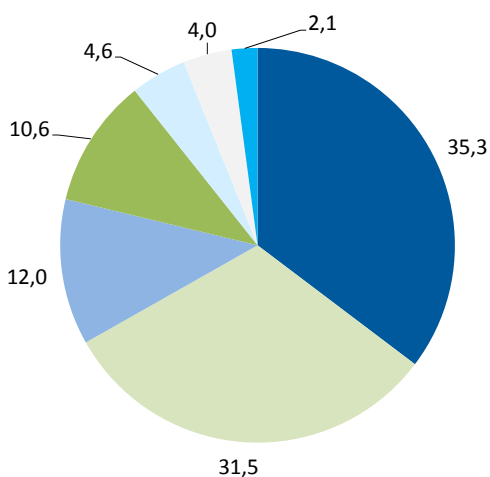
Fonte: INE, AER.

Em 2011, das 289 107 camas disponíveis em Portugal, 102 462 (Quadro 17) eram no Algarve. O gráfico 9 torna visível que, neste ano, o Algarve acautelava, portanto, 35,4% da capacidade de alojamento; seguido de Lisboa (19%); do Centro (14,1%); do Norte (13,9%) e da R.A. da Madeira (10,1%).

Edifícios licenciados

Em relação aos edifícios licenciados, o gráfico 10 mostra claramente a distribuição por NUTS II, com a preponderância do Norte (que, dos 23 416 albergava 8 266, isto é, 35,3%). Com o 2º maior peso estava o Centro (31,5%) e, em terceiro lugar, Lisboa (12%).

Gráfico 10 – Edifícios licenciados, NUTS II (%), 2011



Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

V. MERCADO DE TRABALHO E INDICADORES SOCIAIS

TCO nos estabelecimentos por município

O quadro 20 mostra o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setores¹⁶, em Portugal e nas regiões NUTS II, em 2000 e em 2009.

Em cada região, o número de TCO por setor é obtido por agregação dos trabalhadores alocados aos estabelecimentos localizados nos concelhos que a formam e cuja atividade se enquadra nas secções da CAE Rev. 3 que correspondem ao setor em causa.

De 2000 para 2009 o número de TCO cresceu 6,2% a nível nacional e cresceu em todas as regiões NUTS II exceto no Norte (-0,6%). Verificou-se uma subida de apenas 1,5% no setor primário (à custa do Norte, Centro e R.A. da Madeira); uma descida de 20,7% no setor secundário (que só não se verificou no Algarve e na R.A. Açores) e um recrudescimento de 29,1% no setor terciário (com as NUTS II com t.v.h entre 23,3% e 41,2%), acentuando a sua primazia.

Comparando a importância do número de TCO nos estabelecimentos dos municípios de cada NUTS II em 2000 e em 2009 não se verifica grande diferença intra-setor mantendo-se, regra geral, as posições relativas.

Quadro 20 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), Portugal e NUTS II, 2000 e 2009

Portugal e NUTS II	TOTAL					Setor Primário					Setor Secundário					Setor Terciário				
	2000		2009			2000		2009			2000		2009			2000		2009		
	Nº	Peso (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	2 048 444	100,0	2 175 028	100,0	6,2	34 316	100,0	34 839	100,0	1,5	924 536	100,0	733 067	100,0	-20,7	1 089 592	100,0	1 407 122	100,0	29,1
Norte	734 615	35,9	729 984	33,6	-0,6	4 699	13,7	5 594	16,1	19,0	442 443	47,9	337 064	46,0	-23,8	287 473	26,4	387 326	27,5	34,7
Centro	416 319	20,3	433 994	20,0	4,2	8 687	25,3	9 513	27,3	9,5	226 063	24,5	177 965	24,3	-21,3	181 569	16,7	246 516	17,5	35,8
Lisboa	627 703	30,6	689 561	31,7	9,9	3 973	11,6	3 143	9,0	-20,9	172 042	18,6	135 178	18,4	-21,4	451 688	41,5	551 240	39,2	22,0
Alentejo	115 989	5,7	126 797	5,8	9,3	13 290	38,7	12 987	37,3	-2,3	45 230	4,9	39 843	5,4	-11,9	57 469	5,3	73 967	5,3	28,7
Algarve	76 628	3,7	101 899	4,7	33,0	2 130	6,2	2 118	6,1	-0,6	15 196	1,6	19 581	2,7	28,9	59 302	5,4	80 200	5,7	35,2
Região Autónoma dos Açores	31 216	1,5	41 471	1,9	32,9	1 267	3,7	1 149	3,3	-9,3	9 527	1,0	11 493	1,6	20,6	20 422	1,9	28 829	2,0	41,2
Região Autónoma da Madeira	45 974	2,2	51 322	2,4	11,6	270	0,8	335	1,0	24,1	14 035	1,5	11 943	1,6	-14,9	31 669	2,9	39 044	2,8	23,3

Fonte: INE, AER.

¹⁶ Setores e respetivas secções da CAE Rev. 3 → Setor primário: A; setor secundário: B-F; setor terciário: G-U.

TCO nos estabelecimentos por município – Distribuição por setor

Os gráficos seguintes mostram, para cada NUTS II e para o país, a estrutura setorial dos trabalhadores por conta de outrem (TCO), em 2000 e em 2009 (último ano disponível no AER, principal fonte de informação das SER e do presente artigo).

Legenda dos gráficos:

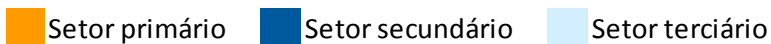


Gráfico 11 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), Portugal, 2000

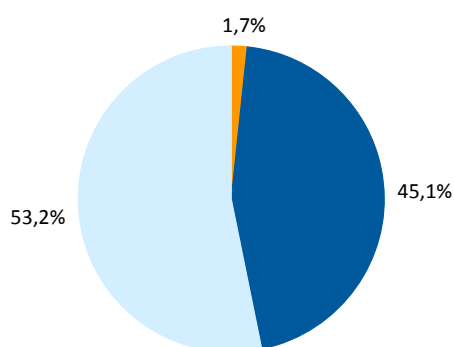


Gráfico 12 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), Portugal, 2009

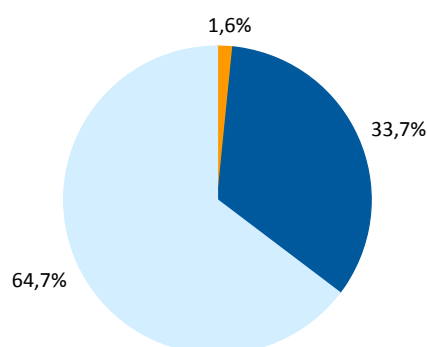


Gráfico 13 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Norte, 2000

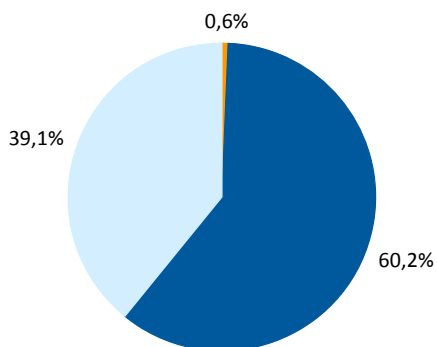


Gráfico 14 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Norte, 2009

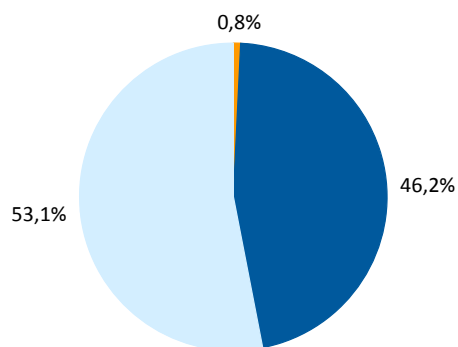


Gráfico 15 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Centro, 2000

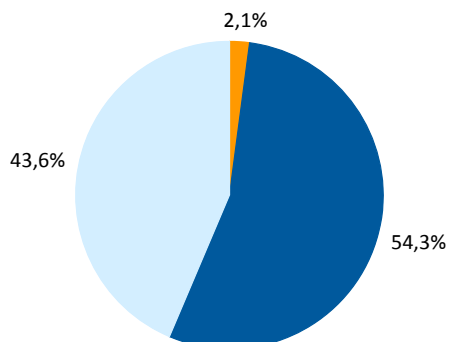


Gráfico 16 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Centro, 2009

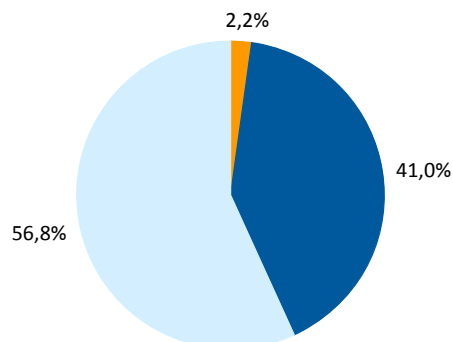


Gráfico 17 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Lisboa, 2000

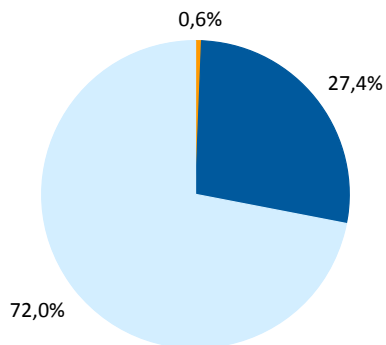


Gráfico 18 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Lisboa, 2009

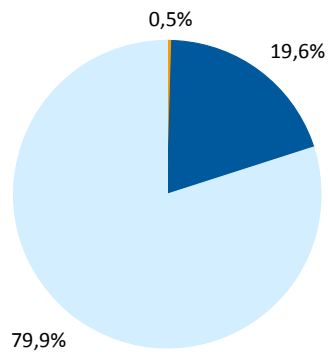


Gráfico 19 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Alentejo, 2000

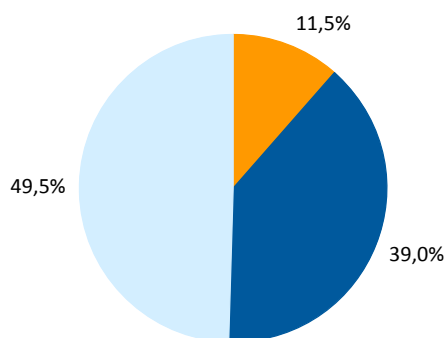


Gráfico 20 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Alentejo, 2009

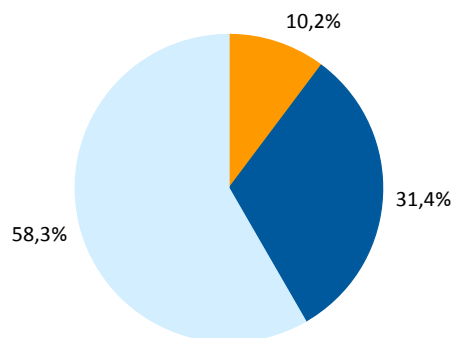


Gráfico 21 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Algarve, 2000

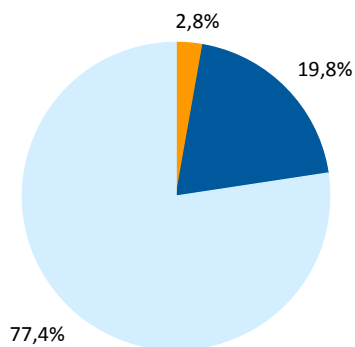


Gráfico 22 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Algarve, 2009

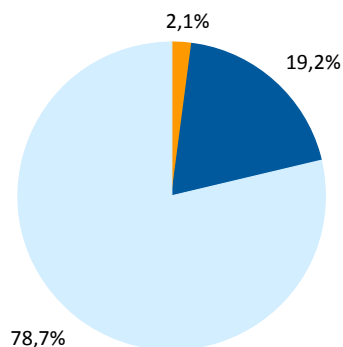


Gráfico 23 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Região Autónoma dos Açores, 2000

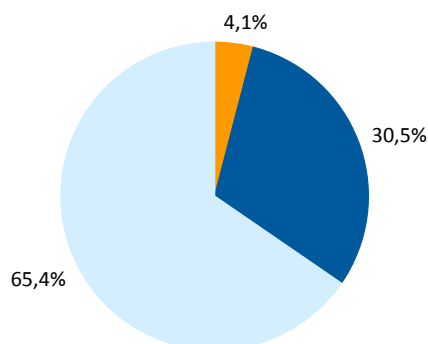


Gráfico 24 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Região Autónoma dos Açores, 2009

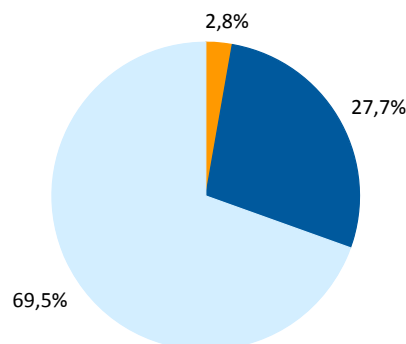


Gráfico 25 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Região Autónoma da Madeira, 2000

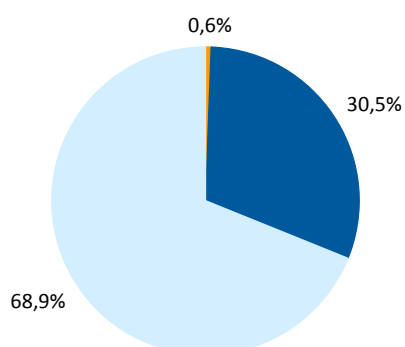
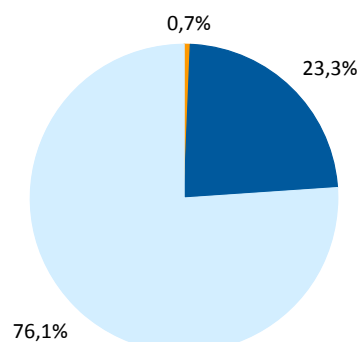


Gráfico 26 – TCO nos estabelecimentos por município, por setores (A3), NUTS II: Região Autónoma da Madeira, 2009



O Gráfico 11, mostra que o setor terciário já empregava em 2000 mais de metade dos TCO (53,2%). Em 2009 (Gráfico 12) passou para 64,7% (à custa da perda de peso do setor secundário) acentuando, portanto, a sua preponderância e corroborando a ideia de terciarização. Esta tendência é, aliás, patente em todas as NUTS II. Com mais de 65% dos TCO a trabalhar no comércio e serviços estavam, tanto em 2000 como em 2009 as regiões: Lisboa (72% que passa, 9 anos depois, para 79,9% - gráfico 17 e gráfico 18); o Algarve (de 77,4% para 78,7%; a R.A. dos Açores (65,4% para 69,5% - gráfico 21 e gráfico 22) e a R.A. da Madeira (68,9% para 76,1% - gráfico 25 e gráfico 26), evolução, sobretudo, por contrapartida da diminuição da importância do setor II. O Norte, o Centro e o Alentejo tinham, em 2000, menos de metade dos TCO a laborar em estabelecimentos da secção G a U da CAE Rev. 3 e, em 2009, passaram a ter 53,1% (Gráfico 14); 56,8% (Gráfico 15) e 58,3% (Gráfico 20), respetivamente. O peso do setor primário é, em todas as regiões, em ambos os anos, inferior ou igual a 4,1%, excetuando no Alentejo, em que atingiu 11,5% em 2000 (Gráfico 19) e 10,2% em 2009 (Gráfico 20). A escassez de trabalhadores por conta de outrem no setor I não será alheio às suas especificidades, nomeadamente o tipo de agricultura praticado, a extensão dos terrenos, a quantidade e dimensão das empresas, etc.

Ganho médio mensal dos TCO

O ganho médio mensal¹⁷ dos TCO a tempo completo com remuneração completa (Quadro 21) em Portugal aumentou 10,7% entre 2006 e 2009, de 934 euros para 1 034 euros. Nas NUTS II subiu entre 8,7% (em Lisboa e na R.A. da Madeira) e 13,6% (na R.A. dos Açores).

Em todos os anos, os TCO que trabalhavam em estabelecimentos da região de Lisboa foram os que, em média, mais ganhavam (entre 26,9% e 29,3% mais do que a média nacional) e, nos antípodas, os do Centro (com valores que representavam entre 85,8% e 86,2% da média nacional). As posições relativas das NUTS II mantiveram-se sempre: Lisboa; R.A. da Madeira; R.A. dos Açores; Alentejo; Algarve; Norte e Centro.

Como em todos os valores apresentados, também nestes é necessário algum cuidado com a interpretação dos indicadores, uma vez que existem limitações (desde logo as decorrentes de se tratar de uma média) e a explicação multifatorial subjacente (por exemplo, as especificidades regionais em termos de setores e profissões).

Quadro 21 – Ganho médio mensal dos TCO, Portugal e NUTS II, 2006-2009

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009		
	Euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Euros	Peso (%)	t.v.h. (%)	Euros	Peso (%)	t.v.h. (%)
Portugal	934	100,0	..	963	100,0	3,1	1 008	100,0	4,6	1 034	100,0	2,6
Norte	806	86,3	..	833	86,4	3,3	877	87,0	5,4	901	87,2	2,7
Centro	805	86,2	..	827	85,8	2,7	864	85,8	4,5	890	86,1	3,0
Lisboa	1 208	129,3	..	1 245	129,3	3,1	1 292	128,2	3,7	1 313	126,9	1,6
Alentejo	832	89,1	..	863	89,6	3,7	898	89,1	4,0	921	89,1	2,6
Algarve	818	87,6	..	849	88,1	3,8	879	87,2	3,6	902	87,2	2,5
Região Autónoma dos Açores	833	89,2	..	864	89,7	3,7	905	89,8	4,8	947	91,5	4,6
Região Autónoma da Madeira	933	99,9	..	962	99,8	3,1	994	98,6	3,4	1 014	98,0	1,9

Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

O quadro 22 mostra o ganho médio mensal dos TCO a tempo completo com remuneração completa em 2009, para Portugal e as NUTS II, bem como os respetivos municípios com os 5 maiores e os 5 menores valores. Porto, Vila Velha de Ródão, Oeiras, Sines, Faro, Vila do Porto e Calheta são os concelhos com os estabelecimentos em que os TCO têm maior ganho médio mensal (GMM) no Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, R.A. dos Açores e R.A. da Madeira, respetivamente. O valor do concelho de Mondim de Basto (617 euros) é cerca de 60% da média do país. Na NUTS II Lisboa, por exemplo, o município com menor GMM (Odivelas, com 860 euros) representa 66% da respetiva região e os TCO em estabelecimentos do município de Oeiras ganham mais 28,3% (1693 euros) que os da agregação NUTS II que lhe corresponde.

¹⁷ **Ganho:** Montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). (Fonte: INE, AER.)

Ganho médio mensal dos TCO, segundo o setor

O gráfico 27 permite a análise do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, em 2009, segundo o setor (CAE Rev. 3), em Portugal e nas NUTS II.

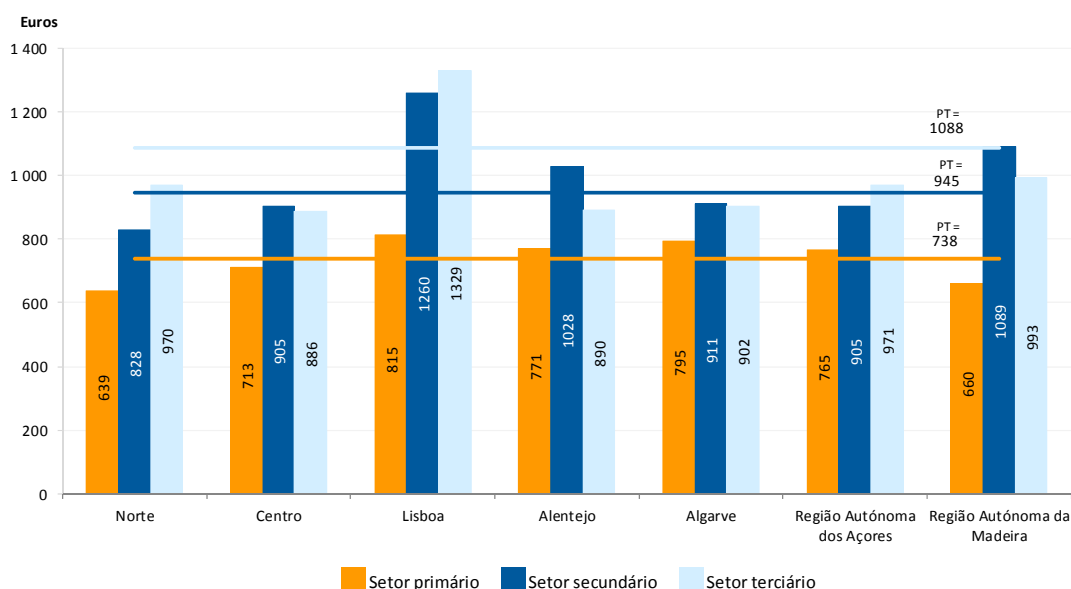
Em cada região, o número de TCO por setor é obtido por agregação dos trabalhadores com remuneração completa, a tempo completo, alocados aos estabelecimentos localizados nos concelhos que a formam e cuja atividade se enquadra nas secções da CAE Rev. 3 que correspondem ao setor em causa. As remunerações são as destes empregados.

Em 2009, os TCO que trabalhavam em Portugal em estabelecimentos do setor primário (nas condições do parágrafo acima) ganhavam, em média, por mês, 738 euros. Nos estabelecimentos situados em concelhos do Norte, Centro e R.A. da Madeira, os valores ficavam aquém deste (639, 713 e 660 euros, respetivamente). Tanto no país como em todas as NUTS II o GMM neste setor é o menor de todos.

O ganho médio mensal no setor secundário foi a nível nacional 945 euros, valor superado no Alentejo (1028 euros), na R.A. da Madeira (1089 euros) e em Lisboa (1260 euros), comportamentos para cuja compreensão será útil uma maior desagregação das atividades económicas em causa, bem como a noção do seu peso no total da região.

No cômputo geral do país, tal como no Norte, em Lisboa e na R.A. da Madeira, o setor terciário é aquele em que, em média, os TCO são mais bem pagos. Sendo a média nacional mensal os 1088 euros, nas regiões NUTS II o montante ilíquido mensal recebido, em média, pelos TCO (nas condições anteriormente referidas), varia entre 886 euros (no Centro) e 1329 euros (em Lisboa).

Gráfico 27 – Ganho Médio Mensal dos TCO, segundo o Setor, 2009

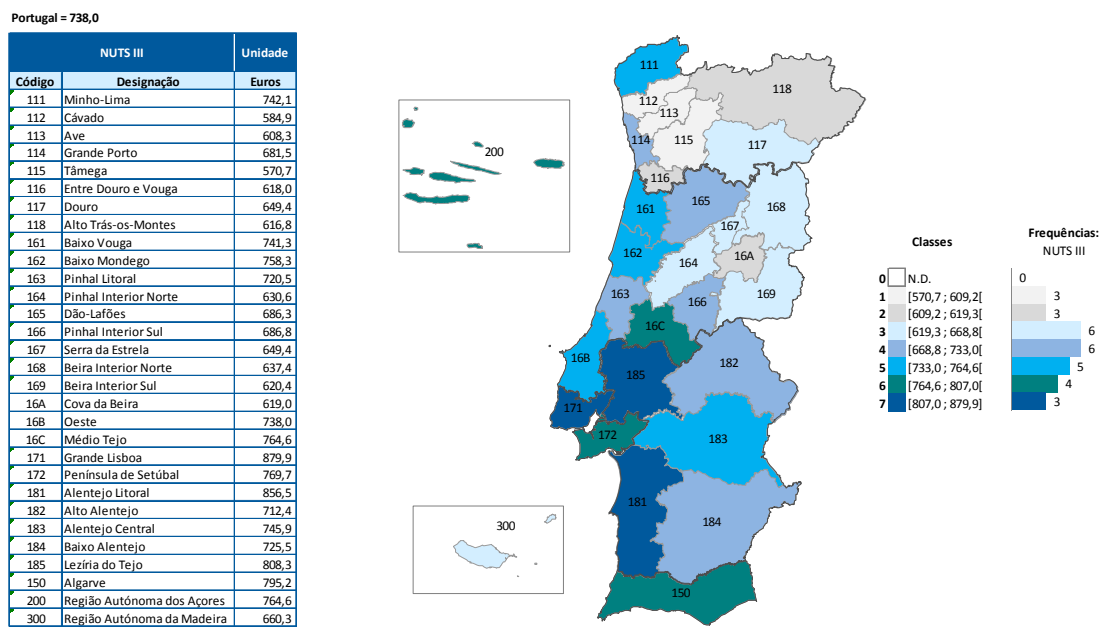


Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

A figura 17 apresenta o ganho médio mensal dos TCO¹⁸ nos estabelecimentos do setor primário pertencentes aos concelhos que formam cada uma das NUTS III portuguesas, em 2009.

Figura 17 – Ganho médio mensal dos TCO no sector primário, por NUTS III, 2009



Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

O GMM dos TCO no setor primário, por NUTS III, em 2009, situou-se entre os 570,7 euros (no Tâmega) e os 879,9 euros (na Grande Lisboa). As duas sub-regiões em que os montantes auferidos foram, em média, superiores, excluindo-se a primeira (anteriormente referida) situavam-se no Alentejo (Alentejo Litoral com 856,5 euros e Lezíria do Tejo com 808,3 euros). Na classe 6, entre o percentil 80 e o 90, estavam o Algarve (795,2 euros); a Península de Setúbal (769,7) e, *ex aequo*, o Médio Tejo e a R.A. dos Açores. Em 2009, as sub-regiões em que os TCO do setor primário auferiam, em média, um maior montante ilíquido mensal situavam-se, portanto, sobretudo no litoral sul.

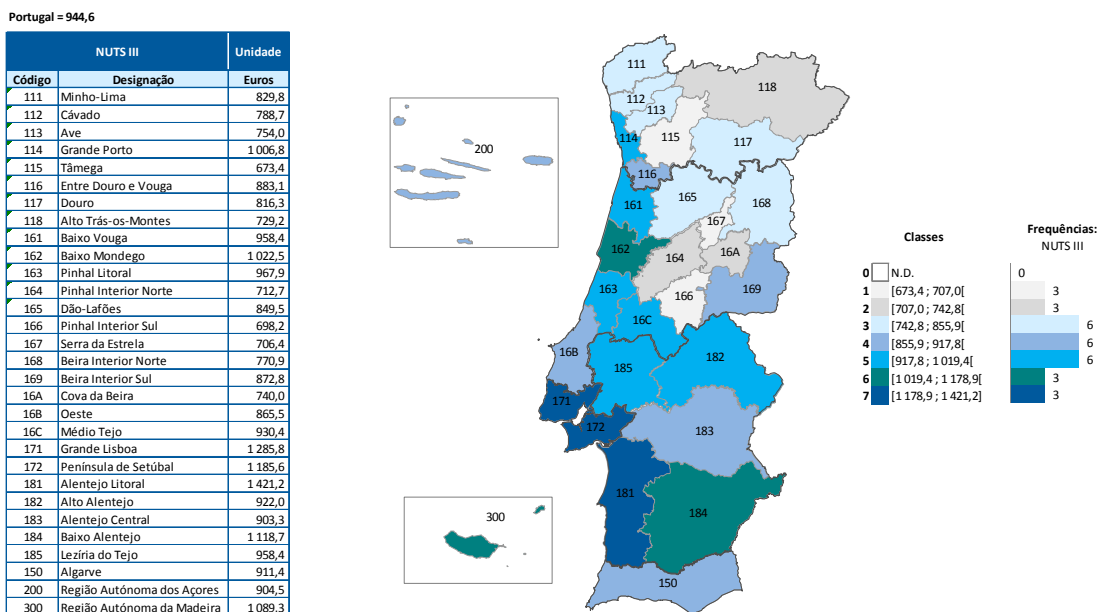
No extremo oposto, estavam as sub-regiões do Cávado (com 584,9 euros, a seguir ao Tâmega); o Ave (608,3); Alto Trás-os-Montes (616,8); Entre Douro e Vouga (618) e Cova da Beira (619).

O tipo de atividades dominantes em cada local bem como a dimensão das empresas ajudam a determinar a realidade descrita (é natural que, por exemplo, o Alentejo, com explorações de áreas superiores, menos agricultura de subsistência e mais estabelecimentos empregadores na agricultura e produção animal tenham mais trabalhadores por conta de outrem e mais bem remunerados).

¹⁸ TCO a tempo completo com remuneração completa.

A figura 18 é semelhante à figura 17, mas para o setor secundário.

Figura 18 – Ganho médio mensal dos TCO no sector secundário, por NUTS III, 2009



Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

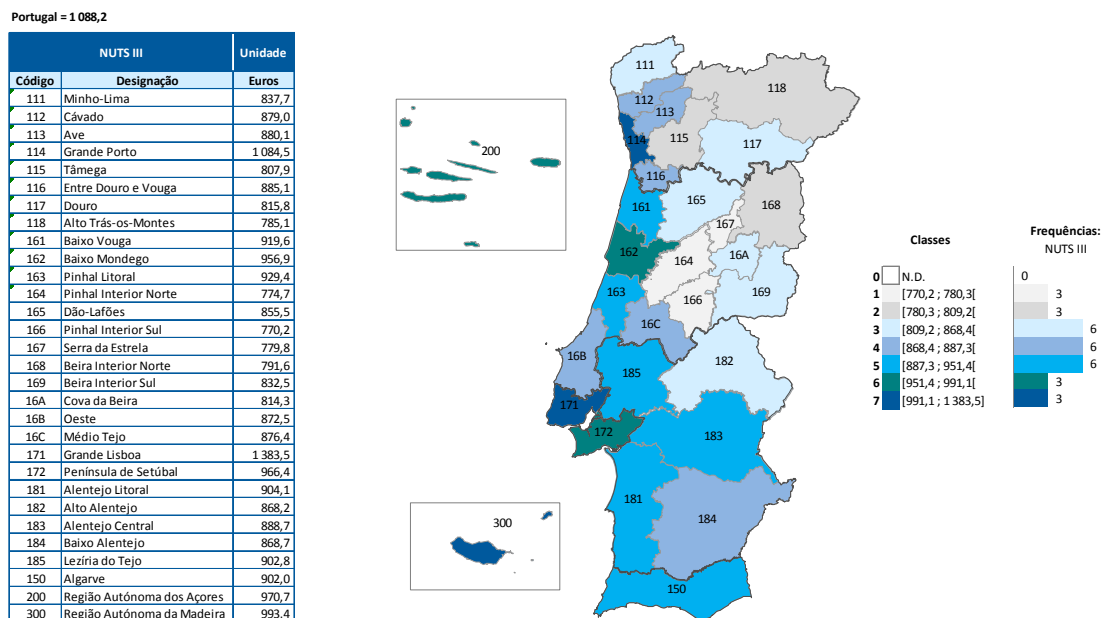
O GMM dos TCO nos estabelecimentos do setor secundário por NUTS III, em 2009, variou entre 673,4 euros (no Tâmega) e 1421,2 no Alentejo Litoral. Tal como no setor primário, ambas estavam nas classes 1 (até ao percentil 10) e 7 (dos 3 valores mais elevados), respetivamente. Na primeira estava ainda, neste caso, o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela (seguidas do Pinhal Interior Norte, Alto Trás-os-Montes e Cova da Beira, até aos 740 euros inclusive); nas duas últimas estavam o Baixo Mondego (com 1022,5 euros), a R.A. da Madeira, o Baixo Alentejo, a Península de Setúbal, Grande Lisboa e a sub-região com maior GMM no conjunto de atividades em análise, já citada. As classes 1 e 2 eram completamente dominadas pelo Norte e, sobretudo, pelo Centro, sub-regiões apenas representadas nas classes 6 e 7 pelo Baixo Mondego (pertencente a esta NUTS II).

É preciso salientar que o setor II engloba um conjunto vasto de secções da CAE e que regiões cujo emprego se centra em atividades como o vestuário, o calçado ou a indústria de leite e derivados terão, com grande probabilidade, uma remuneração inferior àquelas em que dominam indústrias ligadas ao petróleo, ao fabrico de automóveis e suas componentes ou ao fabrico de produtos metálicos. Mesmo dentro da mesma subclasse da CAE pode haver diferenças (por exemplo, a “construção de edifícios residenciais e não residenciais” engloba uma miríade de variáveis).

Destaca-se, assim, que as diferenças salariais explicitadas estão intimamente ligadas à especialização das NUTS III, à natureza das suas atividades (para cuja análise importaria uma maior desagregação), à dimensão da sua força de trabalho (que pode influenciar, nomeadamente, a relevância das médias), ao perfil empresarial, etc. Deste modo, as conclusões sobre os valores mostrados devem ser cautelosas.

A figura 19 é semelhante às anteriores, mas versa o setor predominante em Portugal e em todas as NUTS II: o terciário.

Figura 19 – Ganho médio mensal dos TCO no sector terciário, por NUTS III, 2009



Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

No setor terciário, em 2009, o GMM dos TCO, por NUTS III, esteve entre os 770,2 euros e os 1383,5 euros (menor disparidade do que no secundário). Em média, os trabalhadores que auferiram mais foram os da Grande Lisboa (1383,5 euros); do Grande Porto (1084,5 euros); da R.A. da Madeira (993,4 euros); da R.A. dos Açores (970,7 euros); da Península de Setúbal (966,4 euros) e do Baixo Mondego (956,9 euros). Deste ponto de vista, as 3 sub-regiões mais desfavorecidas foram o Pinhal Interior Sul (770,2 euros); o Pinhal Interior Norte (774,7 euros) e a Serra da Estrela (779,8 euros).

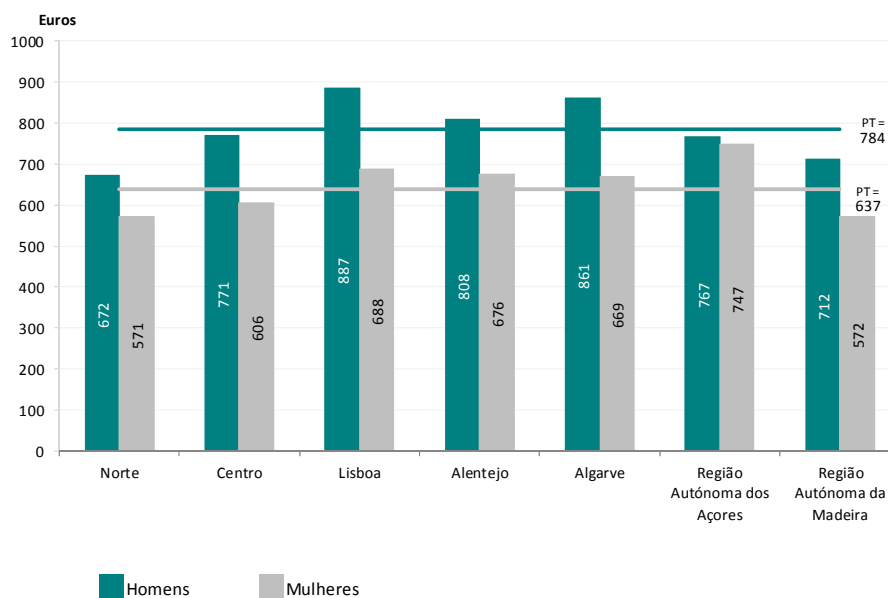
As diferenças litoral / interior parecem tornar-se mais evidentes neste setor e, como referido, os Açores e a Madeira estão entre as 6 regiões em que os TCO mais recebem. Mais uma vez se enfatiza a importância de uma análise mais detalhada das atividades em causa, sendo claro que locais onde predominam atividades na área da banca ou da Saúde têm perfis muito diferentes daquelas cujo emprego versa, sobretudo, por exemplo, o apoio a idosos.

Ganho médio mensal dos TCO, por setor, segundo o sexo

Há discrepância dos ganhos entre cada setor, mas há também disparidade, dentro de cada um dos três conjuntos de atividades considerados, entre sexos.

O gráfico 28 mostra que, no setor primário, em Portugal, os homens trabalhadores por conta de outrem, ganharam mensalmente, em média, em 2009, 784 euros, enquanto as mulheres se ficaram pelos 637 euros. Em todas as regiões NUTS II o rendimento masculino foi superior ao feminino sendo em Lisboa e no Algarve 29% mais elevado (em média, mais 199 e mais 192 mensais, respetivamente). É na R.A. dos Açores que a diferença é menor. É no Norte que tanto homens como mulheres menos ganham no setor I.

Gráfico 28 – Ganho Médio Mensal dos TCO nos estabelecimentos por município no Sector Primário, segundo o sexo, 2009

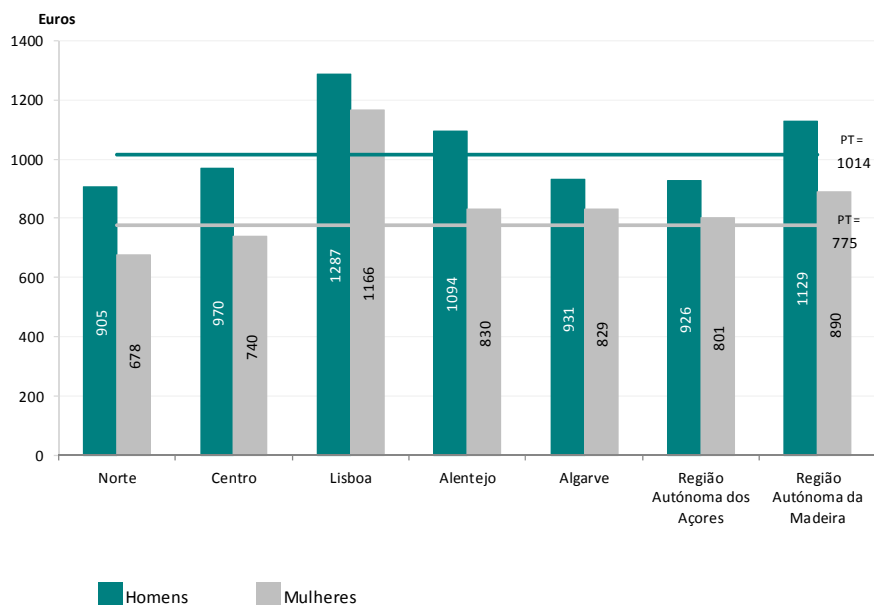


Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

O gráfico 29 torna visíveis as diferenças entre o GMM dos homens e das mulheres no setor secundário, em 2009. Nas secções B a F da CAE Rev. 3, os primeiros ganharam, em média, mais 239 euros, ou seja, cerca de 31% mais. Lisboa foi a NUTS II onde a diferença relativa foi inferior (10% - 1166 euros *versus* 1287 euros), estando o Norte no extremo oposto (com os homens a arrecadarem mais 33% de salário).

Gráfico 29 – Ganho Médio Mensal dos TCO nos estabelecimentos por município, no Sector Secundário, segundo o sexo, 2009

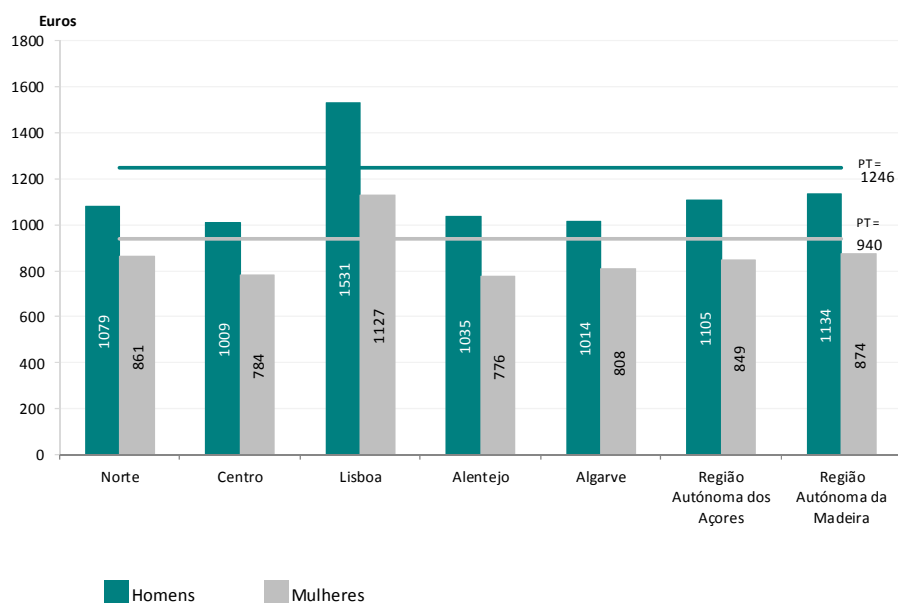


Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

O gráfico 30 permite realizar o mesmo tipo de análise do gráfico 28 e do gráfico 29, mas para as secções G a U da CAE Rev. 3. Em 2009, os homens trabalhadores por conta de outrem no setor III em Portugal ganharam mensalmente, em média, mais 33% que as mulheres, ou seja, mais 307 euros. A NUTS II onde a discrepância é mais acentuada é Lisboa (36% correspondente a um montante de 405 euros). Em todas regiões do gráfico 30 os homens ganhavam mais, pelo menos, 25% (Norte) do que as mulheres, com diferenças, em valor absoluto, não inferiores a 206 euros (Algarve).

Gráfico 30 – Ganho Médio Mensal dos TCO nos estabelecimentos por município no Sector Terciário, segundo o sexo, 2009



Fonte: INE, AER.

Nota: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, com remuneração completa, nos estabelecimentos por município.

Desempregados inscritos em 31.12 e População ativa

Em relação ao desemprego, optou-se por apresentar a evolução do número de pessoas que estavam inscritas nos centros de emprego em 31 de dezembro nos anos de 2006 a 2012, no Continente¹⁹ e nas respetivas NUTS II (valores obtidos por agregação dos respetivos concelhos), sem emprego e imediatamente disponíveis para trabalhar, quer procurassem um novo emprego ou ainda o primeiro (desemprego registado) – Quadro 23.

A taxa de desemprego seria um indicador que permitiria comparar, de forma relativa, todas as desagregações geográficas até ao município mas, por indisponibilidade de informação a um nível tão fino quanto o requerido, não seria possível obter a série desejada.

Quadro 23 – Desempregados inscritos em 31.12, Continente e NUTS II 2006-2012

Portugal e NUTS II	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012		
	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)	Nº	Peso (%)	t.v.h. (%)
Continente	440 125	100,0	..	377 436	100,0	-14,2	402 545	100,0	6,7	504 775	100,0	25,4	519 888	100,0	3,0	576 383	100,0	10,9	675 466	100,0	17,2
Norte	203 860	46,3	..	173 571	46,0	-14,9	183 893	45,7	5,9	228 494	45,3	24,3	234 169	45,0	2,5	254 514	44,2	8,7	295 598	43,8	16,1
Centro	84 478	19,2	..	74 385	19,7	-11,9	82 371	20,5	10,7	97 771	19,4	18,7	97 851	18,8	0,1	109 809	19,1	12,2	132 203	19,6	20,4
Lisboa	104 806	23,8	..	88 898	23,6	-15,2	91 535	22,7	3,0	120 135	23,8	31,2	125 807	24,2	4,7	141 448	24,5	12,4	164 650	24,4	16,4
Alentejo	31 621	7,2	..	26 547	7,0	-16,0	28 248	7,0	6,4	32 773	6,5	16,0	33 763	6,5	3,0	38 954	6,8	15,4	47 375	7,0	21,6
Algarve	15 360	3,5	..	14 035	3,7	-8,6	16 498	4,1	17,5	25 602	5,1	55,2	28 298	5,4	10,5	31 658	5,5	11,9	35 640	5,3	12,6
Região Autónoma dos Açores	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Região Autónoma da Madeira	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. - Centros de Emprego - Estatísticas Mensais.

De acordo com o quadro 23, o número de desempregados registados no Continente em 31.12 aumentou, entre 2006 e 2012, 53,5% passando de 440.125 para 675.466. O menor aumento relativo verificou-se no desemprego registado nos 86 concelhos do Norte, embora se traduza no maior aumento absoluto (243.341 pessoas). Nesta variável as posições relativas mantiveram-se iguais em todos os anos: Norte, Lisboa, Centro, Alentejo e Algarve (por ordem decrescente), mas importaria saber quais eram em termos da população ativa e qual a distância que separava as NUTS II. O quadro 24 mostra a estrutura da população ativa em 2011 e 2012 (não se encontrou série compatível com a do quadro 23). Conclui-se que o peso dos desempregados registados em 2012 nos concelhos do Norte foi relativamente maior do que o da respetiva população ativa (43,8% *versus* 37,4%), o que também se verificava no Algarve embora a uma menor escala (5,3% *versus* 4,3%). O contrário aconteceu no Centro, em Lisboa e no Alentejo. As conclusões para o ano 2011 são em tudo semelhantes.

Quadro 24 – População Ativa²⁰, Continente e NUTS II, 2011 e 2012

	2011		2012		
	Nº (milhares)	Peso (%)	Nº (milhares)	Peso (%)	t.v.h. (%)
Continente	5 245,0	100,0	5 292,3	100,0	0,9
Norte	1 972,7	37,6	1 980,8	37,4	0,4
Centro	1 257,9	24,0	1 272,3	24,0	1,1
Lisboa	1 420,7	27,1	1 436,0	27,1	1,1
Alentejo	366,5	7,0	374,0	7,1	2,0
Algarve	227,2	4,3	229,3	4,3	0,9

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

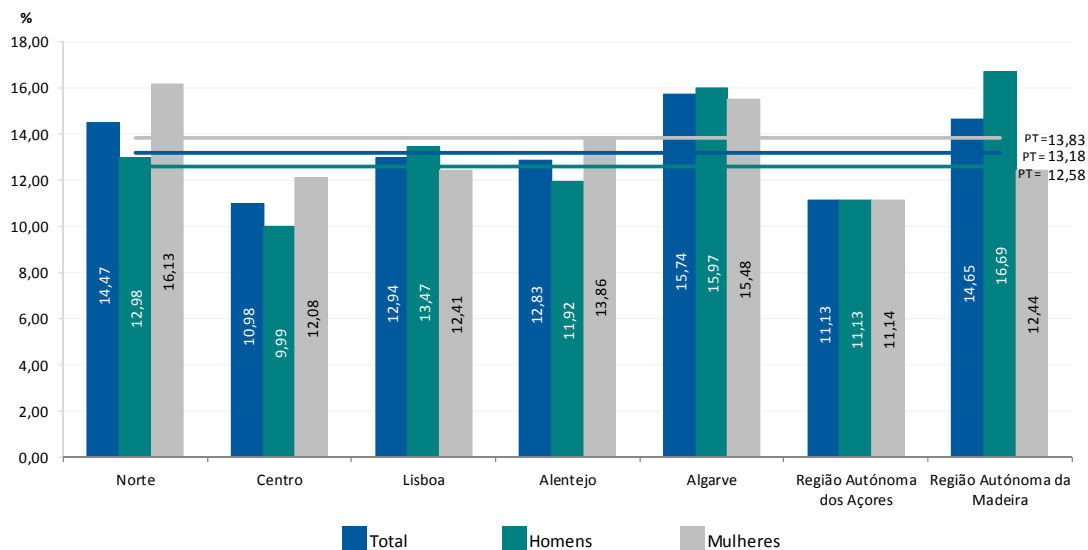
¹⁹ Os valores das Regiões Autónomas não estão disponíveis.

²⁰ População ativa: «Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).» (Fonte: INE, I.P.)

Taxa de desemprego

O gráfico 31 mostra que em 2011, em Portugal, 13,18% das pessoas com mais de 15 anos disponíveis para trabalhar estavam desempregadas, sendo a taxa de desemprego²¹ feminina de 13,83%, superior em 1,25 p.p. à masculina. O rácio das mulheres desempregadas sobre as mulheres ativas foi superior ao homólogo masculino no Norte, Centro, Alentejo e R.A. dos Açores, com diferenças entre os 0,01 (nesta última NUTS II) e os 3,15 p.p. (na primeira). Pelo contrário, em Lisboa, no Algarve e na Madeira, a taxa de desemprego dos homens superou a feminina (em entre 0,49 e 4,25 p.p.).

Gráfico 31 – Taxa de desemprego por local de residência e sexo, NUTS II, 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

²¹ Taxa de desemprego = (População desempregada/ População ativa)*100

O quadro 25 apresenta, para cada NUTS II, os 5 concelhos com as maiores e com as menores taxas de desemprego em 2011. Dos 308 municípios do país, 4 dos do topo situam-se no Alentejo e 1 no Norte. No fundo da tabela estavam 4 concelhos da R.A. dos Açores e Oleiros (no Centro). Dentre os 86 concelhos do Norte os cinco com maior taxa de desemprego foram Cinfães, Baião, Espinho, Vila Nova de Gaia e Mesão Frio; dos 100 concelhos do Centro os valores mais elevados foram em Belmonte, Figueiró dos Vinhos, Ovar, Pedrógão Grande e Manteigas; em Lisboa, Moita, Setúbal, Barreiro, Moita e Almada foram, dos 18 municípios, os 5 com a performance mais negativa neste indicador; os 5 piores dos 58 concelhos do Alentejo são os 4 dos 5 piores do país acrescidos de Elvas; dos 16 concelhos do Algarve destacaram-se Vila Real de Santo António; Olhão; Portimão; Albufeira e Lagoa; Vila Franca do Campo, Povoação, Ribeira Grande, Lagoa e Ponta Delgada foram, dentre os 19 municípios dos Açores, os 5 com maior taxa de desemprego e no caso dos 11 concelhos da R.A. da Madeira foram Porto Santo, Câmara de Lobos, Machico, Santana e Ponta do Sol.

Quadro 25 – Taxa de desemprego, 2011

Portugal		Nº	Continente	Nº	Região Autónoma dos	Nº	Região Autónoma	Nº
		13,18		13,19	Açores	11,13	da Madeira	14,65
Municípios								
5+	Mourão	22,85	Mourão	22,85	Vila Franca do Campo	15,59	Porto Santo	18,90
	Ponte de Sor	20,92	Ponte de Sor	20,92	Povoação	14,63	Câmara de Lobos	18,12
	Serpa	20,48	Serpa	20,48	Ribeira Grande	14,27	Machico	17,28
	Cinfães	19,95	Cinfães	19,95	Lagoa (R.A.A)	13,57	Santana	14,76
	Moura	19,93	Moura	19,93	Ponta Delgada	12,00	Ponta do Sol	14,75
5-	Madalena	6,50	Arouca	8,12	Lajes do Pico	6,66	Santa Cruz	12,95
	Corvo	6,32	Ferreira do Zêzere	7,90	Madalena	6,50	Ribeira Brava	12,94
	Calheta (R.A.A.)	6,20	Batalha	7,87	Corvo	6,32	Calheta (R.A.M.)	12,30
	Lajes das Flores	5,29	Arruda dos Vinhos	7,73	Calheta (R.A.A.)	6,20	São Vicente	11,67
	Oleiros	5,09	Oleiros	5,09	Lajes das Flores	5,29	Porto Moniz	10,68

NUTS II										
Norte	Nº	Centro	Nº	Lisboa	Nº	Alentejo	Nº	Algarve	Nº	
	14,47		10,98		12,94		12,83		15,74	
Municípios										
5+	Cinfães	19,95	Belmonte	15,76	Moita	17,87	Mourão	22,85	Vila Real de Santo António	19,86
	Baião	19,36	Figueiró dos Vinhos	15,08	Setúbal	15,55	Ponte de Sor	20,92	Olhão	17,27
	Espinho	18,38	Ovar	14,88	Barreiro	15,36	Serpa	20,48	Portimão	17,23
	Vila Nova de Gaia	17,92	Pedrógão Grande	14,88	Amadora	14,96	Moura	19,93	Albufeira	17,15
	Mesão Frio	17,78	Manteigas	14,83	Almada	14,33	Elvas	18,44	Lagoa	17,07
5-	Penedono	8,89	Vila Velha de Ródão	8,27	Cascais	12,05	Sines	9,66	Faro	13,24
	Oliveira de Azeméis	8,85	Ferreira do Zêzere	7,90	Lisboa	11,84	Viana do Alentejo	9,64	São Brás de Alportel	12,16
	Vila Nova de Foz Côa	8,65	Batalha	7,87	Vila Franca de Xira	11,31	Santiago do Cacém	9,12	Aljezur	11,97
	Vale de Cambra	8,13	Arruda dos Vinhos	7,73	Oeiras	10,75	Vendas Novas	8,49	Vila do Bispo	10,83
	Arouca	8,12	Oleiros	5,09	Mafra	9,11	Montemor-o-Novo	8,28	Alcoutim	8,76

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

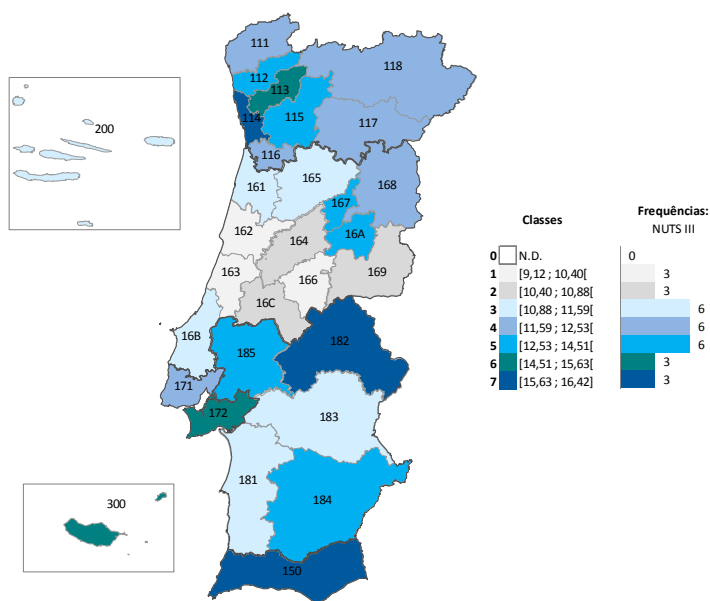
Por NUTS III, a taxa de desemprego situou-se, em 2011, entre 9,12% (Pinhal Interior Sul) e 16,42% (Grande Porto) – Figura 20. Esta última sub-região; o Algarve (15,74%); o Alto Alentejo (15,69%); o Ave (15,13%); a R.A. da Madeira (14,65%) e a Península de Setúbal (14,53%) são as 6 NUTS III com maior taxa de desemprego (classes 6 e 7). Até ao percentil 20 estavam apenas sub-regiões do Centro.

Figura 20 – Taxa de desemprego, por NUTS III, 2011

Portugal = 13,18 %

NUTS III		Unidade
Código	Designação	%
111	Minho-Uma	11,84
112	Cávado	12,76
113	Ave	15,13
114	Grande Porto	16,42
115	Tâmega	14,33
116	Entre Douro e Vouga	11,99
117	Douro	12,05
118	Alto Trás-os-Montes	11,87
161	Baixo Vouga	11,18
162	Baixo Mondego	10,37
163	Pinhal Litoral	9,29
164	Pinhal Interior Norte	10,88
165	Dão-Lafões	11,42
166	Pinhal Interior Sul	9,12
167	Serra da Estrela	13,71
168	Beira Interior Norte	11,92
169	Beira Interior Sul	10,64
16A	Cova da Beira	14,34
16B	Oeste	11,36
16C	Médio Tejo	10,79
171	Grande Lisboa	12,35
172	Península de Setúbal	14,53
181	Alentejo Litoral	10,90
182	Alto Alentejo	15,69
183	Alentejo Central	11,19
184	Baixo Alentejo	14,45
185	Lezíria do Tejo	12,65
150	Algarve	15,74
200	Região Autónoma dos Açores	11,13
300	Região Autónoma da Madeira	14,65

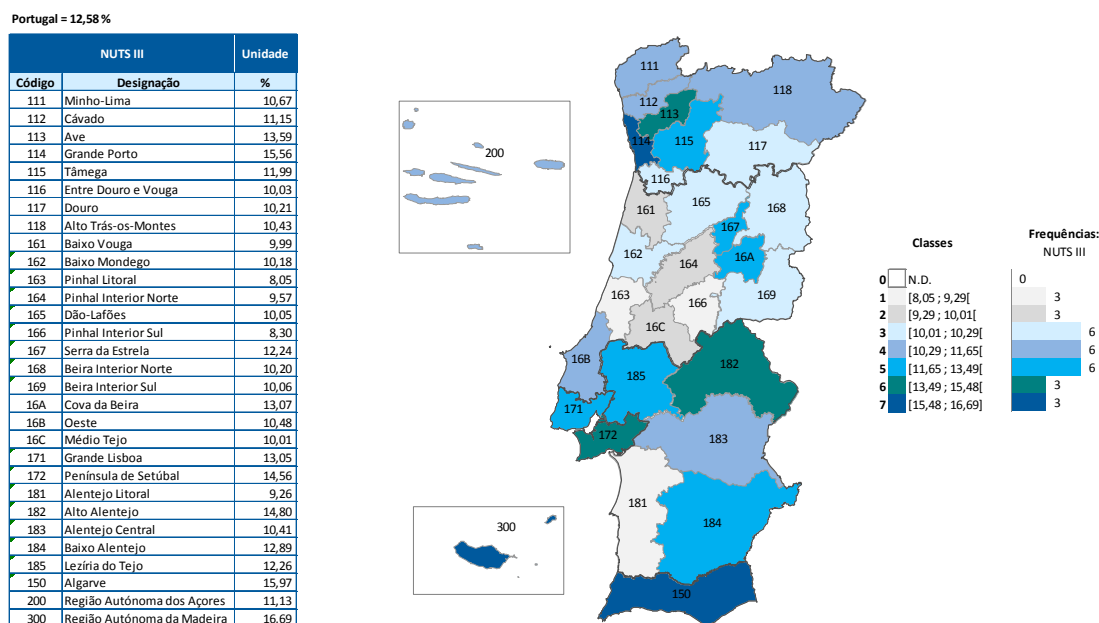
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.



Taxa de desemprego por sexos

A figura 21 mostra que a taxa de desemprego masculina por NUTS III, em 2011, teve valores entre 8,05% (Pinhal Litoral) e 16,69% (R.A. da Madeira). As 6 sub-regiões com as taxas de desemprego masculino mais elevadas foram as mesmas que para a taxa total. Nas classes 1 e 2 o Baixo Mondego e a Beira Interior Sul (ambas do Centro) foram substituídas pelo Baixo Vouga (da mesma NUTS II) e pelo Alentejo Litoral.

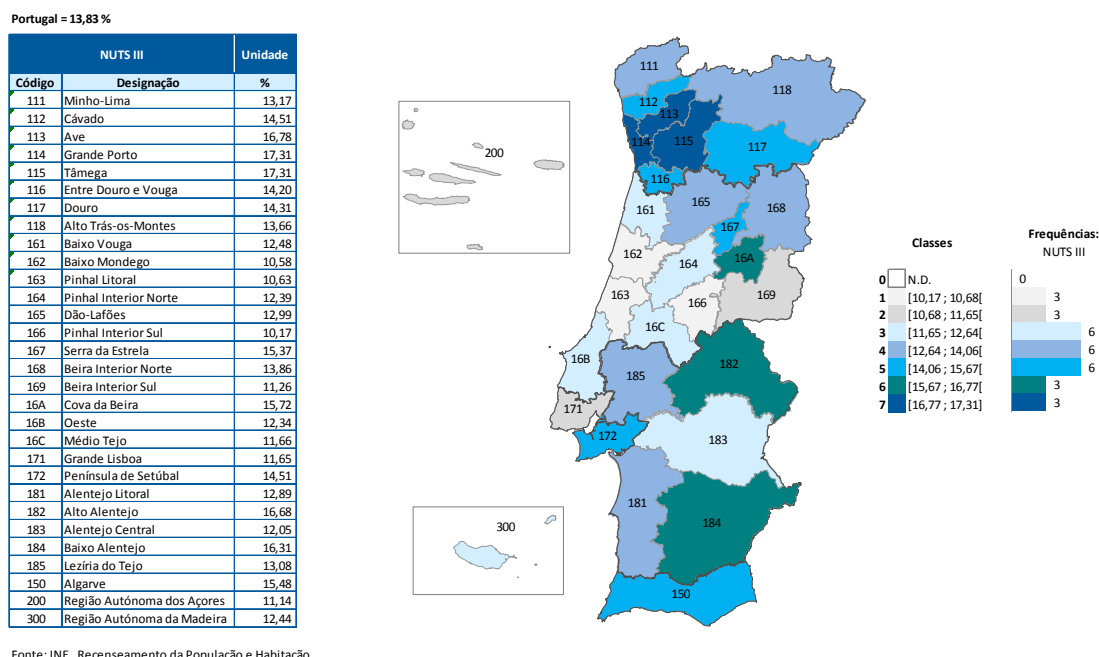
Figura 21 – Taxa de desemprego masculina, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

A figura 22 revela que as NUTS III portuguesas tiveram taxas de desemprego feminino ente 10,17% (Pinhal Interior Sul) e 17,31% (Grande Porto e Tâmega). No topo estavam as regiões do Norte referidas e o Ave (16,78%); seguidas das sub-regiões Alto Alentejo e Baixo Alentejo e da Cova da Beira (com 16,68%; 16,31% e 15,72%, respetivamente). Das 6 NUTS III com as taxas de desemprego feminino mais baixas, 3 eram comuns à da taxa de desemprego total (Centro), mas o Médio Tejo e o Pinhal Interior Norte foram substituídas, no caso das mulheres, pela R.A. dos Açores (11,14%) e pela Grande Lisboa (11,65%).

Figura 22 – Taxa de desemprego feminina, por NUTS III, 2011



Uma interpretação cabal dos indicadores apresentados neste capítulo implicaria complementá-los com um conjunto de outros (nomeadamente a dimensão de cada uma das variáveis subjacentes, mas também indicadores de emprego, o tipo de emprego, o tipo de vínculo, a dimensão de empresas, o tipo de empregadores, os setores de atividade económica incluindo a sua ligação com a especialização de género, a especialização das regiões, etc.).

Peso dos beneficiários de subsídio de desemprego na população residente

O número de residentes a receber subsídio de desemprego, por regiões, foi relativizado face à respetiva população, de forma a permitir comparações. O quadro 26 mostra que, em 2011, 5,2% dos residentes em Portugal recebia subsídio de desemprego. Por NUTS II, o peso dos beneficiários desta prestação social atingiu o mínimo na R.A. dos Açores (3,6%) e o máximo no Algarve (7,2%), o que não será alheio ao caráter sazonal do emprego nalguns dos setores de atividade importantes nesta região. Em Albufeira, em que o fator citado anteriormente poderá ter um peso grande, 11,3% dos residentes receberam subsídio de desemprego, em 2011; enquanto em Melgaço e Oleiros, apenas 1,3% o fizeram.

Convém ressaltar que embora o quadro 25 e o quadro 26 tenham indicadores relacionados, a presença dos mesmos concelhos em ambos não é necessariamente expectável, uma vez que há provável descoincidência entre numeradores (desemprego e beneficiários do subsídio) e entre denominadores (população ativa e população residente).

Quadro 26 – Peso dos beneficiários de subsídio de desemprego na população residente, 2011

Portugal		%	Continente		%	Região Autónoma dos Açores		%	Região Autónoma da Madeira		%
		5,2			5,3			3,6			5,3
Municípios											
5+	Albufeira	11,3	Albufeira	11,3	Nordeste	5,7	Porto Santo	9,4			
	Ponte de Sor	9,4	Ponte de Sor	9,4	Povoação	5,1	Machico	7,9			
	Porto Santo	9,4	Salvaterra de Magos	9,1	Vila Franca do Campo	4,3	Câmara de Lobos	6,6			
	Salvaterra de Magos	9,1	Vizela	8,6	Ribeira Grande	4,0	Santa Cruz	5,1			
	Vizela	8,6	Vila Real de Santo António	8,5	Ponta Delgada	3,8	Funchal	5,0			
5-	Vimioso	1,5	Vila Nova de Foz Côa	1,6	Madalena	2,6	São Vicente	4,0			
	Lajes das Flores	1,5	Vimioso	1,5	Santa Cruz das Flores	2,6	Santana	3,9			
	Pampilhosa da Serra	1,4	Pampilhosa da Serra	1,4	Calheta (R.A.A.)	2,4	Ponta do Sol	3,8			
	Oleiros	1,3	Oleiros	1,3	Lajes do Pico	2,4	Porto Moniz	3,7			
	Melgaco	1,3	Melgaco	1,3	Lajes das Flores	1,5	Calheta (R.A.M.)	3,0			

NUTS II														
Norte		%	Centro		%	Lisboa		%	Alentejo		%	Algarve		%
		5,8			4,5			4,9			5,4			7,2
Municípios														
5+	Vizela	8,6	Peniche	7,6	Moita	6,5	Ponte de Sor	9,4	Albufeira	11,3				
	Guimarães	8,2	Vila Nova de Paiva	7,1	Setúbal	6,2	Salvaterra de Magos	9,1	Vila Real de Santo António	8,5				
	Trofa	8,1	Nazaré	6,8	Vila Franca de Xira	5,9	Barrancos	8,2	Portimão	8,3				
	Santo Tirso	8,0	Ovar	6,3	Montijo	5,9	Portel	8,0	Lagoa	7,8				
	Vila Nova de Famalicão	7,4	Alenquer	6,0	Palmela	5,7	Ferreira do Alentejo	7,5	Lagos	6,9				
5-	Montalegre	2,2	Vila de Rei	2,3	Almada	4,6	Almodôvar	3,7	Vila do Bispo	5,2				
	Boticas	2,0	Sabugal	1,9	Cascais	4,2	Grândola	3,5	Monchique	4,6				
	Vila Nova de Foz Côa	1,6	Penamacor	1,7	Mafra	4,0	Montemor-o-Novo	3,5	São Brás de Alportel	4,6				
	Vimioso	1,5	Pampilhosa da Serra	1,4	Oeiras	3,9	Nisa	3,4	Aljezur	4,3				
	Melgaço	1,3	Oleiros	1,3	Lisboa	3,9	Mértola	3,2	Alcoutim	2,2				

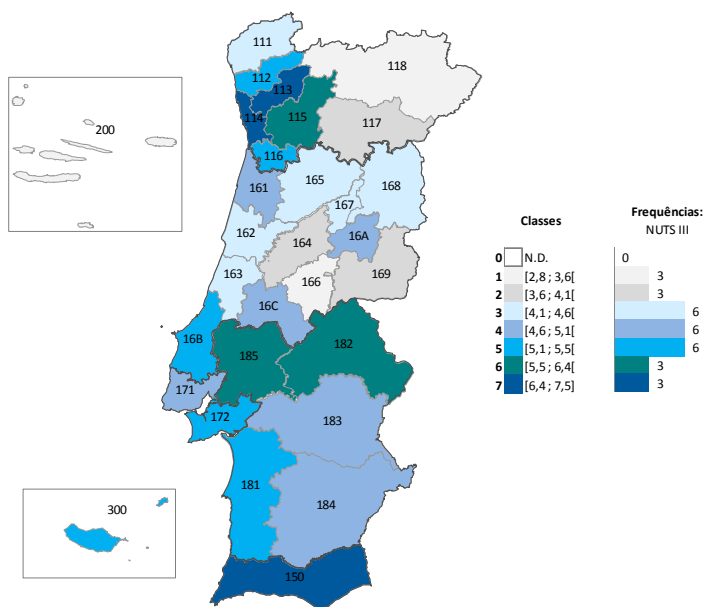
Fonte: INE, AER, INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE.

Nas NUTS III (Figura 23), em 2011, havia entre 2,8% dos residentes a beneficiar de subsídio de desemprego (Pinhal Interior Sul) e 7,5% (Ave). Embora a amplitude de cada classe não seja grande (entre 0,4 e 1 p.p.), as sub-regiões nas primeiras classes estavam sobretudo no Centro / Norte, em particular no Interior. Uma estrutura etária da população residente com um peso substancial da população mais idosa, fora da idade ativa e, eventualmente, a existência de um número de desempregados não elegíveis para o subsídio poderão ajudar a explicar este comportamento.

Figura 23 – Peso dos Beneficiários de Subsídio de Desemprego na população residente, por NUTS III, 2011

Portugal = 5,2

NUTS III		Unidade
Código	Designação	%
111	Minho-Lima	4,1
112	Cávado	5,3
113	Ave	7,5
114	Grande Porto	6,5
115	Tâmega	5,7
116	Entre Douro e Vouga	5,2
117	Douro	4,0
118	Alto Trás-os-Montes	3,2
161	Baixo Vouga	4,6
162	Baixo Mondego	4,1
163	Pinhal Litoral	4,4
164	Pinhal Interior Norte	3,8
165	Dão-Lafões	4,6
166	Pinhal Interior Sul	2,8
167	Serra da Estrela	4,5
168	Beira Interior Norte	4,1
169	Beira Interior Sul	4,1
16A	Cova da Beira	5,0
168	Oeste	5,3
16C	Médio Tejo	4,6
171	Grande Lisboa	4,6
172	Península de Setúbal	5,4
181	Alentejo Litoral	5,2
182	Alto Alentejo	5,5
183	Alentejo Central	4,8
184	Baixo Alentejo	5,0
185	Lezíria do Tejo	6,0
150	Algarve	7,2
200	Região Autónoma dos Açores	3,6
300	Região Autónoma da Madeira	5,3



Fonte: INE, AER, INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE.

Beneficiários de subsídio de desemprego, por sexo

Os gráficos seguintes apresentam a distribuição dos beneficiários do subsídio de desemprego (SD) de acordo com o género, em 2011. Dos 553.212 beneficiários do SD, em Portugal, em 2011, 279.347 (50,5% - Gráfico 32) eram homens. Excluindo a R.A. dos Açores e a R.A. da Madeira, a distribuição por sexo dos 529.549 beneficiários não se altera muito (50,1% de homens – Gráfico 33). No caso das Regiões Autónomas, os homens tinham uma preponderância mais evidente, representando 55,5% (Gráfico 34) nos Açores e 60,3% (Gráfico 35) na Madeira.

Legenda dos gráficos:

■ Homens ■ Mulheres

Fonte: INE, AER. Cálculos GEE.

Gráfico 32 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por sexo, Portugal, 2011

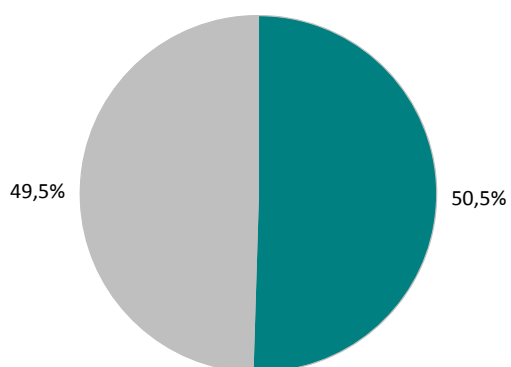


Gráfico 33 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por sexo, Continente, 2011

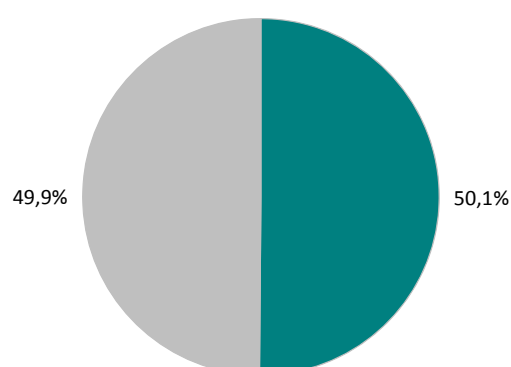


Gráfico 34 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por sexo, Região Autónoma dos Açores, 2011

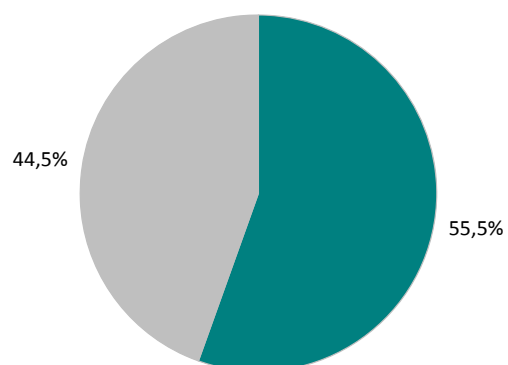
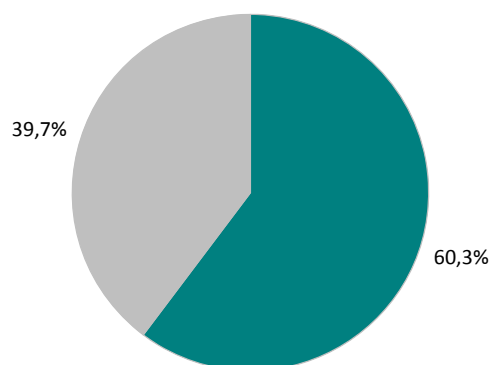


Gráfico 35 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por sexo, Região Autónoma da Madeira, 2011



Beneficiários de subsídio de desemprego, por idade

Os gráficos infra mostram a distribuição dos beneficiários do subsídio de desemprego de acordo com a idade, em 2011. Em Portugal, 5,7% dos beneficiários do SD tinham menos de 25 anos; a classe modal era a dos 25 aos 39; 35,6% estavam na faixa etária dos 40 aos 54 e 19,1% tinham 55 ou mais anos (Gráfico 36). Tanto os valores dos Açores como da Madeira representavam menos de 3% do total de beneficiários, sendo a estrutura do Continente semelhante à do país no cômputo geral. A R.A. dos Açores era a única em que o peso dos menores de 25 anos não era o mais diminuto (10,9%), lugar ocupado pelos beneficiários mais velhos (7,9%) – Gráfico 38. É também a região onde mais de metade das pessoas que recebem SD tem entre 25 e 39 anos. Enquanto em Portugal e no Continente cerca de 80% dos que recebem esta prestação social têm menos de 55 anos; na Madeira são mais de 86% e nos Açores ultrapassam os 92% (Gráfico 38 e Gráfico 39). Na génese destas diferenças poderão estar dissemelhanças na estrutura etária da população ativa, dos desempregados, nas condições de elegibilidade para o subsídio, entre outras.

Legenda dos gráficos:

■ <25 anos ■ 25-39 anos ■ 40-54 anos ■ 55+ anos

Fonte: INE, AER. Cálculos GEE.

Gráfico 36 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por idade, Portugal, 2011

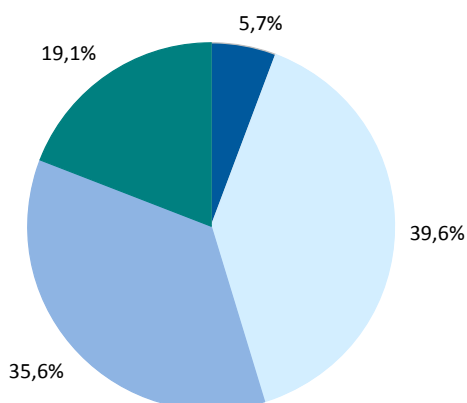


Gráfico 37 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por idade, Continente, 2011

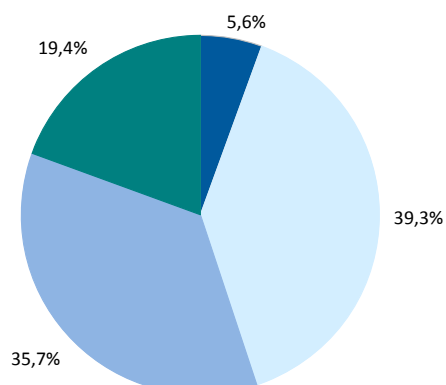


Gráfico 38 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por idade, Região Autónoma dos Açores, 2011

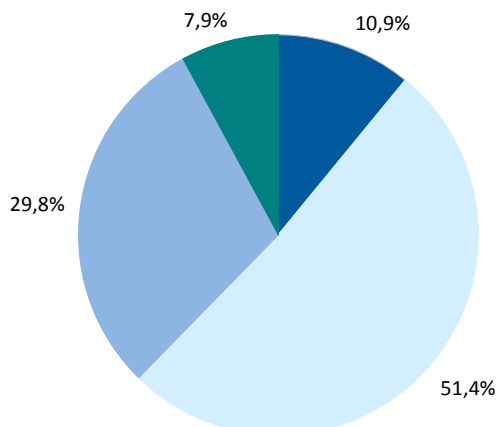
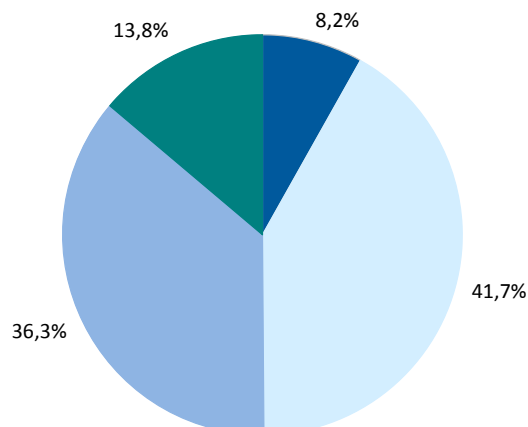


Gráfico 39 – Beneficiários do subsídio de desemprego, por idade, Região Autónoma da Madeira, 2011



Peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente

O rendimento social de inserção (RSI) é uma «prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.»²²

O quadro 27 relativiza o número de beneficiários do RSI por regiões face à respetiva população residente. Em Portugal, 4,2% dos residentes recebiam, em 2011, o rendimento social de inserção (cerca de 448.000 pessoas). A R.A. dos Açores era, com 23.537 beneficiários, a NUTS II onde, relativamente, mais residentes auferiam esta prestação (9,5%). Seguiu-se o Norte (5,2%); o Alentejo (4,3%); Lisboa e o Algarve (3,9%); a R.A. da Madeira (3,5%) e o Centro (2,7%).

Ao nível concelhio, em 2011, os cinco municípios portugueses onde o peso dos beneficiários de RSI na população residente era maior situavam-se no Alentejo (Mourão e Moura) e na R.A. dos Açores (Quadro 27). O 5º concelho com maior peso dos beneficiários do RSI na R.A. dos Açores (Corvo com 10%); no Norte (Marco de Canaveses com 9,1%) e no Alentejo (Campo Maior com 8,2%) têm valores inferiores ao que toma a primeira posição em Lisboa e no Algarve (Moita e Portimão com 7,2%); no Centro (Carregal do Sal com 6,6%) e na R.A. da Madeira (Santana com 4,9%).

Quadro 27 – Peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente, 2011

Portugal		%	Continente	%	Região Autónoma dos	%	Região Autónoma da	%
		4,2		4,1	Açores	9,5	Madeira	3,5
Municípios								
5+	Mourão	17,5	Mourão	17,5	Ribeira Grande	16,7	Santana	4,9
	Ribeira Grande	16,7	Moura	12,6	Povoação	14,2	Câmara de Lobos	4,2
	Povoação	14,2	Elvas	12,0	Lagoa (R.A.A)	12,8	Ponta do Sol	3,7
	Lagoa (R.A.A)	12,8	Baião	11,1	Vila Franca do Campo	10,4	Funchal	3,6
	Moura	12,6	Monforte	10,9	Corvo	10,0	Calheta (R.A.M.)	3,6
5-	Melgaço	1,0	Melgaço	1,0	Horta	4,8	Santa Cruz	3,1
	Arruda dos Vinhos	0,9	Arruda dos Vinhos	0,9	Calheta (R.A.A.)	4,3	Ribeira Brava	2,4
	Vouzela	0,8	Vouzela	0,8	Lajes das Flores	3,9	São Vicente	2,0
	Vila Verde	0,7	Vila Verde	0,7	Lajes do Pico	3,8	Porto Santo	1,7
	Proença-a-Nova	0,3	Proença-a-Nova	0,3	Madalena	3,8	Porto Moniz	1,5

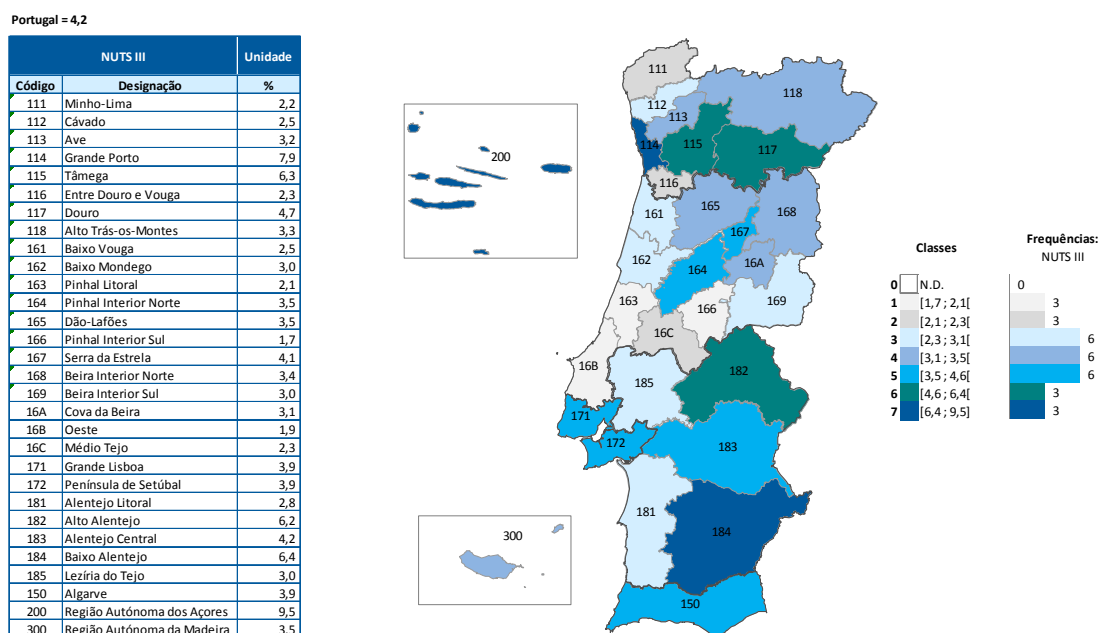
NUTS II														
Norte		%	Centro		%	Lisboa		%	Alentejo		%	Algarve		%
		5,2			2,7			3,9			4,3			3,9
Municípios														
5+	Baião	11,1	Carregal do Sal	6,6	Moita	7,2	Mourão	17,5	Portimão	7,2				
	Porto	10,9	Figueiró dos Vinhos	6,4	Amadora	6,9	Moura	12,6	Vila Real de Santo António	6,5				
	Resende	10,7	Figueira de Castelo Rodrigo	6,3	Barreiro	5,1	Elvas	12,0	Castro Marim	4,6				
	Cinfães	9,5	Vila Nova de Poiares	5,6	Lisboa	4,8	Monforte	10,9	Olhão	4,5				
	Marco de Canaveses	9,1	Nelas	5,0	Setúbal	4,5	Campo Maior	8,2	Aljezur	4,5				
5-	Mogadouro	1,3	Mação	1,1	Seixal	2,6	Alpiarça	2,4	Alcoutim	2,8				
	Monção	1,1	Ourém	1,1	Oeiras	2,4	Montemor-o-Novo	2,3	Loulé	2,5				
	Esposende	1,1	Arruda dos Vinhos	0,9	Sesimbra	2,2	Cartaxo	2,2	Silves	2,3				
	Melgaço	1,0	Vouzela	0,8	Alcochete	1,9	Vendas Novas	2,1	Vila do Bispo	2,2				
	Vila Verde	0,7	Proença-a-Nova	0,3	Mafra	1,5	Santiago do Cacém	1,5	Albufeira	2,1				

Fonte: INE, AER, INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE.

²² INE, AER.

A figura 24 mostra o peso dos beneficiários do RSI na população residente em cada NUTS III, em 2011. Até 2,35% estavam, nas classes 1 e 2, as sub-regiões do Centro e Norte: Pinhal Interior Sul (1,69%); Oeste (1,92%); Pinhal Litoral (2,14%); Minho-Lima (2,16%); Médio Tejo (2,28%) e Entre Douro e Vouga (2,30%). No extremo oposto: a R.A. dos Açores (9,54%); o Grande Porto (7,88%); o Baixo Alentejo (6,38%); o Tâmega (6,30%); o Alto Alentejo (6,24%) e o Douro (4,70%).

Figura 24 – Peso dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção na população residente, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, AER, INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculos GEE.

Beneficiários do rendimento social de inserção, por sexo

Os gráficos circulares que se seguem mostram a estrutura, por sexos, dos beneficiários do RSI. Verifica-se que, em 2011, em todas as desagregações geográficas apresentadas, o número de beneficiários do RSI é cerca de metade homens e metade mulheres (sendo em todas exceto nos Açores um pouco superior no caso das mulheres – cerca de 52%).

Legenda dos gráficos:

■ Homens ■ Mulheres

Fonte: INE, AER. Cálculos GEE.

Gráfico 40 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por sexo, Portugal, 2011

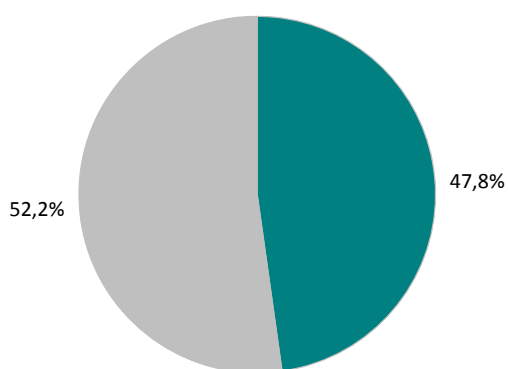


Gráfico 41 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por sexo, Continente, 2011

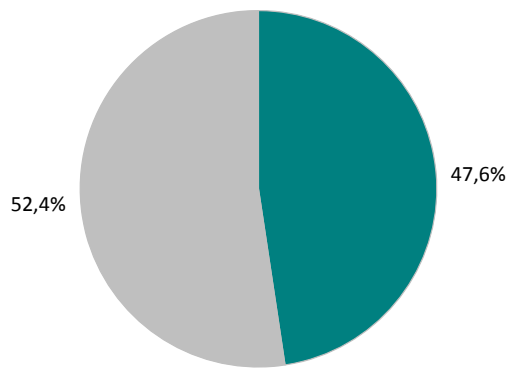


Gráfico 42 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por sexo, Região Autónoma dos Açores, 2011

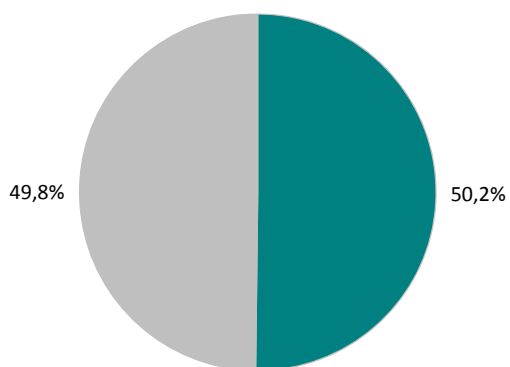
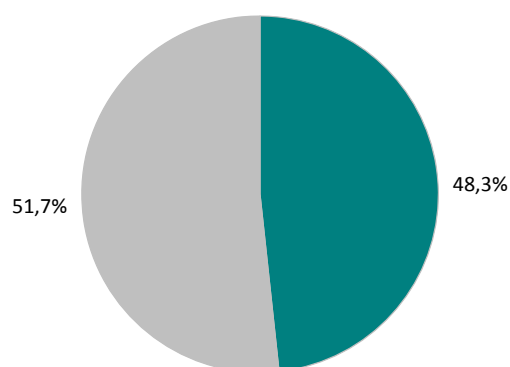


Gráfico 43 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por sexo, Região Autónoma da Madeira, 2011



Beneficiários do rendimento social de inserção, por idade

As regiões autónomas tinham, em 2011, cerca de 7% do total de beneficiários do RSI sendo, portanto, a estrutura etária destes muito semelhante no Continente e em Portugal. A R.A. dos Açores destacou-se como a que tinha, relativamente, pessoas mais jovens a receber esta prestação social (76% dos que tinham RSI tinham até 40 anos – Gráfico 46, enquanto no Continente e na R.A. da Madeira são 67% e 66%, respetivamente – Gráfico 45 e Gráfico 47). Analisando até à faixa etária seguinte, o Continente tinha 89% dos beneficiários do RSI com idades até aos 55 anos, a R.A. da Madeira tinham 88% e os Açores 94%).

Legenda dos gráficos:

■ -25 anos ■ 25-39 anos ■ 40-54 anos ■ 55+ anos

Fonte: INE, AER. Cálculos GEE.

Gráfico 44 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por idade, Portugal, 2011

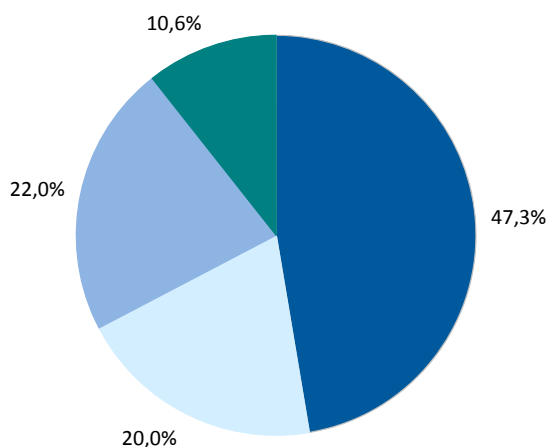


Gráfico 45 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por idade, Continente, 2011

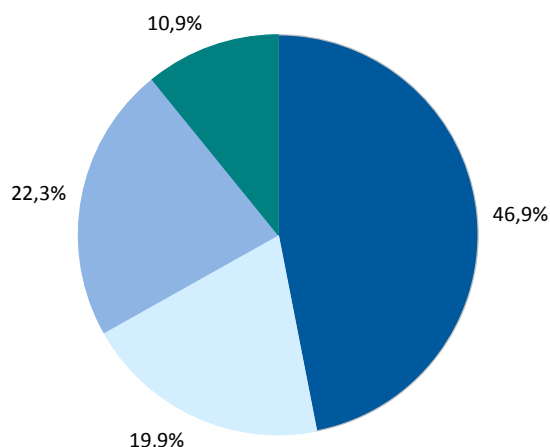


Gráfico 46 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por idade, Região Autónoma dos Açores, 2011

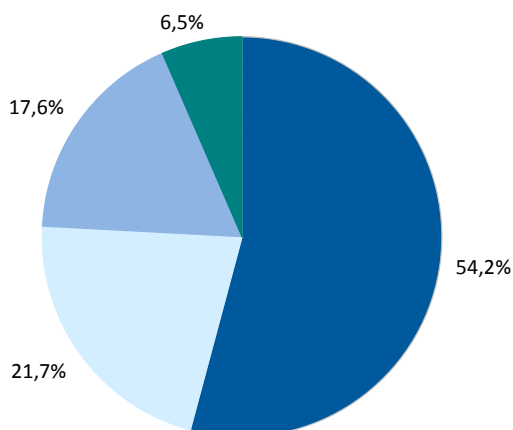
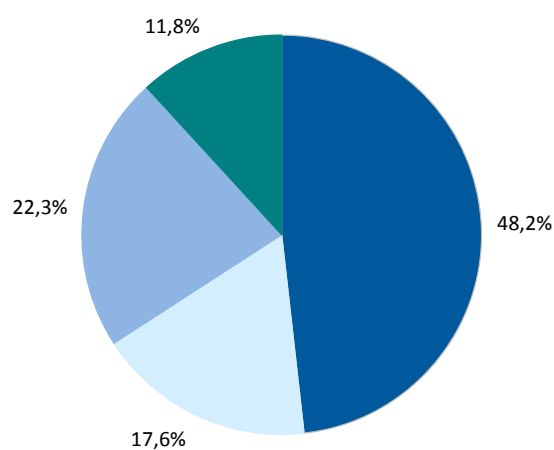


Gráfico 47 – Beneficiários do rendimento social de inserção, por idade, Região Autónoma da Madeira, 2011



VI. CONCLUSÃO

Neste capítulo, procurar-se-á fazer uma breve síntese dos principais valores apresentados em cada tema, descrever as tendências e os fenómenos mais importantes que lhes são subjacentes, propondo ainda algumas explicações e pistas de reflexão sobre as suas causas e consequências.

Pode dizer-se que há diferenças regionais significativas nos vários indicadores, com dissemelhanças mais evidentes, regra geral, nas dicotomias litoral / interior, mas também norte / sul, bem como entre algumas áreas do Continente e as Regiões Autónomas, com algumas sub-regiões e alguns concelhos a surgirem, sistematicamente, com uma melhor *performance* nas diversas variáveis.

A Economia sofre várias transformações ao longo do tempo e é resultado de um vasto leque de combinações de fatores que se inserem em áreas aparentemente tão desconexas como a Política, o Ambiente ou a Demografia. A tentativa de mensuração de alguns desses fatores numa perspetiva *cross section*, mas também utilizando séries e com uma desagregação geográfica bastante fina é ambiciosa. Assim, procurou-se apresentar uma síntese estatística com a compilação de alguns indicadores, despretensiosa, chamando a atenção para as suas inevitáveis insuficiências e limitações, que não pretende ser exaustiva nem fazer análises complexas ou ininteligível para o “utilizador médio”, interessado na informação estatística.

Os dados, apresentados no máximo até ao município, revelam (ou confirmam) que as regiões portuguesas são heterogéneas.

Demograficamente assiste-se a um processo de litoralização. Em 2011, o litoral norte era mais densamente povoado, tendência que já vinha a agravar-se e que continuou a agravar-se, com uma taxa de crescimento da população, uma taxa bruta de natalidade e uma taxa de mortalidade infantil penalizadoras para o Interior, um índice de dependência total e um peso dos idosos relativamente maiores nas regiões desta faixa do território. O rácio divórcios / casamentos era, em 2011, inferior no Norte, habitualmente conotado com um maior conservadorismo e apego às tradições, sem prejuízo de outros fatores explicativos.

No mesmo ano, era no Interior que a taxa de criminalidade era mais baixa, mas os valores relativamente mais elevados deste indicador nalgumas regiões poderão ser explicados não pela existência de muitos crimes em termos absolutos mas pela exiguidade de residentes. Por outro lado, também poderá contribuir para as justificações a diferença entre população presente e residente (muito inferior à primeira, na maior parte do ano – onde haja muitos estudantes, por exemplo – ou sazonalmente – nomeadamente onde o Turismo seja particularmente relevante).

No que concerne à Saúde, embora do ponto de vista dos profissionais pareça existir, em 2011, uma concentração em áreas de maior atividade do respetivo polo de competitividade²³; do ponto de vista da procura, e em questões mais genéricas, o sistema parece dar mais respostas locais nos sítios onde aparentemente há mais carências (se se atentar à similitude entre a distribuição das consultas nos centros de saúde por habitante e à da população menos jovem ou ao Índice de Dependência Total).

Segundo o Indicador *per capita* do Poder de Compra (IpC) em 2009, excetuando Lisboa e o Algarve, todas as NUTS II tinham um poder de compra inferior ao médio do país. O Interior, sobretudo Norte e Centro, era a área em que cada residente tinha menos capacidade aquisitiva (de acordo com o IpC).

²³ Os polos de competitividade são uma das tipologias das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) previstas no QREN (que faz a concretização, em Portugal, dos fundos comunitários). «As EEC pretendem constituir-se como um conjunto de iniciativas, com objetivos de inovação, qualificação ou modernização de um agregado de empresas (com expressão nacional, regional ou local)». Os requisitos, o modo de reconhecimento, os incentivos públicos e as condições da sua atribuição foram definidos no Decreto-Lei n.º 287/2007, de 18 de Agosto que foi, entretanto, alterado pelo Decreto-Lei 65/2009, de 20 de Março. In Relatório (janeiro de 2011) do Grupo de Trabalho – Polos de Competitividade e Clusters no âmbito da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia. A lista de associados do polo de competitividade da Saúde inclui entidades públicas e privadas e está disponível em: <http://healthportugal.com/Associados>.

As atividades ligadas aos bancos podem ser reveladoras da dinâmica e perfil das regiões. Foi em NUTS III do litoral que cada habitante levantou mais dinheiro em máquinas multibanco em 2011. Foi também naquelas, essencialmente, que a taxa de crédito à habitação foi menor, isto é, que o destino do crédito mais foi, comparativamente, outro (eventualmente o consumo, financiamento de atividades das empresas, etc., sugerindo uma atividade relativamente mais intensa). O peso dos depósitos dos emigrantes no total de depósitos foi relativamente maior no Interior Norte e Centro, provavelmente as principais origens dos que passaram a residir noutra país.

A evolução do tecido empresarial e as variáveis que lhe são inerentes são fundamentais para perceber as transformações que se operam na Economia. Entre 2006 e 2011 o número de sedes de empresas em Portugal e em todas as suas regiões NUTS II, exceto na R.A. dos Açores, decresceu. O respetivo pessoal ao serviço teve um comportamento semelhante, salvo em Lisboa onde, tal como nos Açores, aumentou. Por outro lado, a não ser no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, o volume de negócios recrudesciu. Embora, portanto, com comportamentos distintos entre o início e o fim do período considerado, todos estes agregados tiveram uma quebra generalizada no ano de 2009 precedida, regra geral, de um abrandamento do crescimento no ano anterior, altura apontada como o início da crise a nível global.

No que concerne à distribuição por NUTS II, enquanto era o Norte que albergava a sede da maior parte das empresas (32,8%); era em Lisboa que se sediavam aquelas cujos estabelecimentos (independentemente da sua localização) geravam maior volume de negócios (“responsáveis” por 47,2% do total) e tinham relativamente mais pessoal ao serviço (35,4%). Se se fizer uma restrição apenas à indústria transformadora, o Norte é a região com maior peso em todas as variáveis citadas (tendo as empresas com sede nesta região mais de metade dos trabalhadores afetos, no país, a estas atividades).

Em relação às sociedades, entre 2008 e 2012, em Portugal, o saldo entre as constituídas e as dissolvidas foi positivo nos últimos 3 anos e, em 2012, foi-o em todas as NUTS II excluindo a R.A. da Madeira.

Refinar a análise por setores, com indicadores ligados a determinadas atividades poderá ser útil para realçar especificidades a fomentar ou diagnosticar problemas a resolver em áreas concretas. Como exemplo, estudou-se a capacidade de alojamento (Turismo) e o número de edifícios licenciados (Construção).

Entre 2006 e 2011, Portugal aumentou o número de camas em estabelecimentos hoteleiros quase 10%, com uma grande subida relativa do Alentejo (o que não deverá ser alheio à exploração das potencialidades do Alqueva). Apesar do maior acréscimo absoluto se ter verificado em Lisboa, o Algarve manteve sempre a sua preponderância.

No que concerne à Construção, o número de edifícios licenciados para construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições foi, em 2011, menos de metade do de 2006. Em todos os anos houve um decréscimo, que acelerou até 2009, e se verificou em praticamente todas as NUTS II, em quase todos os anos. O peso relativo das regiões apresentadas não se alterou muito ao longo do período.

O comércio internacional pode ser um impulsionador importante da Economia nacional. Entre 2006 e 2012 Portugal (ao contrário das suas NUTS II Norte, Centro e Alentejo) teve sempre uma balança comercial deficitária, com as importações de mercadorias a superar as exportações. Contudo, a taxa de cobertura daquelas por estas foi sendo sempre maior (menos em 2008), atingindo os 80,6% no último ano disponível, evolução que se deve ao efeito combinado da descida das importações e da subida das exportações. Numa perspetiva regional e para cada agregado 37,4% do valor das saídas de mercadorias em 2011 teve origem em operadores com sede no Norte (NUTS II mais importante, portanto, nesta variável) e, nas entradas, foi ultrapassada por Lisboa, responsável por 57% dos respetivos montantes, o que será indissociável também do tipo de produtos e setores dominantes em cada zona geográfica.

Os dados sobre emprego entre 2000 e 2009 corroboram a ideia de terciarização. Entre os dois anos referidos, Portugal viu o número de TCO aumentar cerca de 6% sobretudo à custa do setor terciário (que cresceu 29,1%) e em detrimento do secundário (que decresceu quase 21%), acentuando o peso daquele em que já se ocupavam a maior parte dos trabalhadores (cerca de 53% em 2000 para perto de 65% em 2009). Esta tendência está patente em todas as regiões NUTS II. O peso onde o setor primário é relativamente maior é no Alentejo embora, mesmo aqui, não exceda os 11,5% (em 2000; 10,2% em 2009).

O ganho médio mensal (GMM) dos TCO a tempo completo com remuneração completa em Portugal aumentou 10,7% entre 2006 e 2009, de 934 euros para 1034 euros. Nas NUTS II subiu entre 8,7% (em Lisboa e na R.A. da Madeira) e 13,6% (na R.A. dos Açores). Em todos os anos, os TCO que trabalhavam em estabelecimentos da região de Lisboa foram os que, em média, mais ganhavam e, nos antípodas, estavam os do Centro. As posições relativas das NUTS II mantiveram-se sempre: Lisboa; R.A. da Madeira; R.A. dos Açores; Alentejo; Algarve; Norte e Centro. Novamente o litoral, em particular as NUTS III Grande Lisboa, Grande Porto; Alentejo Litoral; Península de Setúbal; R.A. da Madeira e Baixo Mondego detinham os máximos. Reitera-se a necessidade, já referida no capítulo onde estes valores foram escalpelizados, de algum cuidado na sua interpretação, uma vez que existem limitações (desde logo as decorrentes de se tratar de uma média) e as explicações subjacentes são multifatoriais (por exemplo, há que ter em conta as especificidades regionais em termos de subclasses da CAE e profissões).

Em 2009, o ganho médio mensal dos TCO era, no país, menor no setor primário (738 euros), o mesmo acontecendo em todas as NUTS II. Em Portugal, o setor terciário era o mais bem remunerado (ganhava-se, em média, 1088 euros), verificando-se o mesmo no Norte, Lisboa e Açores.

Numa perspetiva por sexo, em 2009, em todos os setores, em Portugal e em todas as NUTS II, os homens trabalhadores por conta de outrem ganharam, em média, mais do que as mulheres.

Não será redundante voltar a sublinhar que as diferenças salariais explicitadas estão intimamente ligadas à especialização das regiões, à natureza das suas atividades (para cuja análise importaria uma maior desagregação), à dimensão da sua força de trabalho (que pode influenciar, nomeadamente, a relevância das médias), ao perfil empresarial, etc.

No Continente, entre 2006 e 2012, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (em 31 de Dezembro) aumentou 53,5% (para perto de 675 500) e, em todas as NUTS II (excluindo o território insular)²⁴, o crescimento não foi inferior a 45%.

Em 2011, no país, 13,18% das pessoas com mais de 15 anos disponíveis para trabalhar estavam desempregadas. Por NUTS II, com uma taxa de desemprego de 10,98%, a região Centro era a que tinha, relativamente, uma melhor performance; nos antípodas estava o Algarve com 15,74% (o que não será alheio ao carácter sazonal de grande parte do emprego nesta área geográfica. De notar que o desemprego aferido pelos Censos corresponde ao do momento de referência do Recenseamento). Olhando para este indicador numa perspetiva de maior desagregação, as NUTS III do Centro continuam a destacar-se quase todas como as que têm menor percentagem de desempregados face à população ativa.

Em 2011, em Portugal, a taxa de desemprego feminina foi superior à masculina (13,83% *versus* 12,58%), o que também se verificou no Norte, Centro, Alentejo e R.A. dos Açores. Por NUTS III, a desagregação por sexos manteve, para ambos, grande parte do Centro com os valores mínimos. Algumas sub-regiões estão pior posicionadas no caso dos homens (Península de Setúbal, Algarve e Madeira nas 6 com maiores taxas de desemprego masculino e Lisboa é a oitava pior enquanto, para as mulheres, é a 6ª mais baixa); outras melhor (Alentejo Litoral está nas 3 com valores mais baixos e o Norte Litoral apresenta uma

²⁴ Os valores da R.A. da Madeira e da R.A. dos Açores não estão disponíveis.

desvantagem relativa no caso feminino). Esta distribuição é, provavelmente, consentânea com a preponderância de género nas atividades típicas e / ou mais fustigadas em cada região (exemplo, na agricultura, refinação de petróleo e indústrias pesadas é, provavelmente, mais comum trabalharem homens; na indústria têxtil e nalguns serviços tradicionalmente predominam as mulheres).

No mesmo ano, 5,2% dos residentes em Portugal recebia subsídio de desemprego (SD).²⁵ Por NUTS II, o peso dos beneficiários desta prestação social atingiu o mínimo na R.A. dos Açores (3,6%) e o máximo no Algarve (7,2%). As sub-regiões NUTS III com um peso de beneficiários do subsídio de desemprego na população residente menor estavam sobretudo no Centro / Norte, em particular no Interior. Como foi explanado, uma estrutura etária da população residente com um peso substancial da população mais idosa, fora da idade ativa e, eventualmente, a existência de um número de desempregados não elegíveis para o subsídio poderão ajudar a explicar este comportamento. A distribuição por sexos dos beneficiários de SD por NUTS I (que importaria comparar, nomeadamente, com a dos desempregados, da população ativa e da população residente) revela uma quase igualdade, apenas com uma maior importância relativa masculina na R.A. dos Açores e da Madeira (região que também tem uma taxa de desemprego masculina superior à feminina). A distribuição por idades (cuja análise também ganharia com as comparações com as variáveis anteriormente sugeridas) mostra que, em Portugal, 45,3% das pessoas que recebem SD têm até 40 anos; mas na R.A. da Madeira a percentagem sobe para quase 50% e nos Açores ultrapassa os 62%.

Conforme referido em capítulo próprio, o rendimento social de inserção (RSI) é uma «prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.»²⁶ Em Portugal, 4,2% dos residentes recebiam, em 2011, o rendimento social de inserção (cerca de 448.000 pessoas). A R.A. dos Açores era, com 23.537 beneficiários, a NUTS II onde, relativamente, mais residentes auferiam esta prestação (9,5%) e o Centro, com 2,7%, aquela onde eram menos. No Continente, o litoral era a faixa do território onde havia relativamente menos residentes a usufruir de RSI. Em Portugal, no Continente e nas Regiões Autónomas não havia grande diferença entre o número de homens e o de mulheres que recebiam esta prestação social. No que concerne à estrutura etária, a classe modal é a dos menores de 25 anos, com quase metade dos beneficiários a terem menos que esta idade (e, no caso dos Açores, eram 54,2%).

É de salientar que as conclusões retiradas têm por base os indicadores selecionados de acordo com os critérios já inventariados ao longo do presente artigo e que se prendem, nomeadamente, com a regularidade de disponibilização da informação e nível máximo de desagregação geográfico ser o município, com os objetivos de síntese deste trabalho, entre outros. As limitações da escolha das variáveis, bem como as referências a, necessariamente, apenas alguns dos dados apresentados, implicando prudência nas interpretações, suscitam também desafios a futuros complementos de análise. Em muitos casos, são sugeridos indicadores complementares, explícita ou implicitamente. Em todos, como em qualquer realidade, a intenção da sua leitura cabal poderá incitar explorações ulteriores.

²⁵ Note-se que o rácio não é comparável com a taxa de desemprego, uma vez que numeradores (desemprego e beneficiários do subsídio) e denominadores (população ativa e população residente) são diferentes.

²⁶ INE, AER.

ANEXOS

Anexo I

Composição das NUTS em termos de Municípios

País	NUTS I	NUTS II	NUTS III	Concelhos
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Ponte de Lima
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Vila Nova de Cerveira
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Arcos de Valdevez
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Valença
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Caminha
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Ponte da Barca
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Paredes de Coura
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Monção
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Melgaço
Portugal	Continente	Norte	Minho-Lima	Viana do Castelo
Portugal	Continente	Norte	Cávado	Braga
Portugal	Continente	Norte	Cávado	Esposende
Portugal	Continente	Norte	Cávado	Amares
Portugal	Continente	Norte	Cávado	Terras de Bouro
Portugal	Continente	Norte	Cávado	Vila Verde
Portugal	Continente	Norte	Cávado	Barcelos
Portugal	Continente	Norte	Ave	Fafe
Portugal	Continente	Norte	Ave	Vila Nova de Famalicão
Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
Portugal	Continente	Norte	Ave	Trofa
Portugal	Continente	Norte	Ave	Santo Tirso
Portugal	Continente	Norte	Ave	Póvoa de Lanhoso
Portugal	Continente	Norte	Ave	Guimarães
Portugal	Continente	Norte	Ave	Vizela
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Vila do Conde
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Porto
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Valongo
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Vila Nova de Gaia
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Póvoa de Varzim
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Matosinhos
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Maia
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Gondomar
Portugal	Continente	Norte	Grande Porto	Espinho
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Celorico de Basto
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Paredes
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Ribeira de Pena
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Cabeceiras de Basto
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Penafiel
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Castelo de Paiva
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Cinfães
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Felgueiras
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Paços de Ferreira
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Lousada
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Marco de Canaveses
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Mondim de Basto
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Amarante
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Resende
Portugal	Continente	Norte	Tâmega	Baião
Portugal	Continente	Norte	Entre Douro e Vouga	São João da Madeira
Portugal	Continente	Norte	Entre Douro e Vouga	Vale de Cambra
Portugal	Continente	Norte	Entre Douro e Vouga	Santa Maria da Feira
Portugal	Continente	Norte	Entre Douro e Vouga	Oliveira de Azeméis
Portugal	Continente	Norte	Entre Douro e Vouga	Arouca

País	NUTS I	NUTS II	NUTS III	Concelhos
Portugal	Continente	Norte	Douro	Sabrosa
Portugal	Continente	Norte	Douro	Peso da Régua
Portugal	Continente	Norte	Douro	Alijó
Portugal	Continente	Norte	Douro	Mesão Frio
Portugal	Continente	Norte	Douro	Tabuaço
Portugal	Continente	Norte	Douro	Armamar
Portugal	Continente	Norte	Douro	Carraceda de Ansiães
Portugal	Continente	Norte	Douro	Moimenta da Beira
Portugal	Continente	Norte	Douro	São João da Pesqueira
Portugal	Continente	Norte	Douro	Santa Marta de Penaguião
Portugal	Continente	Norte	Douro	Sernancelhe
Portugal	Continente	Norte	Douro	Tarouca
Portugal	Continente	Norte	Douro	Torre de Moncorvo
Portugal	Continente	Norte	Douro	Vila Flor
Portugal	Continente	Norte	Douro	Vila Nova de Foz Côa
Portugal	Continente	Norte	Douro	Vila Real
Portugal	Continente	Norte	Douro	Lamego
Portugal	Continente	Norte	Douro	Penedono
Portugal	Continente	Norte	Douro	Freixo de Espada à Cinta
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Vinhais
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Mogadouro
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Valpaços
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Murça
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Montalegre
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Chaves
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Miranda do Douro
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Vimioso
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Vila Pouca de Aguiar
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Boticas
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Mirandela
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Alfândega da Fé
Portugal	Continente	Norte	Alto Trás-os-Montes	Bragança
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Vagos
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Sever do Vouga
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Aveiro
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Ovar
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Oliveira do Bairro
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Murtosa
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Estarreja
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Mealhada
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Anadia
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Albergaria-a-Velha
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Ílhavo
Portugal	Continente	Centro	Baixo Vouga	Águeda
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Figueira da Foz
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Condeixa-a-Nova
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Mira
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Penacova
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Cantanhede
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Soure
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Coimbra
Portugal	Continente	Centro	Baixo Mondego	Montemor-o-Velho
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Litoral	Porto de Mós
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Litoral	Pombal
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Litoral	Marinha Grande
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Litoral	Batalha
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Litoral	Leiria

País	NUTS I	NUTS II	NUTS III	Concelhos
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Góis
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Vila Nova de Poiares
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Castanheira de Pêra
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Arganil
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Alvaiázere
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Figueiró dos Vinhos
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Ansião
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Pampilhosa da Serra
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Penela
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Miranda do Corvo
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Oliveira do Hospital
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Lousã
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Pedrógão Grande
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Norte	Tábua
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Santa Comba Dão
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	São Pedro do Sul
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Sátão
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Penalva do Castelo
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Oliveira de Frades
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Aguiar da Beira
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Mangualde
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Castro Daire
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Nelas
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Viseu
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Mortágua
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Vouzela
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Carregal do Sal
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Tondela
Portugal	Continente	Centro	Dão-Lafões	Vila Nova de Paiva
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Sul	Sertão
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Sul	Proença-a-Nova
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Sul	Oleiros
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Sul	Mação
Portugal	Continente	Centro	Pinhal Interior Sul	Vila de Rei
Portugal	Continente	Centro	Serra da Estrela	Seia
Portugal	Continente	Centro	Serra da Estrela	Fornos de Algodres
Portugal	Continente	Centro	Serra da Estrela	Gouveia
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Meda
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Guarda
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Pinhel
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Trancoso
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Sabugal
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Manteigas
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Almeida
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Celorico da Beira
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Norte	Figueira de Castelo Rodrigo
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Sul	Idanha-a-Nova
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Sul	Penamacor
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Sul	Vila Velha de Ródão
Portugal	Continente	Centro	Beira Interior Sul	Castelo Branco
Portugal	Continente	Centro	Cova da Beira	Covilhã
Portugal	Continente	Centro	Cova da Beira	Fundão
Portugal	Continente	Centro	Cova da Beira	Belmonte

País	NUTS I	NUTS II	NUTS III	Concelhos
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Arruda dos Vinhos
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Bombarral
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Cadaval
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Lourinhã
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Óbidos
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Peniche
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Torres Vedras
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Sobral de Monte Agraço
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Caldas da Rainha
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Alcobaça
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Alenquer
Portugal	Continente	Centro	Oeste	Nazaré
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Sardoal
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Constância
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Abrantes
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Vila Nova da Barquinha
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Tomar
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Ourém
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Ferreira do Zêzere
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Entroncamento
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Alcanena
Portugal	Continente	Centro	Médio Tejo	Torres Novas
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Vila Franca de Xira
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Cascais
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Amadora
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Mafra
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Loures
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Odivelas
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Oeiras
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Sintra
Portugal	Continente	Lisboa	Grande Lisboa	Lisboa
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Barreiro
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Moita
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Montijo
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Palmela
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Seixal
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Sesimbra
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Alcochete
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Almada
Portugal	Continente	Lisboa	Península de Setúbal	Setúbal
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Litoral	Sines
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Litoral	Santiago do Cacém
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Litoral	Grândola
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Litoral	Alcácer do Sal
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Litoral	Odemira
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Marvão
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Arronches
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Alter do Chão
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Ponte de Sor
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Portalegre
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Gavião
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Monforte
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Nisa
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Crato
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Fronteira
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Campo Maior
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Castelo de Vide
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Mora
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Avis
Portugal	Continente	Alentejo	Alto Alentejo	Elvas

País	NUTS I	NUTS II	NUTS III	Concelhos
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Sousel
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Mourão
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Reguengos de Monsaraz
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Estremoz
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Borba
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Alandroal
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Viana do Alentejo
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Vila Viçosa
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Redondo
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Arraiolos
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Portel
Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Vendas Novas
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Ferreira do Alentejo
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Serpa
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Vidigueira
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Ourique
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Moura
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Alvito
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Almodôvar
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Barrancos
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Beja
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Cuba
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Mértola
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Aljustrel
Portugal	Continente	Alentejo	Baixo Alentejo	Castro Verde
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Golegã
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Santarém
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Coruche
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Chamusca
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Cartaxo
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Benavente
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Azambuja
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Alpiarça
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Almeirim
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Salvaterra de Magos
Portugal	Continente	Alentejo	Lezíria do Tejo	Rio Maior
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Aljezur
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Faro
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Lagos
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Vila do Bispo
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Tavira
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	São Brás de Alportel
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Castro Marim
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Vila Real de Santo António
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Silves
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Olhão
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Alcoutim
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Albufeira
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Monchique
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Portimão
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Loulé
Portugal	Continente	Algarve	Algarve	Lagoa

País	NUTS I	NUTS II	NUTS III	Concelhos
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Nordeste
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lajes do Pico
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lajes das Flores
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lagoa (R.A.A)
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Horta
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Corvo
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Vila do Porto
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Calheta (R.A.A.)
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Vila Franca do Campo
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Vila da Praia da Vitória
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Velas
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	São Roque do Pico
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz das Flores
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz da Graciosa
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ribeira Grande
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Povoação
Portugal	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Madalena
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Funchal
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Câmara de Lobos
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	São Vicente
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Machico
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Ponta do Sol
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Porto Moniz
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Porto Santo
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Ribeira Brava
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Santa Cruz
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Calheta (R.A.M.)
Portugal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Santana

PRINCIPAIS CONCEITOS E SÍNTESE METODOLÓGICA

Indicador	Fonte	Fórmula	Definição	Notas
Demografia				
População residente (nº)	INE, Recenseamento da População e Habitação.			População residente à data dos Censos 2011.
Taxa média anual de crescimento da população, 1995/2011 (%)	INE, AER. INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculo GEE.	$tcm_{a,i,j} = \left(\sqrt[1-i]{\frac{P_{2011}}{P_{1995}}} - 1 \right) \times 100$, j = ano mais recente e i = ano inicial. $tcm_{população\ 95,11} = \left(\sqrt[16]{\frac{População\ residente\ 11}{População\ residente\ 95}} - 1 \right) \times 100$		
Índice de Dependência Total	INE, Recenseamento da População e Habitação. Cálculo GEE.	(População residente com menos de 15 anos + População residente com 65 e mais anos) / População residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos		
Saúde e Ambiente				
Médicos / 1000 habitantes (nº)	INE, AER.	(Número total de médicos inscritos no final do ano / População residente) x 1000		O número de médicos por 1000 habitantes é apresentado por local de residência.
Consultas em centros de saúde por habitante (nº)	INE, Inquérito aos Centros de Saúde. Cálculo GEE.	Consultas em centros de saúde / População residente		
Despesas dos municípios em ambiente por habitante (Euros / hab.)	INE, Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente.	Despesas dos municípios nos domínios de ambiente / População média anual residente		
Sociedade				
Rácio divórcios / casamentos (%)	INE, Casamentos. INE, Estatísticas de Divórcio e Separação de Pessoas e Bens. Cálculo GEE.	(Divórcios / Casamentos) x 100		Os casamentos têm a distribuição geográfica do respectivo registo , ou seja, do local onde se situa a conservatória do registo civil onde foi lavrado o assento do casamento. Os casamentos dissolvidos por divórcio têm a distribuição de acordo com o local de residência e, nos casos omissos, a distribuição geográfica do Tribunal ou da Conservatória onde o divórcio foi decretado. Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados e a partir de 2011 os casamentos dissolvidos, entre pessoas do mesmo sexo .
Taxa de criminalidade (%)	Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça. INE, Base de dados online disponível em www.ine.pt .	(Número de crimes / População residente) x 1000		Os totais incluem crimes não classificados e de localização desconhecida.
Economia e Finanças				
Levantamentos nacionais em caixas Multibanco por habitante (Euros)	INE, AER.	Valor dos levantamentos nacionais em caixas Multibanco / População média anual residente		
Taxa de crédito à habitação (%)	INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	(Valor do crédito à habitação / Total do crédito a clientes) x 100		
Taxa de depósitos de emigrantes (%)	INE, Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	(Valor dos depósitos dos emigrantes / Total dos depósitos) x 100		
Principais indicadores de actividade económica				
Empresas (nº), Empresas da indústria transformadora (nº), Pessoal ao serviço (nº) e Volume de negócios (milhares de Euros) nas Empresas e nas Empresas da indústria transformadora	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas. INE, Demografia das Empresas.			Dados divulgados de acordo com a nova série do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2004-2011.
Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (nº)	Ministério da Justiça - Direcção-Geral da Política de Justiça. INE, Base de dados online disponível em www.ine.pt . Cálculos GEE baseados nos dados mensais.			
Ganho médio mensal por trabalhador (Euros)	INE, AER.			A informação diz respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.
Desempregados inscritos nos centros de emprego em 31.12 (nº)	Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. - Centros de Emprego - Estatísticas Mensais.			
Comércio internacional - Exportações e Importações (Milhares de euros)	INE, Comércio Internacional.			Os valores disponíveis de importações e de exportações a nível regional são os declarados e estão de acordo com o município de sede dos operadores . A partir de 2005 passou a aplicar-se o princípio da confidencialidade passiva. Os totais poderão não corresponder à soma das partes devido à indisponibilidade de alguma informação. Os dados de 2012 são preliminares.
Capacidade de alojamento (nº de hóspedes)	INE, AER.		Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.	Estabelecimento hoteleiro : Estabelecimento cuja actividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.
Edifícios licenciados pelas câmaras municipais para construção	INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios.			Inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.
Trabalhadores por conta de outrem				
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)	INE, AER.			Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, nos estabelecimentos da região.
Beneficiários de subsídio de desemprego e de rendimento social de inserção				
Beneficiários de subsídio de desemprego e de rendimento social de inserção	INE, AER. Cálculos GEE.			Incluem-se beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego. O total de Portugal inclui beneficiários de prestações de desemprego com residência não determinada .